

Anderson Pereira Portuguese

Agroturismo e desenvolvimento regional

3ª Edição
versão ampliada



ANDERSON PEREIRA PORTUGUEZ

Agroturismo e desenvolvimento regional

**3ª Edição
versão ampliada**

**Ituiutaba, MG
2017**



© Anderson Pereira Portuguez, 3 ed. 2017.

Editoração: Leandro Pedro.

Arte da capa: óleo sobre tela de Eurídice Carvalho Pereira: Vale da Providência, 2008.

Revisão ortográfica e gramatical: Maria Izabel de Carvalho Pereira.

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 6 8066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Alaketu Àse Babá Olorigbin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.

Tel: 55-34-3268.9168

barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editor-chefe).

Dr. Antônio de Oliveira Junior.

Profa. Claudia Neu.

Dr. Giovanni F. Seabra.

Dr. Rosselvelt José Santos

Msc. Leonor Franco de Araújo.

Profa. Maria Izabel de Carvalho Pereira.

Dr. Jean Carlos Vieira Santos.

Agroturismo e Desenvolvimento regional / Anderson Pereira Portuguez. 3 ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017, 317 p.

Versão ampliada.

ISBN: 978-85-68066-45-4

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Desenvolvimento Local. 4. Agroturismo.

I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira.

1ª Edição: São Paulo: Hucitec, 1999.

2ª Edição: São Paulo: Hucitec, 2001.

3ª Edição (ampliada): Ituiutaba: Barlavento, 2017.

Todos os direitos da terceira edição ficam reservados ao autor e à E-Books Barlavento. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

Introdução	7
O turismo como vetor do desenvolvimento regional no Estado do Espírito Santo	14
<i>Discutindo alguns aspectos da ideia de região turística</i>	18
<i>A configuração regional do turismo capixaba</i>	24
O turismo como perspectiva de desenvolvimento para o meio rural	51
<i>Agroturismo - aspectos conceituais</i>	55
<i>Origens do turismo em espaço rural no Brasil - breve resgate</i>	65
<i>O agroturismo como exemplo de modalidade de turismo em espaço rural: a experiência da Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo</i>	68
Desenvolvimento: considerações acerca de um conceito complexo	92
<i>Da ideologia do desenvolvimento local à efetivação do desenvolvimento socioespacial</i>	103
Crescimento econômico ou desenvolvimento socioespacial? Repensando o programa do agroturismo no estado do espírito santo	113
<i>A formatação do produto - agroturismo e alterações paisagísticas</i>	117
<i>Caracterização das Propriedades do Agroturismo</i>	120
<i>A Estruturação da Oferta e as Alterações na Paisagem</i>	128
<i>Apoio Financeiro Para Melhorias na Oferta</i>	138
<i>Auscultando a Satisfação dos Proprietários</i>	143
<i>Uma breve caracterização da demanda</i>	151
Agroturismo e desenvolvimento socioespacial: a	

questão da qualidade de vida e de estada	159
<i>Redução do Êxodo Rural</i>	159
<i>O Agroturismo - Geração de Emprego e</i>	
<i>Ocupação no Campo</i>	162
<i>A geração de renda e de impostos</i>	165
Para concluir	171
Referências	184
Sobre o autor	199

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o fenômeno do turismo vem se projetando como tema de pesquisa nos mais variados meios acadêmicos de todo o mundo, graças aos fantásticos índices de crescimento por ele alcançado. Apresenta-se como um fenômeno extremamente complexo, que no entender dos pesquisadores mais renomados deve ser estudado dentro de uma perspectiva transdisciplinar, como observou A. B. RODRIGUES (1996:20) tanto por influenciar e ser influenciado pelos mais diversificados setores produtivos, quanto por ainda não se ter constituído em um ramo totalmente autônomo do saber científico. A este respeito, ANDRADE (1992:11) afirmou que:

O turismo nasce de um conjunto de natureza heterogênea que impede a constituição de ciência autônoma e de técnicas específicas independentes. Não dispõe de ordenamento disciplinado e rígido, nem de metodologia própria.

Para este autor, o turismo deve ser estudado por um complexo teórico-técnico decorrente da contribuição de um significativo número de ciências, cujas bases teórico-metodológicas já estejam mais estruturadas.

Neste sentido, a Geografia assume um papel fundamental, enquanto uma das muitas ciências que pesquisa o turismo, dedicando-se aos estudos dos processos de (re)produção do espaço turístico, sua organização e o aproveitamento de suas potencialidades em benefício, tanto daqueles que os ocupam, quanto dos

que nele buscam os recursos recreacionais de que necessitam.

No entanto, é válido lembrar que toda formação acadêmica produz deformações metodológicas à medida em que a *"disciplinarização do saber gera o empobrecimento da apreensão da realidade"*, conforme argumentou A. RODRIGUES (1996:20). Assim, a compreensão da dinâmica de produção do espaço turístico não pôde se basear somente nos estudos já realizados pela Geografia, de modo que outros subsídios foram buscados num conjunto maior de ciências afins.

A respeito deste assunto, BENI (1990:16 apud A. B. RODRIGUES 1996:20) advertiu:

(...) o que se nota é que os especialistas do assunto estudam um ou mais componentes em separado tratando-os minuciosamente, mas não se preocupando, quase sempre, em correlacioná-los com os demais, também muito importantes, deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se para produzir o fenômeno global.

Assim, a busca de uma abordagem geográfica integrada do tema proposto para esta pesquisa, constituiu um esforço constante, no sentido de analisar o espaço eleito para as investigações pretendidas sob uma visão holística. O autor do presente trabalho procurou valorizar as localidades receptoras do setor serrano do Estado do Espírito Santo, que vêm se esforçando para oferecer um produto compatível com o interesse da crescente demanda agroturística.

Tal valorização baseou-se na preocupação de mostrar o quanto a ideia de "desenvolvimento" por meio do turismo e de seus agentes multiplicadores vem sendo difundida de forma inadequada, para que as mesmas

possam realmente se mobilizar para ordenar seus processos particulares de conquista da felicidade coletiva, a partir não apenas da agregação de renda, mas, sobretudo, da viabilização de estratégias de promoção da qualidade de vida em âmbito local.

Daí a grande questão, considerada importante e que constituiu a tônica deste trabalho: o que entender por “desenvolvimento” através do turismo?

Ainda hoje, o turismo é incentivado a custos que vão além da inconsequência, na tentativa de fazê-lo reproduzir o máximo de rendimentos possíveis. “Desenvolver”, neste sentido, significa nada menos que reproduzir o capital, nos modelos tradicionais de acumulação, que não se incomodam com os custos sociais, nem tampouco ambientais, advindos dos empreendimentos do setor.

Mas, com as novas contribuições aos estudos do “desenvolvimento”, vislumbram-se novos horizontes para esta discussão, uma vez que atualmente este é entendido como um processo capaz de gerar o bem-estar social no seu sentido mais amplo. Para tanto, as atividades sociais, inclusive o turismo, não necessitam obrigatoriamente romper com o ideal de acumular rendimentos, mas devem passar a considerar também como ganho: a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio, a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade, entre outros exemplos.

Conforme os ensinamentos de inúmeros teóricos, deve-se romper com a rigidez do pensamento pejorativamente denominado “economicista” - “desenvolvimento” como sinônimo somente de reprodução do capital - para abraçar uma ideia bem mais abrangente: o “desenvolvimento” como um processo individualizado - de cada localidade - e comprometido

com a qualidade de vida da população local e a conservação do ambiente, no seu sentido mais amplo.

Desta forma, o turismo só estará promovendo o “desenvolvimento” quando for capaz de proporcionar, a melhoria das possibilidades do bem-viver para os núcleos receptores.

Isto posto, cabe definir mais precisamente o objetivo da presente obra, que pretendeu focar o agroturismo como um dos possíveis vetores do desenvolvimento socioespacial capixaba, considerando seu papel na produção e no consumo do espaço delimitado para a implantação oficial da Proposta Piloto do Programa do Agroturismo: a chamada "Região Serrana Central" do Estado do Espírito Santo, formada pelos municípios de Viana, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta, Domingos Martins, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Conceição do Castelo, Castelo, Afonso Cláudio e Marechal Floriano¹.

Com base no objetivo exposto, no referencial teórico-metodológico de que se lançou mão e nos dados levantados em campo, pôde-se compreender algumas questões consideradas de fundamental importância para o entendimento global desta temática, para as quais foram feitas uma série de sugestões, cuja intenção foi de maximizar os resultados positivos do processo de desenvolvimento almejado, procurando-se ainda, evitar seus impactos negativos.

¹ Estes são os municípios que fazem parte do Programa do Agroturismo, o que não significa dizer que outros também não possuam vocação para esta atividade. Em muitos, como Linhares, Anchieta, Serra, São Roque do Canaã e outros, o agroturismo também é praticado nos mesmos moldes dos da Região Serrana Central, porém ainda não foram oficialmente reconhecidos, fato que pode vir a ocorrer no futuro, alterando a configuração das regiões turísticas atuais.

Assim, o conteúdo da presente obra foi dividido em quatro capítulos para melhor organizar a abordagem pretendida. No primeiro, intitulado “*O Turismo Como Vetor do Desenvolvimento Regional no Estado do Espírito Santo*”, resgatou-se os antecedentes históricos desta atividade nas terras capixabas, procurando mostrar o papel do Governo Estadual como um dos principais fomentadores deste setor produtivo desde a década de 60.

Esta discussão foi de fundamental importância para se compreender o contexto em que as modalidades de “turismo alternativo” emergiram dentro dos discursos oficiais relativos à promoção do “desenvolvimento”, pois foi neste contexto que o Governo Estadual passou a incentivar o turismo em espaço rural como oportunidade de geração de renda para a coletividade interiorana.

Cabe deixar claro que nesta pesquisa entendeu-se “turismo alternativo” como sendo um conjunto de práticas recreativas de cunho nomeadamente turístico, praticado em ambientes de baixa complexidade técnica e por um fluxo reduzido, considerando a fragilidade socioambiental das localidades receptoras. As viagens devem procurar valorizar o novo, o exótico e o naturalmente belo. Assim, as operações se tornam relativamente simples, atingindo um público mais sofisticado, o que denuncia um movimento de contraposição à padronização de hábitos e/de consumo imposto pelos modelos massificados do turismo global.

No segundo capítulo, intitulado “*O Turismo Como Perspectiva de Desenvolvimento Para o Meio Rural*”, analisou-se, de início, algumas implicações acerca da viabilização de projetos turísticos como uma alternativa de “desenvolvimento” para o meio rural. Esta discussão foi muito importante para o embasamento teórico das análises subsequentes, que se referiram mais especificamente aos modelos de turismo em espaço rural

que estão sendo praticados na região estudada, genericamente chamados de *agroturismo*.

Cabe esclarecer, que embora a região eleita para as análises deste trabalho seja composta por onze municípios, boa parte dos exemplos citados na conjugação das informações obtidas em campo com o referencial teórico, procederam do eixo Viana-Venda Nova do Imigrante, que abrange ainda os municípios de Marechal Floriano e Domingos Martins, pois esta é a área onde as iniciativas se encontram em fase mais adiantada.

Já no terceiro capítulo, intitulado “*Desenvolvimento*”: *Considerações Acerca de um Conceito Complexo*”, apresentou-se uma das principais fundamentações teóricas desta pesquisa: a ideia de “*desenvolvimento socioespacial*”, entendida como um processo comprometido não só com a reprodução dos resultados financeiros da atividade turística (no caso deste trabalho), mas sobretudo com a melhoria das condições do bem-viver da população receptora, que reflete-se diretamente, na qualidade da estada dos visitantes.

Tomou-se como referencial básico a obra do Prof. Dr. Marcelo José Lopes de Souza², que tem discutido em inúmeros artigos a questão do “desenvolvimento socioespacial” visto pela ótica da Geografia, e que tem como um de seus principais pilares, a ideia de “autonomia”, a partir da qual, cada grupo pode traçar seus planos particularizados, fundamentados nos desejos, necessidades e possibilidades de cada localidade, o que está bem de acordo com o que neste trabalho se sugeriu

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

para os onze municípios envolvidos no Programa do Agroturismo.

Para tanto, procurou-se incentivar a ideia da descentralização do setor, de modo que, com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, os produtores rurais capixabas possam vir a atuar mais efetivamente junto aos conselhos municipais, para direcionar o rumo do “desenvolvimento” para o atendimento das necessidades locais consideradas prioritárias. Assim, casou-se (em teoria) as discussões da autonomia, de municipalização e da ativação do senso de cidadania, numa tentativa integrada de oferecer subsídios para que os Municípios do agroturismo reflitam sob novas óticas os seus projetos atuais de incentivo ao setor turístico, como uma das principais alavancas de promoção do “desenvolvimento”.

Partiu-se então, para o quarto e último capítulo: *“Crescimento Econômico ou Desenvolvimento Socioespacial? Repensando o Programa do Agroturismo”*. Após considerar as argumentações contidas nos capítulos anteriores, mostrou-se algumas falhas do Programa, apontando mais algumas sugestões de melhoria, fruto das idas a campo onde o autor pôde verificar algumas repercussões negativas do turismo naquela região - fatos documentados através de entrevistas e fotografias.

Por fim, pôde-se passar às considerações finais, onde se deu uma ideia global da pesquisa procurando dar respostas claras aos objetivos para ela delineados.

O TURISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O homem deseja organizar suas experiências do mundo; não é de se surpreender que um mundo assim ordenado gire em torno dele (Yi-Fu TUAN, 1983:104).

Durante muitos anos, o turismo foi encarado como uma atividade exclusiva das classes mais afortunadas, sendo, portanto, símbolo de "status" social e de uma maneira elegante de viver, desejada pela imensa maioria da população, sobretudo nos países ocidentais onde iniciou seu processo de projeção enquanto atividade econômica.

Foi a partir da segunda metade deste século que o turismo passou a galgar novos degraus na escala de valores sociais, à medida em que inúmeros fatores proporcionaram sua popularização. O turismo dos dias atuais caracteriza-se por uma crescente massificação, mas também vem sendo planejado para atender a um público cada dia mais diversificado e exigente, através da oferta de modalidades mais elitizadas.

Esta atividade social se projetou tanto, que se costuma dizer que ela ocupa hoje uma posição de destaque no cenário produtivo internacional, tendo inclusive ultrapassado os rendimentos do petróleo e do comércio de armamentos. Em função da escassez de dados confiáveis, não se pode posicioná-lo em relação a duas outras atividades sociais também relevantes: o

narcotráfico e a movimentação financeira das religiões. No entanto, acredita-se que até em relação a elas, o setor esteja privilegiadamente situado.

E foi justamente pelo fato de ter alcançado este patamar, logicamente como fruto de sua inclusão artificial no rol das necessidades humanas (A. B. RODRIGUES, 1997:26), pressuposto para sua massificação, que o turismo despertou o interesse de inúmeros empresários e gestores públicos, que nele vislumbraram a oportunidade de grandes conquistas financeiras. Assim, inúmeros projetos foram implementados em diversos países do mundo, transformando o desejo tornado coletivo pelas estratégias de marketing em realidade concreta, espacialmente materializada.

Paraísos tropicais, parques temáticos, cidades históricas, rotas religiosas, centros de cultura, de jogatina e de lazer, enfim, muitos lugares passaram a ser ofertados aos consumidores como produtos aptos para o desfrute e em condições de pagamento cada dia mais acessíveis, causa e consequência da massificação do setor.

O sucesso de alguns empreendimentos acabou por transformar o turismo em uma verdadeira "febre", quando possibilidades de lucros passaram a ser perseguidas de formas variadas. Com isto, o turismo se diversificou em suas modalidades, adaptando-se em alguns casos, ao conjunto de condições de cada localidade, e em outros, adaptando-as aos seus interesses. E aí, como qualquer outra atividade social, registrou seus benefícios e malefícios, contrapondo seus impactos mais perversos às vantagens que gerava e ainda gera. Mesmo assim, passou a ser incentivado pelos governos, desejado pelos empresários, procurado pelos consumidores e transformado em ideia de "salvação da Pátria" pela e/ou

para os núcleos receptores, sobretudo os economicamente deprimidos.

Como exemplo, pode-se citar o Artigo nº 180 da Constituição brasileira de 1988, que declarou: *"A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico"* (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988:123). A redação deste artigo revela o grau de comprometimento do Governo Federal com este setor, mostrando ainda o quanto o turismo ganhou respeitabilidade junto às várias instâncias da gestão territorial.

Mas este interesse não é recente. Segundo BECKER (1995:10), o Governo brasileiro começou a preocupar-se com o turismo na década de 50, período em que profundas transformações se processaram em todo o Brasil. Expandiu-se e apropriou-se, com o tempo, de inúmeros recantos do espaço nacional, chegando aos dias atuais como uma das principais fontes de renda do País, conforme revelam os dados que seguem, referentes à movimentação do ano de 1994:

- a) O turismo movimentou aproximadamente US\$40,4 bilhões - cerca de 8% do PIB - possibilitando uma arrecadação em impostos diretos e indiretos em torno de US\$10,4 bilhões;
- b) Empregou um em cada grupo de 11 brasileiros economicamente ativos, ou seja, 10 milhões de trabalhadores, sendo que 1,8 milhões destes empregos foram temporários, tendo produzido uma renda em salários de US\$ 16 bilhões;
- c) Representou cerca de 3,3% de todos os investimentos governamentais, além de exigir uma injeção de capital na ordem de US\$7,3 bilhões;
- d) Correspondeu a 6% do volume total dos gastos dos consumidores, ou seja, US\$20,9 bilhões. É

válido lembrar que a cada US\$15 mil gastos com turismo, um novo emprego é criado, o que permite estimar cerca de 100 mil novos postos de trabalho por ano (EMBRATUR, 1996:59-60).

Mas para tanto, inúmeros processos de mutação foram impostos aos núcleos receptores, que passaram a conviver com grandes e variados problemas: a superação da capacidade de suporte das localidades, gerando a perda da biodiversidade das mesmas; o agravamento das deficiências de saneamento básico e até algumas mazelas sociais contundentes, como a prostituição - inclusive infantil - em áreas de ocorrência do chamado "turismo sexual", ou até mesmo a lavagem de elevadas quantias oriundas do narcotráfico (A. B. RODRIGUES, 1996:18).

É evidente que o turismo não pode ser responsabilizado sozinho pela ocorrência de tais impactos, mas também não se pode negar seu imenso poder de produzi-los, ou mesmo de agravá-los.

Vê-se então, que o turismo não é sinônimo apenas de "glamour", possuindo também uma crescente participação nos inúmeros processos de degradação socioespacial. Por este motivo, uma série de novos estudos vem sendo realizada na tentativa de elucidar as inúmeras facetas deste fenômeno, de modo a permitir seu crescimento de forma mais coerente.

Porém, nos dias atuais, a sociedade tem se mostrado mais atenta aos abusos do empresariado e dos governos, que só há bem pouco tempo passaram a se importar com as questões socioambientais. Neste sentido, os Estados e Municípios têm criado agências, empresas e Secretarias especiais para gerir o setor turístico, como oportunidade de promoção mais racional do setor. No entanto, nem sempre isto resulta em iniciativas bem-sucedidas, dado muitas vezes, o caráter meramente político destes órgãos, que são gerenciados comumente -

com raras exceções - por pessoas não qualificadas, o que ocasiona sérios desacordos que opõem de um lado, as intenções e as práticas políticas, e de outro, os interesses maiores da coletividade.

Estes órgãos têm se multiplicado na medida em que o turismo cresce, gerando a proliferação dos núcleos receptores. É através das Secretarias Municipais e Estaduais de turismo, bem como das Empresas Oficiais, que se procura implementar, via poder público, uma série de estratégias de incentivo à esta atividade em todo o Brasil, agora com maior intensidade, face ao PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Discutindo alguns aspectos da ideia de região turística

O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num, como noutro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de áreas, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da terra é constituída por áreas diferentes entre si (Lobato CORRÊA, 1987:22).

São muitas as discussões existentes sobre o conceito de região. Popularmente, as regiões são entendidas como área de ocorrência de determinadas características e/ou processos espaciais: “região de mata nativa”, “região industrializada”, “região de clima frio”, “região de Brasília”, entre outros exemplos. Nesta perspectiva, não é, necessário lançar mão de muitos critérios para delimitá-las, pois é a experiência do dia-a-dia, o senso comum e a noção ordinária de espaço que as definem e caracterizam, podendo existir independentemente de sua formulação acadêmica,

possuindo uma concretude que vai para além da abstração científica.

Por outro lado, segundo a corrente do “método regional”, analisado por GOMES (in CASTRO, GOMES e CORRÊA- org. 1995:63), é necessário que haja uma construção teórica de seu sentido, bem como de seu critério de delimitação e de sua natureza. Obviamente, o caráter dinâmico dos processos de produção do espaço não permite uma divisão regional definitiva, de modo que, qualquer compartimentação deve se prestar à compreensão de determinadas características socioespaciais em determinados momentos históricos.

Este mesmo autor lembra que há uma infinidade de possibilidades de divisão dos espaços em regiões, pois também são muitos os critérios que podem ser usados, de modo que para cada um, tem-se um resultado diferente. A definição do método de regionalização depende, neste sentido, do fim que se pretende alcançar.

Ainda GOMES (in CASTRO, GOMES e CORRÊA- org. 1995:51), lembrou que existe uma noção muito difundida deste termo, onde a expressão região é utilizada como unidade administrativa. Neste sentido, a divisão regional é o meio pelo qual os governos controlam e hierarquizam suas estruturas de poder e gestão, de modo que as ideias de região e de território acabam se confundindo. Este mesmo autor observou que:

(...) o tecido regional é frequentemente a malha administrativa fundamental que define competências e os limites das autonomias dos poderes locais na gestão do território dos Estados Modernos. Muitas instituições e empresas de grande porte também utilizam este tipo de recorte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios dentro do mesmo sentido de delimitação de circunscrições e hierarquias administrativas

(GOMES; in CASTRO, GOMES e CORRÊA-org., 1995:52).

Trata-se de uma visão já contestada pelas correntes radicais da chamada “Geografia Crítica”, que lembra que qualquer compartimentação desta natureza se presta, na realidade, a elaborar produtos ideológicos que mascaram as desigualdades sociais advindas da divisão socioespacial do trabalho e de sua exploração. É neste sentido que pode-se afirmar que a divisão regional elaborada pelo Estado para o turismo espírito-santense, atende em primeiro lugar, aos interesses do capitalismo, expresso no claro desejo de fomentar o setor, levando-se em consideração seu papel na (re)produção da renda.

E é justamente nesta perspectiva, que os órgãos responsáveis, direta ou indiretamente, pela gestão do espaço turístico capixaba (sobretudo o SEBRAE-ES - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Espírito Santo, a ADERES- Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo S/A e seus parceiros), têm trabalhado o planejamento do setor, baseando-se em cinco “regiões turísticas”, delimitadas a partir de critérios de formulação de “região simples” (CORRÊA, 1987:34), ou seja, com base fundamentalmente em uma característica, que origina uma compartimentação operacional. Neste caso, a modalidade de turismo praticada em cada município foi a principal - senão única - variável considerada na setorização espacial desta atividade.

Assim, tais unidades regionais foram delimitadas dentro da ideia tradicional positivista de “*região de ação e controle*”, como sendo uma divisão territorial-administrativa elaborada para definir exclusivamente a competência de fomento e gestão de uma determinada “atividade econômica”. Tal procedimento, muito comum

no mundo capitalista, foi criticado por CORRÊA (1987:47), que afirmou:

O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mais precisamente no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante.

Ao todo, são cinco as regiões turísticas do Espírito Santo: Litoral Norte, Litoral Central, Litoral Sul, Região Serrana Central e Região do Entorno do Parque Nacional do Caparaó (figura 1). Cabe, porém, lembrar que a formação destas unidades regionais se deu, por um lado pela evolução histórica do turismo no Estado, que por si só delineou boa parte da setorização das práticas recreacionais e, por outro lado, resultou também, da formulação de estudos comprometidos com os interesses de gestão e promoção do turismo.

Não cabe neste momento, partir para a elaboração de outras propostas de regionalização, pois este não é o objetivo deste trabalho. No entanto, é importante frisar que caso se realizasse uma pesquisa mais profunda sobre este tema, outras possibilidades de divisão regional seriam vislumbradas, pois são muitos os elementos que precisam ser considerados para se compreender a organização do espaço turístico. A respeito destas ponderações, vale resgatar as reflexões críticas de A. B. RODRIGUES (1997a:45), que ao analisar a complexidade socioespacial do turismo, considerou:

O espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras euclidianas, mesmo porque pelo menos um de seus elementos básicos lhe é exterior - a demanda. Embora sem fronteiras definidas a partir de alguns componentes dito abstratos, porque são difíceis de serem avaliados, tais como a fluidez do capital financeiro ou a influência da mídia na sua composição imagética, não se pode negar a concretude do espaço turístico pelo seu território, que, todavia não representa a totalidade espacial.

Caso essa argumentação fosse acatada, certamente se chegaria a um elenco de “regiões complexas” (CORRÊA, 1987:34), formuladas teoricamente a partir de um determinado número de variáveis que, de alguma forma, precisam ser consideradas no processo de diferenciação dinâmica das áreas em questão.

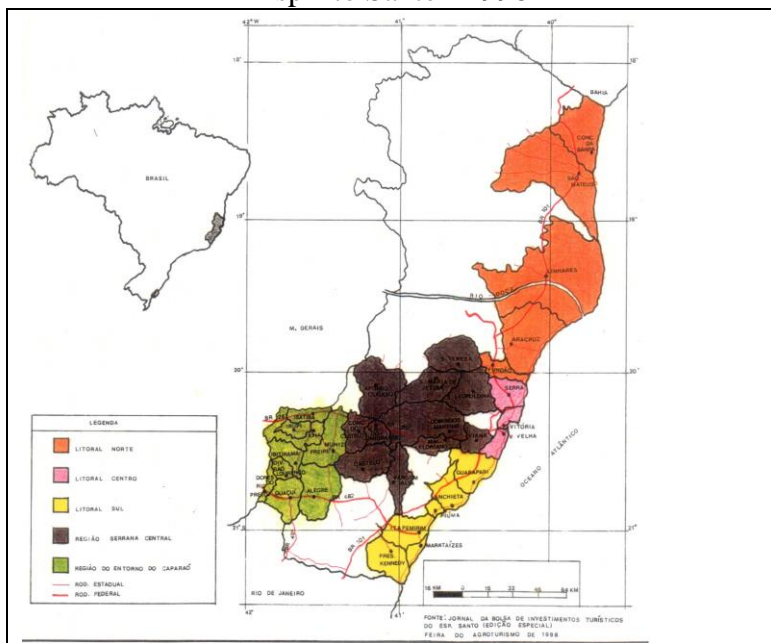
Mesmo simplificada, a regionalização utilizada pelo SEBRAE-ES/ADERES foi assumida para esta investigação por ser oficialmente a base do planejamento estratégico do Programa do Agroturismo, a partir do qual, as ações voltadas para este setor são viabilizadas. Esta regionalização foi oficialmente admitida a partir do documento “*Turismo do Espírito Santo: Diretrizes e Ações 1997/1998*”, elaborado pela ADERES- Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo S/A, vinculada ao Governo Estadual.

O compartilhamento de ações pode atuar como um elemento facilitador importante na otimização dos recursos, na promoção e na comercialização dos produtos turísticos. Neste contexto, é proposta do Governo apoiar a expansão e o desenvolvimento de regiões turísticas de forma regionalizada e integrada levando-se em consideração a similaridade de produtos, proximidade física, acesso e outros elementos que

possam indicar possíveis relações de convivência mútua (ADERES, 1997:53).

Embora esta setorização seja recente, não é dos dias atuais a participação governamental na promoção do turismo. Passa-se neste momento, a resgatar algumas passagens da história do turismo e de seu planejamento governamental no Estado capixaba.

Figura 01: Regionalização do turismo no Estado do Espírito Santo - 1998



A configuração regional do turismo capixaba

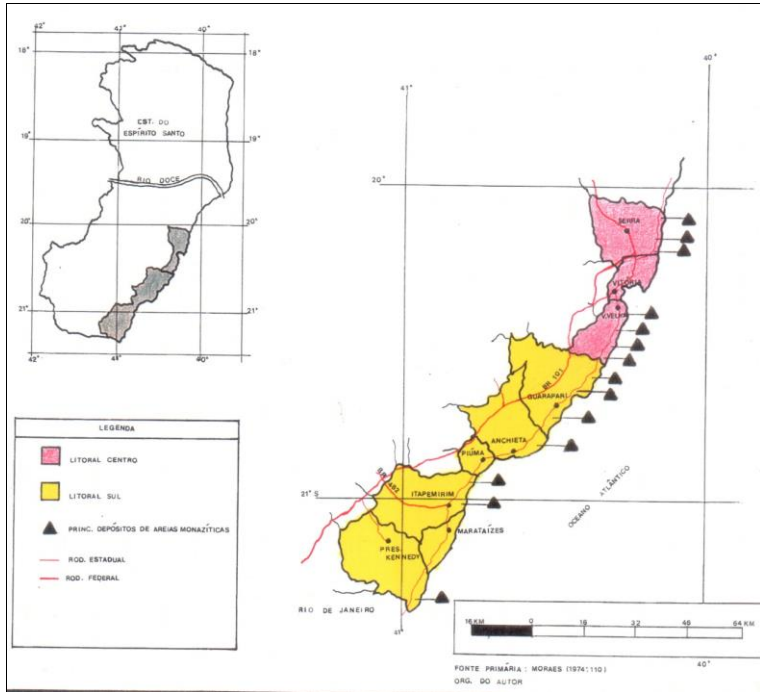
Não se sabe ao certo quando começou a circulação de turistas pelo Espírito Santo, pois os dados existentes, além de não serem de um todo confiáveis, pois as fontes não são reconhecidas pelos órgãos gestores do setor, ainda não passaram por um estudo sistemático, fato que dificultou um maior aprofundamento desta discussão. No entanto, partindo dos registros disponíveis, procurou-se apontar alguns acontecimentos históricos, que deram origem a estrutura turística dos dias atuais.

Os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX foram marcados, vez por outra, por visitantes ilustres, que registraram suas impressões sobre as terras da então selvagem Mata Atlântica, que exuberava desde o mar, até os recantos mais longínquos, onde as expedições pelos rios permitiam penetrar, apesar da rivalidade com os índios. Eram políticos, religiosos, fidalgos da coroa portuguesa e principalmente naturalistas, que descreveram aspectos da antiga configuração das terras e da população capixabas, que embora não fossem exatamente viagens de turismo nos moldes da atualidade, colaboraram para o enriquecimento do potencial turístico do Estado, na medida em que registraram dados sobre histórias pitorescas, paisagens já perdidas e aspectos da cultura popular, que hoje fazem parte dos discursos do marketing e sobretudo das explicações dadas aos visitantes pelos guias de turismo.

Destes viajantes, o mais célebre foi, indiscutivelmente, o francês Alguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que escreveu a obra *“Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce”*, publicada pela Universidade de São Paulo em 1974, onde registrou suas impressões mais marcantes.

O fenômeno turístico brasileiro, na realidade, expandiu-se a partir da segunda metade do século XX, notadamente com a virada da década de 1960 (A. B. RODRIGUES, 1997: 124-147). No caso específico do fluxo espírito-santense, este passou a se projetar a partir de 1950, quando o litoral capixaba começou a exercer forte atração sobre a população de Minas Gerais, que passou a procurar as praias, sobretudo do Litoral Sul, motivados pelos boatos de um tipo raro de areia radioativa indicada para a cura de doenças diversas como o reumatismo, dores pelo corpo, ferimentos de difícil cicatrização, entre outros. Surgiu então, a tradição de se frequentar as cidades de Guarapari, Anchieta, Piúma, e Itapemirim, que juntamente com Vitória, Vila Velha e Serra (atual Região do Litoral Central), formaram a primeira grande região turística do Estado: a chamada “*Faixa Radioativa*” do litoral do Espírito Santo, que hoje também inclui os municípios de Marataízes e Presidente Kenedy, excluindo-se, contudo, os da outra região citada. A figura 02 mostra a localização geográfica destes municípios, bem como das áreas de ocorrência dos principais depósitos de areias monazíticas ao longo da costa capixaba.

Figura 02: Faixa radioativa do Estado do Espírito Santo - 998



A areia especial que deu fama ao Estado do Espírito Santo, é na realidade, rica em minerais radioativos como o fosfato de cério, lantânio, tório, mesotório, além de outros metais raros, como ilmenita, granada, turmalina, zirc nio, rutilo e outros. Segundo GUERRA (1989:296-297):

A monazita se acha disseminada nas rochas eruptivas e o seu aparecimento se verifica após a desagregação mecânica e decomposição química sofridas por essas rochas, liberando assim estes minerais cuja alteração se faz com maior dificuldade.

Em função desta areia em suas praias, Guarapari se tornou o principal balneário do Estado já na década de

60, chegando a se tornar mais badalada no mercado turístico do que a própria capital Vitória, de forma que as “curas milagrosas” promovidas pela radioatividade das monazitas lhe rendeu o título de “*Cidade Saúde*”. Os demais municípios do Litoral Sul embarcaram na emergência de Guarapari, compondo um roteiro de praias que ainda hoje constitui o destino de viagem de milhares de turistas. Para se ter ideia deste fato, durante o alto verão, a população de Guarapari, que é de aproximadamente 60 mil habitantes passa para 600 mil, ou seja, multiplica-se até dez vezes, resultando em graves problemas socioambientais (PORTUGUEZ, 1997:28-29).

Em 1967, o Dr. Cristiano Dias Lopes Filho, governador do Estado, seguindo a tendência do Governo Federal de centralização da gestão de determinados setores produtivos na esfera das ações governamentais – característica do regime militar, criou a ENCATUR – Empresa Capixaba de Turismo, através do Decreto Lei nº 2.296 de 17 de junho de 1967, tendo sido instalada no dia 09 de novembro daquele mesmo ano. Atualmente, esta empresa acha-se em fase de liquidação.

A ENCATUR tinha como principal objetivo, estimular o turismo receptivo no Estado a começar pela Faixa Radioativa, conforme relata o então governador:

No seu primeiro ano de atividade a empresa [ENCATUR] procurou partir em busca de soluções que pudessem contribuir para a formulação dos princípios da Política Estadual de Turismo.

Após os inúmeros estudos e coleta de dados chegou-se à definição de que o potencial turístico do Estado se concentrava principalmente em sua faixa litorânea radioativa, numa extensão de 150 quilômetros, de Nova Almeida, ao nordeste de Vitória, até Marataízes, no sul do Estado,

considerada a partir de então área prioritária no setor (LOPES FILHO, 1971:165).

Em 1971, ainda durante o Governo do Dr. Cristiano Dias Lopes Filho, a ENCATUR – Empresa Capixaba de Turismo S/A elaborou o “*Plano de Desenvolvimento Turístico da Faixa Radioativa do Espírito Santo*”, composto de cinco volumes, contendo uma farta descrição do potencial e características do litoral sul, que pode ser apontado como um dos mais importantes exemplos de preocupação do Governo Estadual com o setor, bem no modelo dos megaprojetos da época, que procuravam estimular o turismo através de macroestruturas e estratégias regionais a partir de centros de polarização, no caso, Guarapari. Neste sentido, aquele governador idealizou a chamada “Cidade do Sol”, por ele descrita da seguinte forma:

Pela sua importância no Plano Turístico Estadual, e pela arrojada iniciativa, a construção da Cidade do Sol, ponto convergente da faixa radioativa do Espírito Santo, merece um capítulo especial no relato das atividades da ENCATUR (...). A Cidade do Sol será implantada numa área de 150 alqueires, dentro de uma tônica urbanística moderna e plenamente assentada sobre o planejamento global do Governo. Disporá, na sua estrutura urbanística, de cerca de 19 mil unidades familiares, além das áreas para implantação de centros comerciais, para construção de hotéis e motéis, do centro de convenções e de todas as demais unidades que comporão o planejamento físico da futura cidade, já dimensionada para receber uma população que se estima 50 a 60 mil pessoas. Fora da temporada, as residências de veraneio programadas na Cidade do Sol poderão representar um coeficiente de hospedagem imenso, cujo significado maior se refletirá na

conquista para a área dos grandes congressos e promoções nacionais e internacionais. (LOPES FILHO, 1971:165-166).

O projeto da Cidade do Sol, que seria implementado na Praia do Sol, entre os municípios de Vila Velha e Guarapari, que passaria a fazer parte do setor urbano da *cidade saúde*, nunca saiu do papel, pois constituiu um megaprojeto oneroso e de sucesso duvidoso aos olhos dos políticos que comandaram o Estado nos anos posteriores. Mostra, porém, a preocupação do governo com o turismo, que naquela época já era visto como uma atividade de grande potencial de promoção do “desenvolvimento econômico”.

No entanto, cabe ressaltar o fato de que a noção de “desenvolvimento” ainda hoje é vista como sinônimo de intervenções de grande impacto na paisagem (“cirurgias”, na voz dos urbanistas e pesquisadores de linha crítica), que mascaram a pobreza, prestando ao espaço um equipamento estereotipado, esteticamente bem elaborado, mas que nem sempre se vinculam à realidade socioambiental dos núcleos receptores, dando assim, origem aos ditos “*não-lugares*” (A. B. RODRIGUES, 1997:25-36).

O espaço é um produto social historicamente (re)produzido. De acordo com a evolução do conteúdo técnico que lhe dá movimento, este espaço pode assumir características totalmente diferentes de seus aspectos originais, perdendo sua identidade e assumindo uma complexidade capaz de torná-lo totalmente artificializado – incluem-se aí, os aspectos da cultura local. Estes são os não-lugares, que no caso do turismo, podem ser representados pelos “resorts”, clubes de recreação de

grande porte e pelos parques temáticos, entre outros exemplos (A. B. RODRIGUES, 1997:25-36).

Em 1989, já no governo do Sr. Max de Freitas Mauro, realizou-se uma série de seminários que deram origem a um conjunto de documentos intitulados “*Espírito Santo Século XXI*”, que analisou a situação socioambiental e político-econômica que o Espírito Santo vivia naquele momento, valendo-se ainda de estudos multidisciplinares que objetivaram a formulação de uma visão crítica das perspectivas do Estado, para orientar as futuras ações governamentais.

Estes documentos foram de fundamental importância para os governos seguintes, pois forneceram importantes dados sobre cada uma das MRHs-Microrregiões Homogêneas do Estado. No documento síntese “*MRH 210*”, percebeu-se um certo redirecionamento na visão de turismo, pois os estudiosos do setor, influenciados pelo movimento ambientalista que crescia naquela época, não o viam mais com tanto romantismo, uma vez que inúmeras considerações críticas acerca dos possíveis impactos socioambientais do turismo já eram previstos para as décadas posteriores.

Previu-se também, um forte impacto da massificação do setor sobre as manifestações tradicionais da cultura popular, que perderam inúmeros traços em função da falta de interesse tanto dos setores da sociedade que as mantinham vivas, quanto por parte das políticas públicas que vigoravam naquela época.

Um outro estudo que também detalhou alguns aspectos do Litoral Sul, foi realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves em 1993, quando inúmeros dados foram atualizados em nome de um melhor planejamento governamental daquela região. Trata-se do “*Plano de Desenvolvimento Turístico do Espírito Santo – Projeto Macrozoneamento Costeiro do Espírito Santo*”, que

procurou valorizar o potencial receptivo das cidades do Litoral Sul, sem, contudo, conseguir elaborar um plano competente de gestão daquele espaço, que impedisse a perda do potencial existente, pois já no final da década de 80, Guarapari - e seu entorno - experimentou um momento delicado em seu processo de “desenvolvimento” via turismo com a degradação de suas praias, fato que se deve sobretudo à extração de areia para o aproveitamento dos minerais tório e mesotório, para a produção de energia nuclear, bem como do cério, que segundo MORAES (1974:111), é utilizado em diversos ramos da produção industrial:

O emprego das terras raras, principalmente o cério, é muito diversificado. Na atualidade são muito empregadas nas ligas pirofóricas de cério para as lâmpadas de arco dos refletores. Têm também aplicação na fabricação de vidros especiais que deixam passar os raios luminosos, mas refletem os ultravioletas e grande parte dos térmicos; na produção de ligas resistentes e leves (...); como catalisadores em diferentes ramos da atividade química, assim como em corantes.

Mas esta exploração não data da década de 80. Conforme este mesmo autor, já na virada deste século, a atividade extrativa da areia chegou a ser o segundo produto de exportação do Estado, correspondendo a 04% do volume total, perdendo apenas para o café, que representava 94,5% das exportações daquele período (MORAES, 1974:112).

Com isto, ocorreram dois fatos de grande importância: a substituição do atrativo do Litoral Sul e a emergência de novas regiões turísticas no Estado. No que se refere à substituição da oferta, cabe reforçar a ideia de que a estrutura turística já estava posta à disposição da demanda, o que ocorreu, na realidade, foi a elaboração de

uma nova estratégia de marketing turístico, que passou a valorizar novas potencialidades daquele setor, como o turismo “sol e praia” propriamente dito - com todo seu aparato técnico - em Guarapari: Ao analisar a redefinição turística desta região, A. C. D. RODRIGUES (1989:33), lembrou que:

(...) no caso de Guarapari, por exemplo, já se observa uma clara alteração do turismo/saúde anterior, que se baseia em aspectos como bucolismo, tranquilidade, etc., para um mercado que se estrutura em serviços mais sofisticados, promoções, etc.

Também digno de nota, é a valorização do turismo religioso em Anchieta desde aquela época (anos 70 e 80). Porém, os resultados mais positivos desta modalidade só ganharam fôlego em maio de 1998, quando as autoridades locais, juntamente com a ABRAPA – Associação Brasileira dos Passos de Anchieta – criaram um roteiro para andarilhos devotos do beato, que caminham desde a Catedral Metropolitana de Vitória até a Igreja de Nossa Senhora de Santana em Anchieta, perfazendo um percurso a pé de aproximadamente 90 quilômetros. Esta rota está sendo vendido pelo marketing como sendo a versão brasileira do “Caminho de Santiago de Compostela” (FERNANDES e SOUZA, Revista Manchete, 30/05/1998:43-49), fato que tem estimulado ironias dos críticos do setor, que vêm ridicularizando esta comparação em artigos e charges de jornais.

Atualmente, o Litoral Sul está passando por um período de reestruturação físico- territorial para comportar o grande fluxo de turistas que, sobretudo durante o alto verão, fluem maciçamente para os balneários, que se sufocam com o crescimento repentino da população, fato que geralmente resulta em graves

problemas de saneamento e equilíbrio ambiental. Com isto, cai a qualidade da estada e, conseqüentemente, o volume de turistas, pois visitantes e residentes se vêm obrigados a conviver com graves incômodos, dentre os quais a falta de água figura como o mais importante.

Foi, portanto, com a alteração do perfil turístico do litoral radioativo que outras regiões turísticas emergiram no Estado: a consolidação do Litoral Central como uma região turística independente, formado pelos municípios da Serra, Vitória e Vila Velha e o Litoral Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz e Fundão.

Na realidade, o Litoral Central nunca precisou de uma política pública voltada exclusivamente para sua projeção enquanto área de recepção, pois todos os planos de promoção de qualquer área turística capixaba sempre envolveram esta região de alguma forma, até pelo fato de Vitória, sua principal unidade constituinte, ser a capital do Estado. No entanto, são muitas as estratégias de fomento ao turismo implementadas por cada município, que não serão analisadas neste trabalho por não apresentarem uma ação integrada com os demais municípios da região.

Conforme discussões anteriores, paralelamente ao crescimento do fluxo no Litoral Sul, cresceu também o do Litoral Central. Esta segunda região turística passou a se projetar como unidade regional autônoma a partir do final dos anos 80, tanto por ser o ponto de convergência dos turistas em trânsito pelo Estado, quanto pelo equipamento urbano que oferecia, e ainda oferece, as melhores condições de hospedagem, alimentação, vida noturna e recreação diurna do Espírito Santo. Evidentemente, o fato de abrigar a capital do Estado, a cidade de Vitória, este setor do litoral foi privilegiado por uma infinidade de situações, que acabaram lhe

conferindo uma posição de destaque no cenário turístico capixaba.

Além da estrutura citada, as vantagens políticas e econômicas proporcionadas pela complexidade urbana da Grande Vitória devem ser ressaltadas. É nesta região que se localizam as principais empresas, as maiores indústrias, as melhores estradas, o maior mercado consumidor, a maior malha de serviços e comércio, enfim, uma série de fatores que transformaram o Litoral Central em um ponto de visitação indispensável aos visitantes que transitam pelas terras espírito-santenses. A tudo isso, associa-se o fato de esta região estar em uma posição geográfica privilegiada, na porção central do litoral, próxima às demais regiões, o que também facilita a programação de roteiros integrados.

São muitas as modalidades de turismo praticadas no Litoral Central, que vão desde o tradicional “sol e praia”, até modalidades “alternativas”, como o “turismo ambiental”, praticado nas unidades de conservação, e o “turismo cultural”, junto às comunidades tradicionais, onde o artesanato ainda constitui importante atrativo, como em Goiabeiras, onde vivem as “paneleiras de Vitória”, mulheres famosas em todo o Brasil em função da produção de panelas de barro.

A complexidade urbana também favorece outras práticas turísticas, como o “turismo de compras”, o “turismo fabril” – em indústrias de grande porte, como as visitas às instalações da Cia Siderúrgica de Tubarão e à Fábrica de Chocolates Garoto, entre outras.

Comumente, os roteiros de “city tour” envolvem apenas os municípios de Vitória e Vila Velha, deixando o da Serra para roteiros alternativos, que geralmente se integram ao Litoral Norte, ou seja, a terceira região turística.

Em trabalho anterior, ao analisar a complexidade das regiões turísticas do Estado, foi afirmado que as características gerais do município da Serra o aproxima muito mais dos aspectos que configuraram o Litoral Norte, do que o Central, embora tenha reconhecido a importância paisagística dos manguezais existentes na fachada sul do município³, que vem sendo estudada para a implementação de roteiros ecoturísticos que integrem os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, todos banhados pelas águas da baía de Vitória, através da qual circularão as embarcações credenciadas para a condução dos grupos pelos exóticos bosques de mangues.

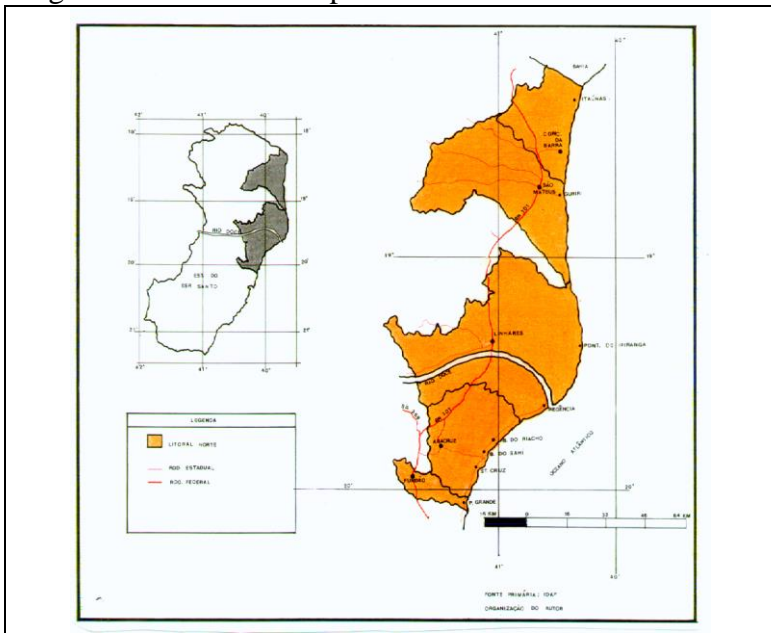
Mesmo assim, foi proposta a inclusão da Serra no Litoral Norte, baseando-se em alguns aspectos importantes: o município da Serra mantém acordos de planejamento conjunto com os de Aracruz e Fundão, além de sua sede achar-se situada a uma considerável distância das áreas de práticas turísticas – as praias, fato que faz surgir um crescimento desequilibrado entre os seus distritos. Com isto, estes acabam reivindicando suas emancipações, a exemplo do ocorrido com Marataízes, que separou-se do município de Itapemirim no Litoral Sul, causando uma séria queda na arrecadação daquela Prefeitura.

Este fenômeno ocorre muito claramente no Litoral Norte, pois com exceção de Conceição da Barra, todos os outros quatro municípios possuem distritos e lugarejos em franca ascensão socioeconômica (e sedes situadas em pontos distantes do litoral), onde o modelo “sol e praias”

³ O primeiro trabalho acadêmico elaborado sobre o potencial ecoturístico da baía de Vitória onde se localizam os manguezais do município de Serra, intitula-se “*A Organização Natural e Cultural da Baía de Vitória e Seu Entorno, e o Aproveitamento de Suas Potencialidades Turísticas*”, publicado por PORTUGUEZ (in LEMOS, 1996:57-78).

constitui a principal modalidade de turismo praticada. Guriri, em São Mateus, Itaúnas, em Conceição da Barra, Pontal do Ipiranga, em Linhares e Coqueiral de Aracruz em Aracruz, são apenas alguns exemplos de localidades onde as práticas recreacionais alcançam grande importância socioeconômica, fazendo se cogitar a possibilidade de possíveis emancipações. A figura 03 mostra a localização dos Municípios do Litoral Norte, com seus balneários mais visitados.

Figura 03: Estado do Espírito Santo – litoral norte – 1998



Como se vê, no Espírito Santo o turismo já se mostra como uma atividade cuja energia está dando origem à possibilidade de uma nova divisão política. Trata-se de um claro impacto sobre a organização espacial, onde o modo de produção capitalista mostra

mais uma vez seu poder de produção e de reprodução de espaços, que neste caso são criados, ora pelo, ora para o turismo.

O litoral Norte nunca contou com um estudo acadêmico sobre seus aspectos turísticos, fato que também dificultou o resgate de suas características mais relevantes. O Estado também nunca elaborou nenhuma proposta consistente de uso integrado, embora suas potencialidades turísticas já tenham sido reconhecidas pelos governantes. Das referências encontradas nos registros oficiais de governo, merece destaque uma passagem do “*Relatório de Informações Infraestruturais do Espírito Santo*”, apresentado pelo então governador, o Dr. Max de Freitas Mauro em 1988:

O litoral norte caracteriza-se principalmente pela primitividade de suas praias, que se constituem no principal atrativo natural, aliado à riqueza de seu folclore e artesanato. Merece especial atenção nessa região a Lagoa Juparanã, em Linhares, o sítio histórico do Porto de São Mateus e a Floresta de Raízes, [manguezais] em Conceição da Barra (ES- GOVERNO ESTADUAL, 1988:63).

Ainda hoje, o Litoral Norte possui praias praticamente selvagens, pouco ou até mesmo não ocupadas pelo homem. São muitas as localidades receptoras, mas as condições de acessibilidade são precárias, até mesmo pelo fato de se localizarem a uma certa distância das sedes municipais.

Regência, por exemplo, é uma comunidade de aproximadamente 300 habitantes situada em Linhares. Recebe cerca de 3.600 turistas por ano conforme dados da Prefeitura, mas para chegarem até lá, estes percorrem 26 quilômetros em estradas de terra. É nesta localidade

que o Projeto Tamar – Projeto de Proteção das Tartarugas Marinhas – instalou uma das três principais bases de coleta de dados para pesquisas no litoral brasileiro, bem próximo a foz do rio Doce. Com o exposto, se vê que existe potencial, mas não existe estrutura adequada, por mais que o Tamar invista em equipamentos como museu ecológico, restaurante, pousada, lojas para venda de produtos do projeto, entre outros.

Por outro lado, o aumento do fluxo pode vir a trazer sérias alterações socioambientais, que necessitam ser evitadas através de competentes programas de controle ambiental, para que as praias desta região não sejam tão impactadas pelo turismo mal planejado, a exemplo do Litoral Sul.

Nesta perspectiva, o crescimento do turismo não pode implicar somente no aumento quantitativo da demanda. A oferta deve ser bem elaborada e a estrutura de consumo que venha a se estabelecer no Litoral Norte, como em qualquer região turística, deve levar em consideração a questão das agressões ambientais, até por que esta é uma área já bem degradada em função da expansão da monocultura extensiva do eucalipto, que ocupa gigantescas áreas em todos os municípios do setor.

As alterações já projetadas pelo eucalipto sobre as paisagens já começaram a dar resultados indesejáveis. Segundo PENHA e OLIVEIRA (1995:89-90)⁴, até os anos 70, o município de Conceição da Barra era ocupado por uma população predominantemente rural, que vivia do cultivo de produtos alimentícios de subsistência e pequenos roçados comerciais, quando as propriedades

⁴ Anotações da apresentação oral na sessão de comunicações livres e texto do livro de resumos do I Encontro Nacional da ANPEGE- Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia: “Território Brasileiro e Globalização”, realizado de 05 a 09 de setembro de 1995 em Aracaju – Sergipe.

passaram a ser absorvidas pelo programa de expansão do plantio de eucalipto, ocorreu a expulsão dos agricultores para o núcleo urbano, que não teve como absorvê-los no mercado de trabalho local. Conforme os estudos destes autores, o que restou para esta população de indivíduos analfabetos e desqualificados, foi a sobrevivência através do mercado informal, mantido pelo turismo.

Se por um lado o turismo foi a alternativa de geração de renda para esta população (venda de coco, picolés, artesanatos simples, serviços domésticos ou de vigilância de carros nas praias ou de residências de veraneio), por outro causou um grande incômodo para os banhistas, que passaram a conviver com um considerável número de pedintes e, em alguns casos, a serem molestados por furtos e propostas de prostituição.

A programação de roteiros integrados pelas praias do Litoral Norte não tem sido tarefa das mais fáceis. Muitas localidades acham-se isoladas uma das outras, o que exigiria um grande investimento em vias de acesso e estruturação de oferta, além de não existir uma programação satisfatória de transporte coletivo, que desestimula o fluxo para muitos balneários daquele setor.

Por fim, um fenômeno que vem ocorrendo em todo o Estado merece um especial destaque na região em análise: a “febre” dos carnavais fora de época, nos moldes das folias de rua da cidade de Salvador (BA).

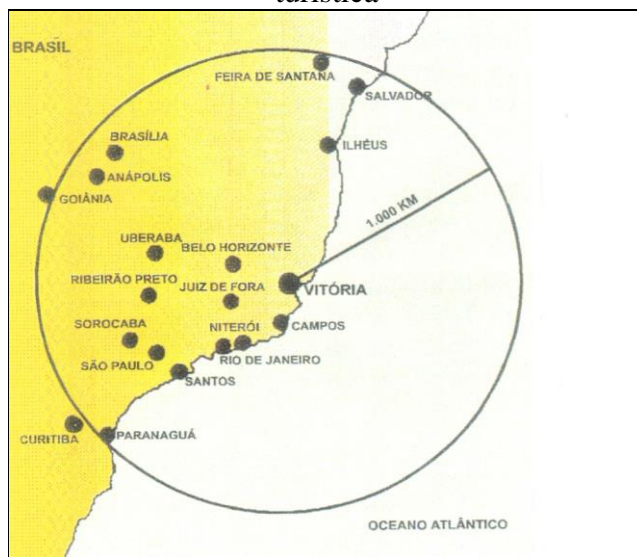
São festas públicas programadas pelas Prefeituras em parceria com o empresariado local, que geram grande movimentação de turistas durante os eventos. Geralmente ocorrem nas sedes municipais para estimular o fluxo para as mesmas, uma vez que as áreas litorâneas já são tradicionalmente procuradas. Destes carnavais, o mais conhecido é o do município de Linhares - o “*Micareense*”- que ocorre geralmente no mês de abril. Embora atraiam um fluxo considerável, os carnavais fora

de época não têm trazido os resultados desejados para as Prefeituras, fato que tem gerado graves discussões políticas, acerca dos gastos das Secretarias Municipais de Turismo com a programação dos eventos com recursos públicos.

Como se viu, o litoral capixaba é, sem sombra de dúvidas, o berço do turismo estadual, sendo a área de maior atração turística, que tem na tropicalidade de seus muitos balneários o seu principal atrativo. A preferência pelo litoral é nítida na palavra dos turistas que visitam o Estado, conforme revelou a “*Pesquisa de Fluxo Receptivo*” realizada pela ex-Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDES, em 1994.

Conforme este estudo, os turistas que visitam o Espírito Santo são fundamentalmente sudestinos, de modo que Minas Gerais contribui com aproximadamente 46,4% do fluxo total, sendo portanto, o maior centro emissor. Naquele ano, 14% dos turistas eram do Rio de Janeiro, 12% de São Paulo, 7,1% do Distrito Federal e as demais Unidades Federativas contribuíram com os 20,9% restante do fluxo, onde se incluiu também o pequeno número de estrangeiros que visitaram o Estado. Com o exposto, verifica-se que o turismo do Espírito Santo se caracteriza pelo seu caráter eminentemente nacional. A figura 04 mostra que as principais áreas emissoras se encontram dentro de um raio de aproximadamente 1.000 quilômetros contados a partir de Vitória, capital do Estado. Algumas das principais cidades do Centro-Sul brasileiro acham-se situadas dentro do referido raio.

Figura 04 - Raio de atração da demanda turística



Fonte: ADERES (1997:09).

Como se viu, a origem dos turistas exige que a oferta seja dotada de boa qualidade, pois a clientela é oriunda dos grandes centros da Região Sudeste, onde a vida citadina disponibiliza uma série de recursos que devem também ser oferecidos pelos núcleos receptores que os acolhem. Embora seja contraditório à ideologia do “turismo alternativo”, a população visitante tende a exigir o conforto típico dos lugares de origem, o que atesta seu caráter urbano massificado.

Conforme esta mesma pesquisa, 84% dos turistas declararam que viajaram unicamente para descansar, enquanto 13% afirmaram que seus deslocamentos se devem a atividades profissionais, visitas a amigos ou parentes. Eventualmente, estes últimos também aproveitam o tempo livre para recrear, o que acaba

estimulando a estrutura de gastos junto aos equipamentos disponíveis.

Quanto aos atrativos, cabe ressaltar que aproximadamente 72% dos entrevistados afirmaram que a tropicalidade dos balneários capixabas constituía o atrativo que motivou suas viagens. Tal afirmativa reforça a importância do turismo “sol e praia” para o Estado, que se manifesta ainda, nos atuais projetos em fase de viabilização financeira pelo Governo Estadual.

São ao todo trinta e cinco projetos de construção de hotéis, resorts, pousadas, parques temáticos, marinas e outros, dos quais vinte e oito estão sendo implementados na faixa costeira, distribuídos da seguinte forma: onze, no Litoral Central, onze no Litoral Sul, sete no Litoral Norte, cinco na Região Serrana Central e um em Colatina - Município com potencial turístico, situado em um setor mais isolado do norte do Estado⁵.

Como qualquer área litorânea, o Espírito Santo vem sofrendo com um fenômeno de graves consequências: a alta sazonalidade da demanda, com a concentração das viagens nos meses de verão, afluindo um gigantesco contingente de turistas durante um período específico do ano, causando uma considerável concentração do uso do espaço receptor e, conseqüentemente, concentrando também os impactos socioambientais.

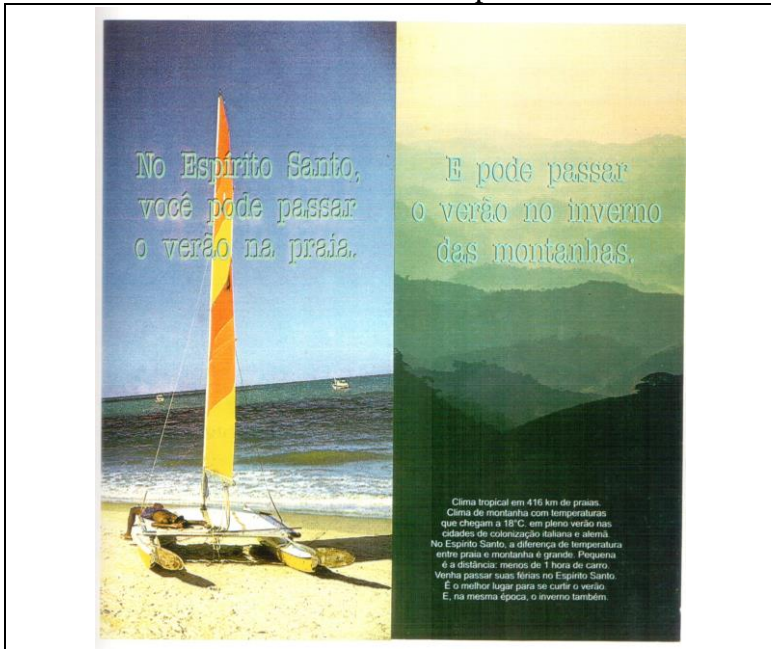
Para minimizar as más consequências da sazonalidade, o Governo Estadual, em parceria com as Prefeituras Municipais e iniciativa privada, vem incentivando a visitação a outras regiões turísticas do Espírito Santo, na tentativa de ofertar roteiros opcionais tanto para os turistas de outros Estados brasileiros,

⁵ Dados divulgados pelo Governo Estadual através do convênio ADERES/SEBRAE/EMBRATUR, em publicação promocional da Bolsa de Investimentos Turísticos do Espírito Santo (1998).

quanto para a população capixaba. Tais roteiros não chegam a competir com o turismo litorâneo, mas o complementam através de passeios programados a partir das áreas urbanas costeiras, onde se veicula o slogan “*Espírito Santo, mar e montanha*”, como se pode observar no exemplo do folheto promocional que segue:

Este material, amplamente divulgado pelas agências de viagens de todo o país mostra uma nova imagem que se pretende passar das terras capixabas, não mais somente como o “paraíso das praias”, mas com uma oferta paisagística diversificada e atraente durante todo o ano, sobretudo no verão.

Figura 05- Folheto de Promoção Turística do Estado do Espírito Santo. Fonte: Câmara Estadual de Turismo (sd) - Governo do Estado do Espírito Santo.



Como foi visto, não existe a intenção de incentivar a substituição da prática já estabelecida ao longo da costa. O programa de incentivo ao “turismo alternativo” nas duas outras regiões turísticas do Estado - “agroturismo” na Região Serrana Central e do “turismo ambiental” no Entorno do Caparaó – emergem, pelo menos em tese, como uma segunda opção de entretenimento, bem como uma estratégia de interiorização de oportunidades de desenvolvimento através de uma atividade de baixo custo operacional, que agregue renda para as coletividades residentes no setor serrano do Estado.

Segundo COMASTRI, PIMENTEL e SÁ (1981:11) a criação do Parque Nacional do Caparaó começou a se configurar a partir do dia 20 de setembro de 1948, quando o Decreto Lei Estadual foi assinado pelo então governador, o Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, que instalou a *Reserva Florestal do Pico da Bandeira*, doada posteriormente ao Governo Federal para que este instaurasse o Parque, que foi efetivamente implantado pelo Decreto Lei nº 50.646 de 24/05/61, assinado por Jânio Quadros, então Presidente da República. Embora dotado de inúmeros atrativos, como trilhas ecológicas, cachoeiras, fauna e flora nativa de grande valor ambiental, paisagens paradisíacas, entre outros, é o Pico da Bandeira, com seus 2.890m – 3º maior do Brasil - que realmente encanta os turistas, que para lá viajam em busca de algumas das muitas aventuras proporcionadas pelo turismo ecológico local.

O entorno do Parque despertou o interesse do governo estadual para fins de turismo naquela mesma década de 40, mas esta atividade incrementou-se a partir do final dos anos 60, quando o Dr. Cristiano Dias Lopes Filho mostrou grande preocupação em aproveitar as potencialidades de seus 26 mil hectares para fins de recreação. Pensou em propor um plano de manejo através da ENCATUR, mas não chegou a concretizá-lo, pois a acessibilidade sempre foi um fator limitante do fluxo.

Por sinal, as vias de acesso só começarão a ser abertas pelo lado capixaba a partir de 1998, quando o Estado iniciará as obras de uma estrada-parque que terá aproximadamente 100 quilômetros de extensão, ligando a BR 262 com a BR486-MG, conforme compromisso firmado no dia 05 de junho de 1998 quando o Dr. Vitor Buaiz, atual governador, assinou o “Termo de Referência”, que instaura os estudos preliminares para a execução do referido empreendimento.

Seu entorno, que constitui a Região Turística do Parque Nacional do Caparaó, é formado pelos municípios de Dolores do Rio Preto, Irupi, Muniz Freire, Alegre, Guaçuí, Divino De São Lourenço, Ibatiba, Ibitirama e Iúna, conforme se vê na figura 06.

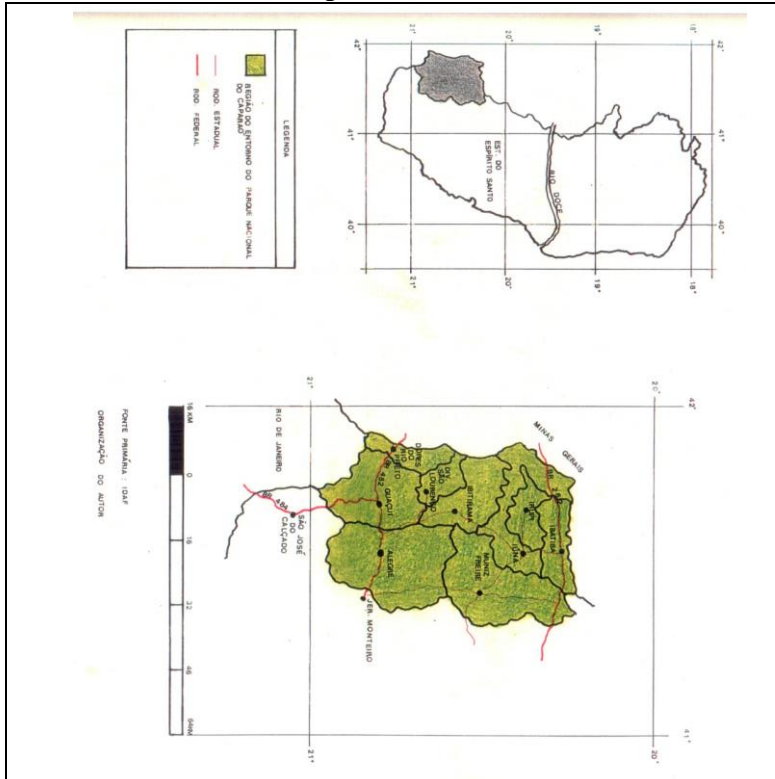
Estes municípios formam um aglomerado de pequenas localidades situadas ao pé das elevações mais altas, que servem de bases de apoio para os grupos de andarilhos que cruzam as trilhas que dão acesso a algumas das maiores elevações do Estado. Os documentos analisados, mostraram que o entorno do Caparaó sempre teve suas potencialidades reconhecidas pelos governantes que estiveram à frente do Estado desde sua criação, mas que em função das dificuldades de acesso, nunca chegaram a constituir uma prioridade para o marketing turístico, pois procurou-se valorizar as modalidades mais difundidas, como oportunidade de fazer reproduzir os bons resultados dos investimentos no menor prazo de tempo possível.

Mas a partir dos anos 80, sobretudo com a virada da década de 90, emerge sobremaneira o movimento ambientalista em todo o mundo, inclusive no Brasil, que sediou a *II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* – Rio Eco 92. Fortaleceu-se as atividades comprometidas – ou supostamente comprometidas - com a conservação ambiental, dentro do discurso do “desenvolvimento sustentável”, que tem embalado uma infinidade de projetos de governos e da iniciativa privada. Tais empreendimentos atingiram, e ainda atingem, os mais diversificados setores produtivos, dentre eles o turismo, através das ditas “modalidades alternativas”, dentre as quais se destaca o “ecoturismo” e também o “turismo rural”, ou talvez, o “turismo ecorrural (A. B. RODRIGUES in ALMEIDA, FROEHLICH e

RIEDL- org., 1998:95-96), que será posteriormente analisado.

Conforme discutido anteriormente, o turismo não se reveste somente de glamour, sendo considerado, como qualquer outra atividade social mal planejada, um grande gerador de impactos socioambientais. Neste sentido, torna-se necessário lembrar das palavras de SOUZA (in A. B. RODRIGUES, 1997c- org.: 20-21), que afirmou que o grau de complexidade da demanda regula, pelo menos em boa parte, os tipos de impactos por ela provocadas. Neste caso, segundo o autor, os efeitos positivos do turismo podem até predominar. Por outro lado, em localidades de cultura tradicional, como a da Região do Entorno do Caparaó e as da Região Serrana Central, os impactos negativos podem ser “traumáticos”. Um lugar dotado de alta complexidade técnica, tende a dissipar as referidas agressões.

Figura 06: Região do entorno do Parque Nacional do Caparaó – 1998



Com o exposto, vê-se que um Parque, como qualquer área de natureza conservada, enquadra-se na categoria dos lugares mais simples (SOUZA, in A. B. RODRIGUES- org., 1997c: 21), o que os tornam altamente vulneráveis aos impactos decorrentes de uma prática turística desprovida de cuidados. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o “turismo alternativo”, sobretudo o ecoturismo, quando mal ordenado, torna-se muito mais predatório que as ditas modalidades tradicionais do turismo de massa.

Como já é de conhecimento geral, o meio urbano é a grande área emissora dos turistas que buscam o meio rural e estes lugares ditos “naturais”, atendendo aos apelos da mídia que procura constantemente veicular a “ideologia do retorno à natureza”, fundamentada no discurso da vida citadina como massacrante e estressante, cujo cotidiano tende a distanciar as pessoas da vida saudável, de modo que elas devem buscar nas viagens agroturísticas e/ou ecoturísticas, o descanso e a paz há muito perdidas nos grandes centros. A este respeito, A. B. RODRIGUES (in ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL-org., 1998:86) afirmou:

(...) o crescimento das modalidades de turismo relacionadas, de alguma forma, a espaços não urbanos, revela uma necessidade, cada vez mais estimulada pelos meios de comunicação de massa, do retorno a uma vida bucólica que o processo avassalador de urbanização não tem condições de conservar. Trata-se na verdade, de um amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica pelo qual passam as sociedades ditas avançadas e, portanto, altamente urbanizadas, onde impera uma cultura baseada no culto ao individualismo. Assim a montanha, a natureza exuberante ou, de modo mais genérico, a paisagem natural, converte-se no cenário onde os

citadinos buscam reencontrar valores que o chamado progresso eliminou da vida cotidiana.

Esta mesma autora se refere ao turismo rural e ao ecoturismo – ainda criticando o marketing – como exemplos de atividades que possibilitam o reencontro com tempos e com os lugares perdidos, por ela chamado de movimento do “retrô (A. RODRIGUES, in ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL- org., 1998:88).

Com toda esta discussão, pode-se compreender que a valorização do turismo ecológico na Região do Entorno do Parque Nacional do Caparaó, e também do agroturismo na Região Serrana Central vêm responder aos anseios não somente do cidadão urbano em sua necessidade de repouso e dos pequenos produtores que sonham com lucros maiores, mas sobretudo de toda uma estratégia de publicidade e marketing.

Ainda é válido lembrar que o Governo Estadual se comprometeu em apoiar iniciativas de estruturação física das localidades situadas nesta região de turismo ambiental, que a partir deste ano, terá seu fluxo bem intensificado, o que conduzirá à carência de estudos voltados para a avaliação da capacidade de carga do Parque, para que seus recursos não entrem em processo de degradação.

Por fim, resta caracterizar o Programa do Agroturismo, elaborado pelo Governo Estadual no final dos anos 80, ao qual se atribui a formação da quinta e última região turística: a da Serrana Central do Espírito Santo, domínio do “turismo rural”.

O TURISMO COMO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MEIO RURAL

Não se deve jamais esquecer que todo processo de desenvolvimento é a longo prazo e de sucesso incerto, sobretudo nas regiões em claro declínio e abandono (...) e na falta de meios, nomeadamente financeiros, de líderes e de técnicos profissionais (...), coordenadores e promotores(...) (Carmina CAVACO, 1996: 97).

A história econômica mundial mostra claramente o quanto o "desenvolvimento" não se processou de forma espacialmente homogênea, em função dos modelos mundialmente adotados de reprodução do capital, que ainda hoje, têm um papel altamente segregador, na medida em que privilegia algumas áreas para implementação de projetos desenvolvimentistas, em detrimento de outras.

Neste sentido, dentro da chamada "engrenagem global", o meio rural passou a atuar como área marginalizada, uma vez que o discurso clássico da "modernidade", apoiou-se durante anos na atividade industrial, privilegiando a cidade, num processo hierarquizador destes lugares, onde o campo passou a exercer o papel de saneador das necessidades urbanas (fornecimento de matéria-prima, alimentos, água potável, reservas de valores, entre outros exemplos), fato que resultou no retardamento - e em alguns casos, até mesmo na atrofia - de suas empreitadas de promoção do crescimento econômico e da conquista de uma melhor qualidade de vida. Ao campo, coube neste processo, a função de consumir os serviços e produtos oriundos das

idades, num comportamento eminentemente passivo diante do dito "progresso global".

Não só no Brasil, como em muitas outras nações do mundo, o processo - mesmo que diferenciado - de urbanização provocou o esvaziamento das áreas rurais, resultando não só em graves problemas sociais para o meio rural, como também para o urbano. O campo passou a depender cada vez mais do governo para manter-se produtivo, mas mesmo com este auxílio, em muitos casos a produtividade permaneceu insuficiente para assegurar o bem-viver das populações rurais, que experimentaram - e muitas ainda experimentam - dolorosas fases de escassez dos mais elementares recursos de subsistência.

A este respeito, CAVACO (in A. B. RODRIGUES-org., 1996:96) lembrou que:

O mundo ocidental conhece atualmente múltiplas situações de crise econômica e social, mas também de novas oportunidades, geradas por sistemas de apoios oficiais e privados, nomeadamente no quadro de programas nacionais e comunitários, pelas novas tecnologias de comunicação, informação, produção, organização e marketing ou pelas inovações no sentido da qualidade (...). No nível de microrregiões, nos pequenos territórios, aldeias e populações, são fortemente sentidas as mediocridades de rendimentos e condições de vida, a falta de empregos e ganhos, traduzidas no êxodo, a de serviços de apoio aos idosos, as insuficiências no acesso e na qualidade do ensino ou da assistência, a falência das atividades econômicas, a destruição dos tecidos socioeconômicos, a pobreza, a degradação geral da habitação, dos fontanários, das ruas das aldeias.

Neste sentido, uma série de medidas, como: linhas de crédito, subsídios, financiamentos de produção, entre outras, foi tomada em nome do socorro ao meio rural, resultando em outros graves problemas como: a elevação dos custos sociais da produção, incentivo à dependência financeira, juros elevados e até mesmo o comprometimento da posse da terra em caso de longas inadimplências por empréstimos.

Em uma primeira análise, a esfera técnica⁶ do campo pode ser considerada como um prolongamento da "tecnoesfera" urbana, ou melhor dizendo, sua reedição, onde as características locais não chegam a constituir um ambiente técnico autônomo. Desta forma, reproduz, dentro de certas especificidades, o conteúdo do urbano em pleno meio rural, evidenciando, desde seus anseios, até suas mazelas e necessidades. Por este motivo, há quem diga que os grandes problemas rurais são originados nas cidades.

Mas em função da maior complexidade da sua tecnoesfera, as cidades dispõem de maiores recursos mobilizáveis para amenizar suas angústias, enquanto ao campo, segregado nas instâncias do poder, restam apenas duas alternativas: esperar passivamente as atitudes caridosas de socorro vindas sobretudo do Estado paternalista, ou reagir, mobilizando suas próprias forças - mesmo que poucas - para resolver seus problemas.

Tal reação, fruto das dificuldades enfrentadas pelas populações rurais de se inserirem no processo de

⁶ Segundo Milton Santos (1988:10), as técnicas que constituem o conteúdo da tecnoesfera, são um “conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada (...) Devem ser entendidas em sua coabitação em um lugar, mas também na sua sucessão”.

“desenvolvimento”, levaram-nas a investirem nas formas "alternativas" de produção, geralmente baseadas na multifuncionalização⁷ das propriedades, na diversificação das atividades produtivas, bem como na mobilização de recursos tecnológicos (automação e mecanização da produção rural).

É neste sentido que novas experiências vêm sendo implementadas no meio rural, na tentativa de amenizar, pelo menos em parte, seus mais variados problemas. Iniciativas como: a valorização da indústria familiar, o revigoramento do artesanato, o incentivo aos setores comercial e de serviços, a emergência do trabalho informal e a implantação de programas de “turismo alternativo”, são apenas alguns dos exemplos mais notáveis.

No caso específico deste trabalho, focalizou-se uma das modalidades do turismo praticado em espaço rural: o agroturismo, que no Espírito Santo, foi eleito como uma das principais atividades a serem fomentadas pelo Governo Estadual, como oportunidade de promoção do “desenvolvimento” do campo, não para substituir as atividades agro-silvo-pastoris tradicionais, mas para possibilitar a multifuncionalização das propriedades e como alternativa de geração de renda e ocupação para a população da chamada Região Serrana Central.

Para melhor se compreender esta atividade, passa-se a resgatar algumas considerações acerca de suas dimensões conceituais, pois a impropriedade vocabular existente nos documentos disponíveis, acabaram por passar a ideia de que o agroturismo é a “salvação da

⁷ O fenômeno da multifuncionalização pode ser entendido como a agregação de atividades produtivas em uma determinada organização - no caso as propriedades rurais - de modo a diversificar produtos, serviços e mercadorias na tentativa de criar condições para o aumento da renda e da oferta de postos de trabalho pela mesma.

lavoura”, procurando muito mais prestar-lhe glamour, do que defini-lo propriamente.

Agroturismo - aspectos conceituais

Tem-se tornado comum encontrar nas obras dedicadas ao estudo do turismo rural, uma grande confusão terminológica, que muito dificulta sua apreensão conceitual. A este respeito, TULIK (in A. B. RODRIGUES, 1997c- org.:137) afirmou que:

A avaliação da literatura existente sobre Turismo Rural mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país e expressam diferentes maneiras de aproveitar os recursos do espaço rural e os programas e ações empreendidos nessa área.

O resultado mais óbvio deste fato, é a proliferação de trabalhos - científicos ou não - comprometidos com uma infinidade de termos, que pelo fato de serem imprecisos, resultam na aceitação de “submodalidades” do turismo rural: turismo verde, turismo naturalista, de habitação, de estância, de retorno, de montanha e, entre outros, o agroturismo.

A afirmativa desta autora pode ser comprovada com a revisão da literatura europeia sobre turismo rural, que evidencia uma clara variedade de métodos e intenções acerca desta modalidade. Segundo GÓMES (1988:14), entre os países europeus onde os programas de fomento ao turismo rural acham-se mais desenvolvidos, existem diferentes concepções sobre o que se deve entender por espaço rural, pois a definição do turismo nestas localidades depende do esclarecimento do que se deve considerar como áreas de referência.

Assim, a Itália e a França costumam definir como espaço rural, as zonas com pequenos núcleos de população, onde se verifica uma certa tendência de contraposição entre os espaços rural e o cidadão. Na Itália, inclui-se as áreas de montanhas como parte do ambiente rural, enquanto na Grã-Bretanha e Irlanda, o campo é visto como o antônimo de cidade, com um fato em particular: todas as aglomerações humanas são vistas como cidades, independentemente do tamanho e/ou de sua população absoluta. Por fim, este mesmo autor lembrou que na Grécia e em Portugal, define-se campo como sinônimo de áreas com vocação para as atividades agrárias.

A. B. RODRIGUES (in ALMEIDA, FROELICH e RIEDL- org., 1998:92) observa que no Brasil, o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – considera como área urbana as sedes municipais, as sedes distritais e as áreas urbanas isoladas, enquanto as áreas rurais são as situadas fora destes limites, incluindo-se os aglomerados rurais. Esta autora criticou esta definição proposta pelo IBGE para a elaboração dos censos demográficos, afirmando que:

Conforme se pode observar, há muitas ambiguidades nesta classificação. Segundo este critério, uma sede de distrito – vila – com 100 habitantes, por exemplo, é considerada urbana, enquanto um distrito industrial, com sua planta e residências de empregados é considerado rural.

Daí a grande diversidade de termos, pois para cada configuração socioespacial, o turismo vai assumir características próprias, de modo que não se pode falar,

em realidade, em um turismo rural, mas sim em um conjunto de práticas turísticas em espaço rural⁸.

Desta forma, considerou-se conveniente assumir propositadamente a amplitude da expressão “turismo em espaço rural”, que justamente pelo fato de ser abrangente, torna-se menos ambígua do que apenas “turismo rural”, até por quê, na área em estudos o agroturismo adquiriu uma infinidade de feições, que por vezes o faz confundir-se com modalidades diversas, de modo que cabe assumir uma postura mais aberta, na tentativa de não fragmentar demais os parâmetros conceituais em função dos tipos de práticas recreativas ali existentes, das quais se pode destacar o “turismo ambiental”, “de aventura”, “de eventos”, “de saúde”, entre outros.

No Brasil, ainda são poucos os trabalhos voltados para esta modalidade de turismo. Portanto, o amadurecimento teórico a partir das experiências brasileiras ainda se encontra em um estágio embrionário. Segundo ZIMMERMANN (1996:23), um dos idealizadores do modelo de turismo em espaço rural implementado em Lages- SC, esta atividade pode ser definida da seguinte forma:

O turismo rural é um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo.

⁸ Segundo A. B. RODRIGUES (in ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL-org., 1998:91), em Portugal, por exemplo, a expressão “turismo no espaço rural” foi adotada oficialmente para designar as quatro modalidades turísticas típicas do campo: “turismo de habitação”, “turismo rural”, “agroturismo” e “hotel rural”. Já na Espanha, o termo “turismo em áreas rurais” agrega também várias modalidades.

Como se vê, esta conceituação é bastante imprecisa, não deixando claro em quais pontos o turismo rural difere dos demais, pois em sua definição, a palavra “rural” pode ser substituída por qualquer outra que indique modalidade – urbano, natural, de cultura tradicional, entre outras – sem, contudo, perder o sentido.

Mas este mesmo autor reconhece em seguida, que o seu livro “*Turismo Rural: Um Modelo Brasileiro*”, não é exatamente uma contribuição acadêmica, ao afirmar que, para as suas intenções, a questão vocabular é um elemento secundário na discussão do turismo rural:

Não é importante, na verdade, discutir a filosofia de conceitos e títulos, mas sim divulgar uma proposta que nasceu da prática, que atende a demanda definida de clientela e que, a partir daí é que foram formulados os conceitos sobre o produto (ZIMMERMANN, 1996:23).

A impropriedade conceitual também pode ser identificada na total inadequação da definição de turismo rural proposta pela EMBRATUR, em seu “Manual Operacional do Turismo Rural”, publicado em 1994, e que se encontra em fase de reformulação:

O Brasil adotou para o Turismo Rural um conceito múltiplo – um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde. O Turismo Rural inclui todas estas variedades. É o Turismo “do país”, um turismo concebido por e com os habitantes desse “País”, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas (EMBRATUR, 1994:07).

Segundo SILVA, VILARINHO e Dale (in ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL- org., 1998:14), a

EMBRATUR tem trabalhado atualmente com uma outra definição de turismo rural:

Atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que tem no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e pecuárias.

A. B. RODRIGUES (1997:126) lembrou que o processo de urbanização não gerou mudanças apenas nas cidades, até por que nos dias atuais, é muito difícil “*distinguir o que é urbano do que é rural*”. Neste sentido, é válido lembrar, que por mais que se procure valorizar as características do ambiente receptor, todas estas “submodalidades” do turismo rural ganham, crescentemente, forte conteúdo técnico, que acaba por caracterizá-lo muito mais como uma extensão do fenômeno urbano do que propriamente do campo.

Assim, o turismo em espaço rural foi definido sinteticamente, e somente para atender aos propósitos deste trabalho, como um conjunto de modalidades, que consiste na atração de uma demanda eminentemente interna e cidadina para os ambientes rurais, onde os turistas podem experimentar um maior contato com um ambiente bucólico, bem como com os costumes locais e com o dia-a-dia da vida no campo.

Tal definição muito se aproxima da ideia de “*Turismo Eco-Rural*” proposta por A. B. RODRIGUES (in ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL-org., 1998:94-95), que consiste numa prática de turismo alternativo ao turismo de massa, que atende aos interesses de pequenos grupos que se deslocam por “áreas naturais” protegidas, bem como pelos espaços ditos rurais, cujas características fujam aos padrões do “fenômeno urbano”. Segundo esta

mesma autora, o turismo “eco-rural” possui uma certa dimensão “virtual”, no sentido da simulação, face à crescente tecnificação de sua estrutura receptiva, oferecendo diversos tipos de hospedagem, que vão desde a rusticidade dos acampamentos até a sofisticação dos resorts.

O agroturismo, por sua vez, pode ser entendido como a modalidade de turismo em espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo que por um curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais. Tal distinção se faz necessário, na medida em que se pode, por exemplo, praticar o turismo ambiental em espaço rural, ou seja, não especificamente no interior de uma propriedade.

Admite-se, porém, a existência de alguns equipamentos fora das propriedades (hotéis e restaurantes nas sedes municipais, postos de informações etc.) como forma de dar melhor suporte aos empreendimentos, desde que a maior parte da programação de recreação se dê dentro das fazendas e sítios. No caso específico da área em estudo, este equipamento de apoio tem exercido importante papel na captação e acomodação da demanda, sobretudo nas áreas onde o Programa do Agroturismo ainda se acha em fase inicial de implantação. As figuras 07 e 08 mostram dois importantes exemplos destes equipamentos: o Restaurante Peterle’s, na localidade de Pedra Azul, em Domingos Martins e a Pousada Chaminé, na sede do Município de Vargem Alta.

Figura 07- Restaurante Peterle's, em Domingos Martins.

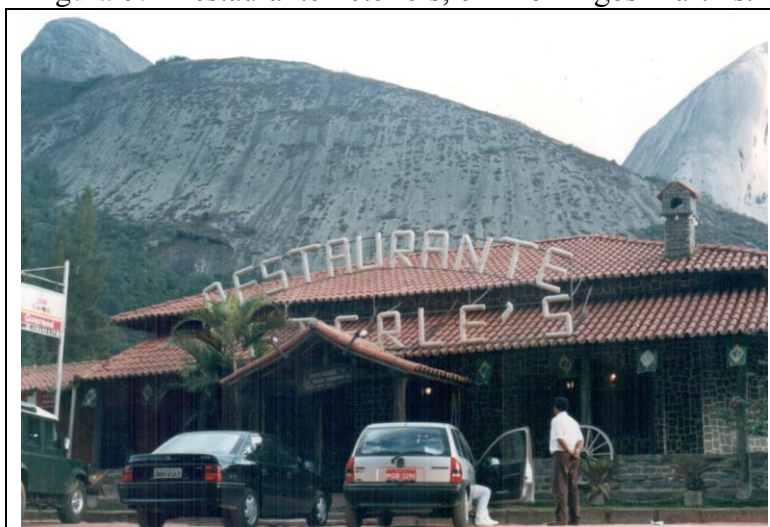


Figura 08- Pousada Chaminé, em Vargem Alta.



O Peterle's é um dos principais restaurantes da Região do Agroturismo, situado na localidade de Pedra Azul, numa das áreas mais visitadas do circuito serrano, em função da bela elevação que dá nome ao lugar (ao fundo, à direita da fotografia). São muitos os pratos típicos da culinária local valorizados pela rede gastronômica, dos quais, muitos foram herdados da cozinha italiana.

Situada na sede do Município de Vargem Alta, a Pousada Chaminé é uma das principais unidades da rede hoteleira local. É considerada de bom padrão, sendo mais utilizada pelos turistas que transitam pelos municípios situados mais ao sul da Região do agroturismo. À esquerda da foto, destaque para um ônibus da empresa *Pedra Azul*, (situada na Grande Vitória), uma das que fretam veículos para circuitos pela região.

Uma outra definição de fundamental importância, é a de excursionismo, pois conforme os relatos dos proprietários durante as viagens a campo, a grande maioria dos visitantes não pernoitam nas propriedades, o que descaracteriza, por definição, a prática turística, enquadrando este tipo de viagem na condição de excursão, ou seja, aquela em que a pessoa não passa mais de 24 horas fora de seu domicílio habitual, caso se tome por base a definição de turismo proposta por Miriam Rejowski, no “*Manual de Treinamento de Operadores Locais*” do PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo:

O turismo é um fenômeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de domicílio (núcleo emissor) para uma determinada localidade (núcleo receptor), com a permanência mínima de 24 horas e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve aspectos tanto econômicos, quanto sociais,

naturais, culturais, políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas (...) (REJOWSKI, org., 1996:12).

Isto se dá pelo fato de a maioria das propriedades não se encontrar, pelo menos por enquanto, em condições de alojar os visitantes. Desta forma, estes passam o dia e retornam no final da tarde, o que caracteriza um fluxo excursionista, e não turístico em sua expressão conceitual.

Por sua vez, o excursionismo pode ser definido como um deslocamento temporário – inferior a 24 horas – podendo ser programado por empresas especializadas, ou mesmo por grupos que se organizam e fretam veículos de maior capacidade de acomodação de passageiros. Nesta categoria, inclui-se também os passeios de amigos ou famílias em carros particulares, desde que o tempo gasto pelos mesmos não ultrapasse o prazo mencionado. Tais definições foram admitidas como referências para as atividades da EMBRATUR e foram inspiradas nas publicações da OMT - Organização Mundial de Turismo.

Para efeito desta pesquisa, optou-se por utilizar a expressão “visitante” que aqui se aplica tanto aos turistas quanto aos excursionistas, pois o corpo de conceitos admitidos pela OMT costuma ser muito criticado pelos pesquisadores do turismo, além de não caber neste trabalho, a discriminação entre as duas práticas, pois todos os visitantes utilizam praticamente os mesmos equipamentos.

A tudo isso, soma-se o fato de o pernoite ser um indicador muito insuficiente para diferenciar estas práticas, pois o próprio mercado se encarregou de o

desprezar, ao anunciar por exemplo, “excursões de uma semana para o Nordeste”.

Embora se respeite a importância dos conceitos e da OMT, há de se considerar que a ideia tradicional de turismo já não atende mais aos anseios do mercado e das pesquisas acadêmicas, face às crescentes mudanças em curso neste setor produtivo.

Só para se ter uma ideia deste fato, hoje se fala em uma modalidade de turismo que dispensa a viagem: o “turismo virtual”, analisado criticamente por A. B. RODRIGUES (1997: 25-36). Trata-se de uma experiência que a cada dia se torna mais acessível ao grande público, sobretudo em tempos de massificação dos recursos da computação e da realidade virtual tridimensional. Estes recursos acham-se disponíveis nas redes de teleinformática como a Internet e também através dos programas de multimídia facilmente encontrados nas lojas especializadas de todo o mundo. Assim, a noção de turismo se reformula, admitindo experiências até então desconhecidas, mas que emergem com a tecnificação crescente das sociedades de todo o mundo.

Para os defensores do turismo “*in loco*”, esta é, na realidade, uma atividade de lazer, pois como costumam afirmar, turismo implica em deslocamento pelo espaço. Mas mesmo com esta crítica, há de se reconhecer os avanços apresentados pelo setor, que tem prometido inovações inimagináveis ao senso leigo, fato que exige uma conceituação - que é uma construção puramente teórica - aberta, livre de preconceitos e propensa a refletir os novos aspectos da atividade em suas versões pós-modernas.

Origens do turismo em espaço rural no Brasil - breve resgate

O turismo rural não é um fenômeno novo. O interesse crescente pelas atividades receptivas no meio rural já se manifestava no século XIX na Europa, como na reação ao stress e às atribulações decorrentes da expansão das cidades industriais (Doris RUSCHMANN, 1998: 49).

Ao analisar as origens do turismo em espaço rural, nos moldes da atualidade, técnicos da EMBRATUR (1994:06) observaram que a prática da hospedagem em propriedades rurais surgiu da necessidade de abrigar os viajantes que circulavam por regiões norte-americanas pouco povoadas e de paisagens atraentes, onde não havia estrutura hoteleira. Surgiram assim as chamadas “*Farm Houses*”, ou ainda “*Country Vacations*”.

Ao que parece, foram os caçadores e pescadores quem deram início a esta prática, pois em função da difícil acessibilidade das áreas de caça e pesca farta, a única alternativa viável era pernoitar nos ranchos mais próximos. Com o passar do tempo, estas propriedades passaram a oferecer maior estrutura de acomodação e lazer, dando origem aos primeiros resorts e hotéis-fazendas daquela nação, que atualmente são conhecidos como: “*Working Farm*”, “*Working Ranch*”, “*Guest Farm*”, “*Ranch Resort*” ou “*Lodge Resort*” e “*Wilderness Lodge*”.

Esta prática também era, e ainda é muito comum na Europa, sobretudo na França, na Espanha, em Portugal, na Itália, na Grã-Bretanha e em muitos outros países do mundo, como na Argentina, no Uruguai, na Nova Zelândia e também no Brasil.

Não se sabe ao certo em que período esta atividade começou a se projetar na Europa e nos Estados Unidos, pois como já foi dito, existe uma grande imprecisão na definição do que seja espaço rural, de modo que as viagens para as instâncias hidrotermais, para alguns pesquisadores constitui uma forma específica de turismo –termalismo – enquanto para outros, esta prática chega a englobar as atividades recreacionais do meio rural.

De qualquer forma, cabe esclarecer que o turismo em espaço rural e em especial o agroturismo em suas várias versões, começou a se projetar em todo o mundo a partir da década de 60, embora algumas experiências bem-sucedidas tenham ocorrido em períodos anteriores.

O modelo adotado no Estado do Espírito Santo é, na realidade, uma adaptação das práticas tradicionais do agroturismo do norte italiano. Segundo DESPLANQUES (1973: 151-152), esta modalidade de turismo em espaço rural nasceu na Itália em meados da década de 60, quando as visitas passaram a ser vistas como uma oportunidade de revitalização da economia rural, que além de inúmeros problemas de ordem financeira, sofria ainda com o desestímulo dos agricultores. No período de 1951 a 1971, cinco milhões de italianos deixaram o campo e migraram para as cidades, o que resultava em graves problemas para ambos espaços.

A prática turística veio, neste sentido, como uma forma de estimular a geração de renda em atividades agrícolas, onde os visitantes entrariam por algum tempo no processo produtivo, inclusive auxiliando na colheita, entre muitas outras atividades típicas do meio agrário.

A hospedagem se dava em unidades habitacionais anexas às residências, onde o turista vivenciava uma experiência bem próxima da “familiar”. Tal prática deu origem ao que DESPLANQUES (1973:162) chamou de “*agricultura do lazer*”. Este modelo se expandiu na a

Europa, bem como em inúmeros países do mundo, entre eles o Brasil. No Espírito Santo, foi implementado com diversas adaptações, a partir de algumas visitas feitas por políticos e proprietários rurais durante a fase de pré implementação da Proposta Piloto do Programa do Agroturismo (1993).

Por outro lado, existe um certo consenso em admitir que o turismo em espaço rural no Brasil tenha se iniciado na cidade de Lages, em Santa Catarina, de onde se disseminou por diversos Estados da Federação, como no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e, também, no Espírito Santo, onde uma de suas versões mais conhecidas: o “agroturismo”, figura como a prática mais difundida.

Segundo ZIMMERMANN (1996: 03) o município de Lages possui uma posição geográfica muito favorável para o turismo, pois acha-se situado no entroncamento das rodovias BR 116 e 282, de modo que no início da década de 80 já recebia um considerável volume de turistas, pois a cidade, que é a maior e mais importante do Planalto Catarinense, está justamente num ponto equidistante entre Curitiba e as Serras do Rio Grande do Sul, de modo que seu equipamento era utilizado pelos viajantes em trânsito para as cidades de Gramado e Canela. Desta forma, Lages tinha um elemento fundamental para o êxito do turismo: a demanda.

No entanto, este fluxo só utilizava a cidade como ponto de parada para descansos rápidos e lanches. Muito eventualmente, um pernoite. E foi pensando na possibilidade de aproveitar a presença daquele grande contingente de turistas, que em 1984, a Prefeitura Municipal criou a Comissão Municipal de Turismo que tinha como objetivo criar condições para que o fluxo fosse melhor aproveitado pelo empresariado local.

Conforme os relatos deste mesmo autor, foram muitas as discussões acerca do produto que o município iria oferecer para os turistas. Após acirradas discussões e algumas investigações junto à clientela potencial, percebeu-se que a grande vocação do município se concentrava fora da cidade, na área rural, onde algumas experiências foram implementadas. A primeira propriedade a receber turistas foi a Fazenda Pedra Branca, de propriedade do Sr. Julio Cezar Ramos, em 1984, então vereador daquele município.

Atualmente são muitas as propriedades que aderiram ao programa de recepção turística, que acabou estimulando produtores de outros Estados a realizarem experiências semelhantes. Em função deste papel de referência, Lages foi considerada o modelo nacional de turismo rural pela EMBRATUR.

O agroturismo como exemplo de modalidade de turismo em espaço rural: a experiência da Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo

O Programa do Agroturismo, em fase de implantação nos onze municípios da Região Serrana Central do Espírito Santo, está sendo considerado a estratégia de interiorização e fomento ao “turismo alternativo” mais importante de toda história do setor no Estado, tanto pelo fato de ter sido abarcado pelo governo, quanto por sua abrangência socioespacial, que envolve um setor do espaço capixaba que tem experimentado períodos difíceis com as constantes crises econômicas e políticas do Estado, devido à falta de recursos para investimentos e financiamentos em inúmeros setores produtivos.

O interesse do governo estadual em implementar programas de fomento ao turismo nas áreas serranas do

Estado não é recente. O primeiro olhar foi direcionado, conforme visto anteriormente, para a Região do Entorno do Parque Nacional do Caparaó. No entanto, as áreas das imigrações italiana e pomerana também se mostraram atrativas, fato que motivou o governo a criar um novo circuito de recreação nas localidades mais próximas à Grande Vitória.

Foi nesta perspectiva, que em meados da década de 80 surgiu uma nova região turística, conhecida pelo nome de “Triângulo das Montanhas”, formado pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Tereza (figura 09). Foram as belezas paisagísticas das serras que projetaram estes municípios para o cenário turístico capixaba, quando se começou a divulgar o contraste climático existente entre a faixa litorânea (de clima tropical megatérmico litorâneo úmido) e a área de ocorrência das serras (clima tropical mesotérmico de altitudes). A este respeito, um interessante registro deixado pela então Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio (1985:26), do governo Gerson Camata, merece ser destacado:

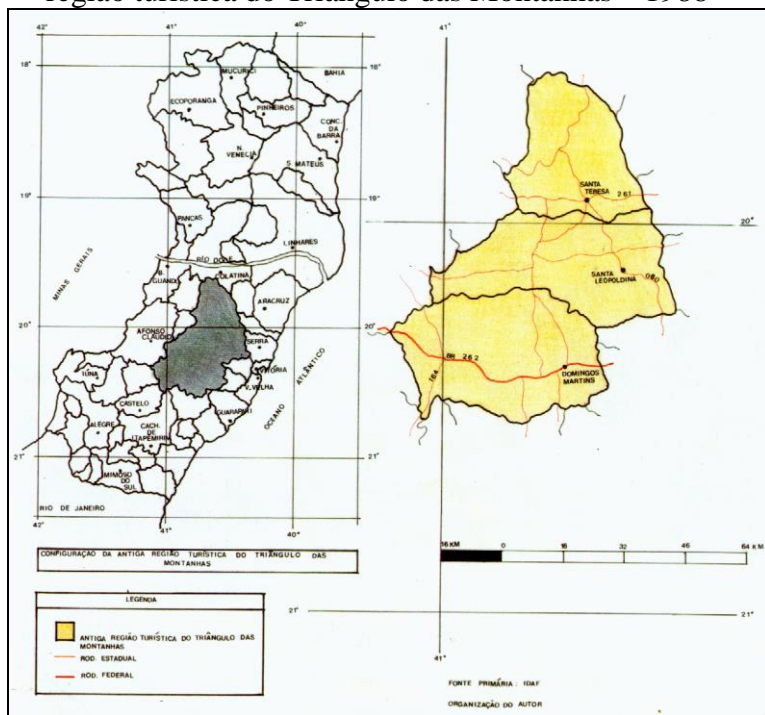
(...) o Espírito Santo está quebrando a velha tradição de que o “Estado só tem praias”, para oferecer a opção acariciante de seu clima de serra (...). Ao lado destas virtudes climáticas tão próximas - o mar e a montanha estão separados por apenas 35 minutos de viagem – o triângulo montanhoso do Estado oferece, ainda, a beleza invulgar de suas orquídeas (...) das 2.350 espécies catalogadas e classificadas em todo o Brasil, mais de 700 delas ocorrem em Domingos Martins.

Com o exposto, verifica-se o acordar do Governo Estadual para o setor serrano do Espírito Santo, que naquela época já começava a despertar o interesse da

clientela turística, em função do contraste de paisagens que apresentava. Uma outra menção a esta área, considerada interessante de ser resgatada, foi feita no documento “*Informações Infra- Estruturais do Espírito Santo*”, publicado pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (1998:63), durante o governo do Dr. Max Freitas Mauro:

Descoberto recentemente, o potencial turístico da região montanhosa caracteriza-se principalmente por seus atrativos naturais e histórico- culturais. Conhecida como “Triângulo das Montanhas”, a região tem no clima um fator interessante, uma vez que se assemelha ao europeu, e por estar próximo ao litoral, também possui características tropicais.

Figura 09: Configuração da antiga região turística do Triângulo das Montanhas – 1988



Interessante de se notar, é que a publicação deste último documento se deu apenas a alguns meses da divulgação dos resultados preliminares das primeiras experiências de práticas turísticas nas propriedades da região serrana, que se iniciaria no Estado no ano seguinte. Até então, esta modalidade não fazia parte dos planos do Governo Estadual, que em 1988 apostava no clima e na cultura dos descendentes dos colonos europeus como os grandes potenciais das serras capixabas. Dez anos depois, estes mesmos atrativos são

apenas motivadores coadjuvantes das viagens para aquela área.

Segundo SETÚBAL (1997, Anais do 1º Encontro Nacional de Turismo Com Base Local - DG-FFLCH/USP:166), o modelo de agroturismo capixaba "*tem por finalidade associar a atividade agrícola à atividade turística*". Conforme afirmou esta autora, este segmento do turismo em espaço rural iniciou-se no Estado do Espírito Santo no final da década de 80, com o produtor Leandro Carnielli, o qual acreditava que alguns problemas do campo, como o êxodo rural, a perda do excedente da produção, a desmotivação dos produtores mais jovens, bem como uma série de outros incômodos, poderia ser resolvida, pelo menos em parte, pelo associativismo⁹. Partindo desta crença, iniciou a atividade de visitação à propriedade - *Fazenda Providência* (figura 10), no município de Venda Nova do Imigrante (100 quilômetros da capital Vitória), motivando outros proprietários a tomarem a mesma iniciativa.

Conforme relatos desta mesma autora, o Governo do Estado do Espírito Santo, através das Secretarias do Desenvolvimento Econômico - SEDES e da Agricultura - SEAG, em parceria com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE-ES, decidiu investir firmemente no segmento do turismo em espaço rural, criando assim o "Programa do Agroturismo", que inicialmente foi implantado nos municípios de Afonso Cláudio, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos

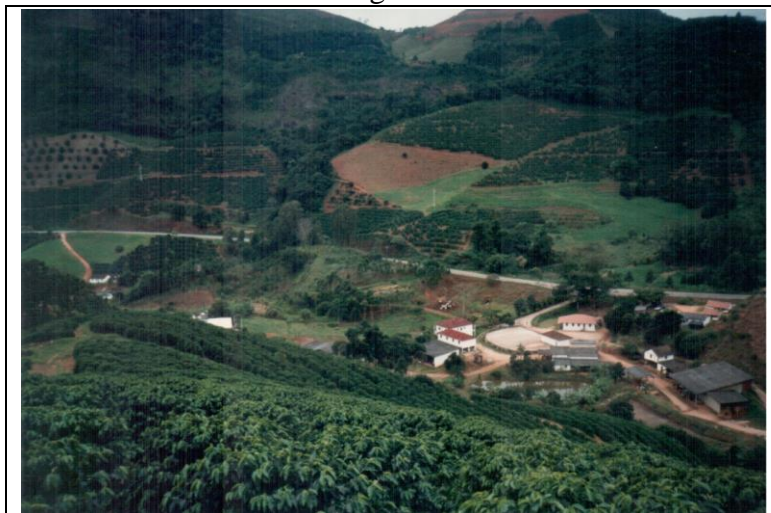
⁹ O termo "associativismo" pode ser entendido tanto como união de esforços dos produtores rurais para atingirem um objetivo comum, como no caso das cooperativas, quanto como sinônimo de multifuncionalização das propriedades. Ambos significados foram encontrados no material bibliográfico específico, recolhido nos órgãos oficiais de fomento do setor turístico no Estado.

Martins, Marechal Floriano, Vargem Alta, Viana e Venda Nova do Imigrante, englobando posteriormente o circuito das “três Santas”: Santa Tereza, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.

Este segundo conjunto de municípios foi incluído no Programa com o reconhecimento de seu potencial para o turismo em espaço rural, durante os estudos que deram origem aos documentos oficiais dos planos de intervenção do governo, bem como da constituição do AGROTUR- Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo, em 1993.

Formou-se assim, a quinta e última Região Turística do Espírito Santo, cujo projeto de “desenvolvimento” via recreação constituiu o objeto de análise desta pesquisa. A figura 11 mostra a configuração da atual Região Serrana Central, onde o Programa do agroturismo está sendo implantado.

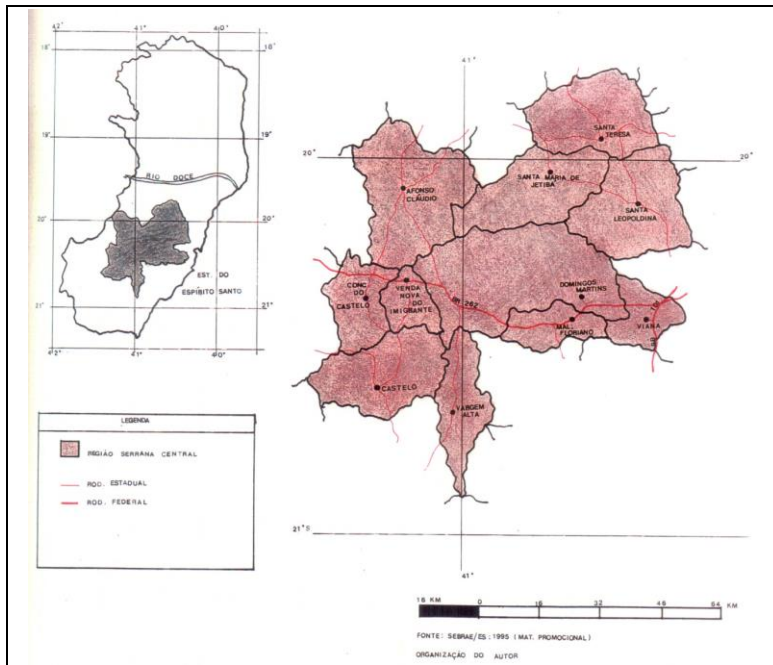
Figura 10- Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante.



Esta foi a primeira propriedade do Estado a trabalhar com o agroturismo, servindo de modelo para as demais. Na foto, vê-se a sede da propriedade entrincheirada pelas elevações que compõem o complexo da “Serra do Mar” e a diversidade de cultivos, onde o café, seu principal produto, aparece em primeiro plano.

Fonte: Acervo de Leandro Carnielli 1998.

Figura 11
Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo -
1998



Segundo TESSARI (1994:14), em linhas gerais, a atividade agroturística tem como principais objetivos:

a) fomentar uma nova modalidade de turismo, que no caso do Espírito Santo não pretende competir com o tradicional modelo "sol e praia", mas sim diversificar as práticas turísticas para as quais o Estado possui vocação;

b) promover a melhoria da qualidade de vida da população rural, reduzindo os efeitos da exclusão social, fruto sobretudo do desemprego e do subemprego, através de uma nova alternativa de ocupação estável e de complementação de renda;

c) reduzir o fluxo e os efeitos do êxodo rural;

d) valorização do potencial agrícola e turístico do campo.

e) reforçar a filosofia do turismo ambiental, na tentativa de promover a conservação do meio rural e da cultura regional.

A ideia, é gerar possibilidades para que as famílias de proprietários e trabalhadores das unidades rurais aprendam a utilizar a produção das fazendas, as paisagens serranas, a cultura local, a hospitalidade do povo interiorano e a diversificada culinária regional como atrativos turísticos dos núcleos de agricultores. Atualmente acredita-se que aproximadamente duas centenas de propriedades já estejam envolvidas com a prática do agroturismo, pois o último levantamento, de 1995, não foi atualizado pelos gestores do Programa.

O processo de implementação efetiva do Programa se incrementou a partir da criação do AGROTUR-Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo, criado em 05/03/93, como associação civil, sem fins lucrativos, que tinha como principal função: congregar os produtores rurais dos municípios envolvidos, bem como instituições e órgãos de interesse do/no setor, para juntos buscarem as melhores formas de operacionalizar esta

modalidade de turismo. Sua sede foi instalada no município de Venda Nova do Imigrante e atualmente não serve mais de referência para os novos produtores interessados em aderir ao programa, pois direcionou sua atenção apenas para o município que o sedia. Desta forma, desvirtuou-se de seus objetivos iniciais, permitindo que qualquer interessado possa passar a atuar no setor agroturístico, fato que resultou da descaracterização dos objetivos iniciais do Programa.

Diante desta situação, em cada município o proprietariado tem procurado organizar associações locais para conduzir de forma particularizada os objetivos de seus integrantes. Bom exemplo deste movimento, foi a criação em fevereiro de 1998, da ACETUR- Associação Afonso Claudense de Turismo, cujo objetivo é justamente suprir a lacuna deixada pelo AGROTUR.

Uma outra função que era atribuída ao AGROTUR, era pôr em prática o conjunto de proposições do Programa, que até o momento conta com os esforços da EMATER e sobretudo do SEBRAE, que na realidade é quem vem operando uma série de intervenções no sentido de promover esta atividade, substituindo em parte, as atribuições do Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo.

Passa-se então, a discutir criticamente o Plano de Proposições, que é uma das partes do Projeto Piloto, elaborado pelas Secretarias de Desenvolvimento Econômico - já extinta - e de Agricultura do Estado do Espírito Santo em 1992, e que consiste basicamente em cinco eixos a saber:

EIXO 1: Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos:

a) *Treinamento para a mão-de-obra ocupada no meio rural:* Tem como principal objetivo, a realização de cursos para os produtores rurais, cuja meta, é a melhoria da qualidade dos produtos e do atendimento ao turista.

Em Venda Nova do Imigrante e em Domingos Martins, este projeto já está bem adiantado, pois inúmeros cursos já foram ministrados tanto pelo SEBRAE, quanto pela EMATER. Dos principais, merecem destaque os voltados para a culinária artesanal: doces, queijos, vinhos, sucos, pratos típicos das comunidades imigrantes, entre outros.

b) *Treinamento Gerencial para Produtores rurais:* Pretende-se promover o profissionalismo e a troca de experiências, bem como fortalecer o interesse pelo agroturismo através de seminários regionais. Alguns cursos voltados para a administração das propriedades também fazem parte deste projeto, que são dados, tanto na Região Serrana, quanto na capital, Vitória.

c) *Conscientização Agroturística nas Escolas do Meio Rural:* Este projeto tem como finalidade, despertar os alunos para a importância do agroturismo como oportunidade de geração de renda, bem como orientá-los para a recepção dos turistas e conservação do ambiente rural. Prevê a utilização de duas apostilas de conscientização turística: uma produzida pela EMBRATUR para os municípios utilizarem nas escolas como parte dos programas locais de descentralização do setor - *Iniciação Escolar para o Turismo* - e outra, elaborada pela Secretaria de Estado de Educação especificamente para a região do agroturismo.

Embora este projeto seja considerado um dos mais importantes, atualmente está enfrentando uma série de

problemas operacionais, pois foi implantado inicialmente pela Secretaria Estadual de Educação em 1993, passando aos poucos, para as gestões municipais, que não têm, em sua maioria, conseguido alcançar seus objetivos. Sua importância se deve ao fato de ser uma exigência da EMBRATUR, para conceder o "*Selo de Municipalização*" aos municípios envolvidos no PNMT.

Segundo PORTUGUEZ (in A. B. RODRIGUES-org., 1997:185), deve-se questionar a validade destes programas de educação turística, uma vez que são direcionados exclusivamente para orientar a boa recepção dos visitantes pela população residente, dentro de uma postura valorizadora dos interesses empresariais, não se preocupando com questões relevantes como: a discussão da cidadania, os impactos socioambientais, entre outras.

Para este mesmo autor, os programas de conscientização mais adequados, devem atingir os quatro atores do espaço turístico: residentes, visitantes, gestores e empresariado, necessitando ainda contar com uma programação ampla de conteúdos críticos e comprometidos com a discussão das estratégias de promoção do bem-estar social através do "desenvolvimento" via turismo.

d) *Cursos para Guias de Turismo Rural*: Procura valorizar as iniciativas de realização de cursos de guia regional com especialização em turismo em áreas rurais. A maior parte da oferta de cursos provém de Vitória, embora algumas experiências já tenham ocorrido na região. O SENAC- Serviço Nacional de Comércio, tem treinado regularmente mão-de-obra para atuar como guia regional, embora de uma forma ainda muito abrangente, não tendo formado profissionais especializados em agroturismo.

EIXO 2: Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Turística:

e) *Implantação de Postos Avançados do Agroturismo ao longo da BR 262:* Objetiva a construção de três postos regionais - que até o momento não foram montados - para a venda de produtos diversos das propriedades do agroturismo e prestação de informações aos turistas que trafegam pela BR 262. Faz parte deste projeto a criação de postos municipais, dos quais o Pórtico do Município de Domingos Martins (figura 12) e a sede do AGROTUR em Venda Nova do Imigrante (figura 13), constituem importantes exemplos de resultados positivos deste projeto, que agora começa a se espalhar para outros municípios, tais como Vargem Alta e Marechal Floriano, só para citar alguns. Ainda é válido ressaltar o fato de que a arquitetura destas construções deve estar adaptada às características socioambientais locais, motivo pelo qual ficou definida a não criação de um padrão único para todos os municípios.

Figura 12- Posto Municipal de Vendas dos Produtos do Agroturismo em Domingos Martins.



Situado na entrada principal do Município, o posto atende tanto aos seus turistas, quanto aos visitantes de outras áreas que transitam pela BR 262, A exemplo do pórtico, visto à esquerda da foto, sua arquitetura foi inspirada na herança cultural deixada pelos primeiros grupos de alemães que fundaram o vilarejo de Campinho, atual Distrito Sede de Domingos Martins.

Figura 13- Sede do AGROTUR, em Venda Nova do Imigrante.



Atualmente a sede do AGROTUR- Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo só tem atendido aos produtores do Município de Venda Nova do Imigrante. Em seu interior, pode-se adquirir alguns dos principais produtos das fazendas locais, bem como obter informações sobre as mesmas.

f) *Implantação de Alojamentos Rurais*: Este projeto pretende motivar a adaptação de antigos casarões ou sedes de fazendas para o alojamento dos turistas - 6 a 10 unidades habitacionais por propriedade¹⁰, embora a criação de áreas para acampamento esteja se projetando

¹⁰ Estes números foram definidos com base na experiência portuguesa de turismo rural, normatizada legislativamente pelo Decreto Regulamentar nº 5/87 de 14 de Janeiro de 1987, que prevê o mesmo número de unidades de acomodação por propriedade naquele país.

como uma opção mais interessante para os proprietários, dado o baixo custo de estruturação das fazendas para este fim.

g) *Implantação de Postos de Vendas de Produtos Agrícolas nas Propriedades Rurais*: Consiste na instalação de postos para comercialização de produtos agrícolas dentro das propriedades (figura 14). Estes não possuem um padrão arquitetônico definido, pois preferiu-se deixar a construção e a decoração a cargo das possibilidades e criatividade de cada proprietário. A maior parte das unidades envolvidas no Programa do Agroturismo já construiu, ou adaptou antigas instalações para este fim, mesmo porque, é um pressuposto para que os visitantes tenham acesso aos produtos de cada propriedade.

Tem ocorrido também a troca de produtos entre os proprietários, para que os postos das fazendas possam apresentar uma maior diversidade de mercadorias. Tal fato, se não for muito bem pensado, pode vir a resultar na descaracterização da identidade das unidades rurais que adotam esta prática.

Figura 14 - Posto de Vendas da Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante.



Situado bem na entrada da propriedade, o posto de vendas da Fazenda Providência atende aos visitantes que chegam a todo momento, oferecendo diversos tipos de queijos, bem como frutas, café, iogurte e uma infinidade de produtos caseiros feitos na própria fazenda, bem como artigos para revenda.

h) *Implantação de Restaurantes Rurais*: Com a implantação deste projeto, acredita-se que venha ocorrer a valorização da culinária regional herdada dos imigrantes, sobretudo italianos e alemães, bem como promover a popularização da gastronomia típica das localidades rurais. Até o momento, foram poucas as propriedades que instalaram seus restaurantes (figura 15).

Um importante passo tomado em relação a este projeto, foi a publicação, em 1995 do livro “*Receitas da Cozinha Rural - Região do Agroturismo Capixaba*”.

Trata-se de uma coletânea de receitas e informações municipais elaborada pelo SEBRAE, que tem servido de referência tanto para alguns proprietários rurais, quanto para os turistas, que podem adquiri-lo nas lojas do agroturismo.

Figura 15- Restaurante Rural na Fazenda Saúde, em Venda Nova do Imigrante.



Este foi um dos primeiros restaurantes instalados em propriedades. Valorizando os costumes regionais, a família Caliman, proprietária da Fazenda, optou por montar uma cozinha rústica, com panelões de ferro e fogão à lenha, onde os visitantes podem se servir e apreciar a culinária local.

EIXO 3- Programa de Promoção do Agroturismo:

i) *Sinalização Agroturística:* Este projeto prevê a instalação de placas de sinalização para facilitar o acesso do turista aos equipamentos disponíveis ao longo das rodovias mais importantes da Região Serrana, sobretudo a BR 262.

Até o momento, somente as placas que indicam as comunidades foram padronizadas, de modo que as destinadas à promoção das fazendas ficaram a cargo dos proprietários, resultando em desagradáveis quebras na harmonia da paisagem, pois os letreiros competem entre si, em tamanho, combinações exuberantes de cores e visibilidade, fazendo com que certas nuances da paisagem sejam postas em segundo plano, mesmo aos olhos dos observadores mais atentos.

No entanto, o SEBRAE-ES, preocupado com este fato, já está providenciando um conjunto de ícones para representar os produtos oferecidos por cada propriedade, de modo que a padronização das placas deverá ser solicitada aos produtores futuramente (figura 16).

Figura 16- Placas de Divulgação das Propriedades – Rodovia BR 262.



As placas são de vários tamanhos e padrões e são comumente posicionadas em pontos estratégicos para atrair a atenção dos visitantes, poluindo o aspecto visual da paisagem.

j) *Campanha para a Promoção do Agroturismo:* Destina-se à produção de folhetos promocionais, utilização de *Out-Doors*, produção de fitas de vídeo, *posters*, participação e organização de eventos, divulgação pela Internet, entre outras iniciativas. Este é, sem dúvida, o projeto mais adiantado, pois diariamente se faz propagandas do agroturismo em jornais e revistas, bem como em programas de televisão, rádio, além de os produtores não economizarem em impressão de folderes e cartazes diversos.

As festas municipais e regionais também são importantes veículos de divulgação do agroturismo, como por exemplo, a “*Erntedankfest*”- Festa da Colheita (figuras 17 e 18). Trata-se de uma das muitas

comemorações tradicionais herdadas dos colonos alemães de Domingos Martins, que costuma aglomerar grande quantidade de visitantes durante um dos finais de semana do mês de junho.

Figura 17- “Erntedankfest” – Festa da Colheita, em Domingos Martins.



Na praça, os proprietários e artesãos do Município montam barracas para a comercialização de produtos, enquanto os visitantes passeiam pelo calçadão.

Figura 18- Venda Direta ao Consumidor. Produtor rural expõe seus produtos para os visitantes que prestigiam a Festa da Colheita, em Domingos Martins.



EIXO 4- Programa de Implementação da Proposta Piloto:

Parece complicado a concretização deste item do Plano de Proposições da forma como foi previsto inicialmente, pois como já foi discutido, caberia ao AGROTUR- Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo – a tarefa de implementar o Programa, mas suas atividades foram restringidas ao município de Venda Nova do Imigrante e até o momento não se criou nenhum outro órgão ou associação para cobrir o espaço deixado por ele. Cabe aqui, propor duas sugestões: que o setor turístico seja gerido nas instâncias municipais pelos Conselhos de Municipalização e seus parceiros, e em

nível regional por uma nova instituição realmente preocupada em congregar as experiências e perspectivas do proprietariado envolvido.

EIXO 5- Estrutura Básica de Acesso:

Almeja a melhoria das vias de acesso às propriedades rurais para facilitar a visitação. Este projeto prevê uma parceria entre as Prefeituras, o Governo Estadual e os Proprietários rurais.

Trata-se de um ponto gerador de grandes discussões, pois as operadoras e agências de turismo se recusam a fechar pacotes para localidades onde as estradas não tenham sido asfaltadas, tendo como argumentos o risco de entrada de grande quantidade de poeira nos equipamentos de refrigeração dos ônibus, fato que resultaria na deterioração de seus patrimônios e o risco de trafegar em estradas de conservação precária. Desta forma, unidades importantes, como a Fazenda Saúde - uma das poucas que possuem restaurante rural - e todo o circuito das cachoeiras dos municípios de Santa Tereza, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, ficam de fora dos roteiros organizados pelas operadoras.

É evidente que o asfaltamento dos acessos pode vir a descaracterizar estes ambientes, tanto pela introdução de um novo equipamento nomeadamente urbano, quanto pelo aumento considerável do fluxo para localidades ecologicamente conservadas. Tal possibilidade exige um rigoroso cuidado ao se planejar as ações referentes a esta meta do Plano de Proposições.

A figura 19 mostra a abertura da estrada que dá acesso ao Sítio Eldorado, da Família Tessarolo, em Domingos Martins, que por ter sido feita sem os devidos cuidados, já começa a mostrar os primeiros sinais de

instabilidade da encosta, que sofreu um considerável corte para possibilitar a passagem de veículos maiores.

Figura 19- Encosta Impactada em Domingos Martins.



Com o desmatamento para a abertura da estrada, o perfil da encosta foi exposto à ação das chuvas - que são muito abundantes na Região Serrana Central e que já começaram a provocar os primeiros sinais de erosão.

Por fim, pode-se ainda apontar uma falha grave de operacionalização: é que muito se falou no Projeto Piloto em promover o “desenvolvimento”, mas em nenhum dos documentos pesquisados até o momento, foram encontrados levantamentos sobre as prioridades sociais das localidades a serem abrangidas, nem tampouco intenções de se fazer tal pesquisa. Isto mostra que ainda se cultua a ideia de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento das reservas financeiras, o que contradiz as discussões mais recentes desta temática. Incentiva-se desta forma o "desenvolvimento do, e não através do" agroturismo.

Como saída, pode-se pensar em um trabalho de conscientização ampla, onde os proprietários possam ser inteirados desta discussão, passando a agir de forma mais direcionada para minimizarem juntos, os problemas locais mais contundentes, cuja resolução esteja, pelo menos em parte, ao alcance de todos.

Como se pôde observar ao longo deste capítulo, o turismo em espaço rural passou a ser fomentado no Brasil a partir da década de 80, em nome de uma política pública e também do setor privado de “desenvolvimento”, quando se começou a alardear uma série de possíveis benefícios desta nova prática recreativa. No entanto, torna-se imperativo estabelecer uma definição clara entre o que se deve entender por “desenvolvimento” do turismo e “desenvolvimento” através do turismo. Tal questionamento, fundamenta-se na necessidade de responder a questão maior desta pesquisa: o agroturismo está realmente promovendo o desenvolvimento socioespacial no Espírito Santo?

Para responder a esta pergunta – que se desdobra em muitas outras – é preciso resgatar a evolução da ideia de “desenvolvimento socioespacial”, trabalhada pelo Prof. Dr. Marcelo José Lopes de Souza, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da qual se pôde realizar algumas investigações mais empíricas, na intenção de observar se na sua fase atual de implementação, o Programa do Agroturismo realmente está se encaminhando para a promoção do “desenvolvimento”. As discussões teóricas acerca do conceito deste processo, constituiu a tônica do terceiro capítulo.

DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UM CONCEITO COMPLEXO

"Caminha-se então para uma postura transdisciplinar, uma vez que o conhecimento é total. Transpõem-se os limites rígidos entre as disciplinas uma vez que a disciplinarização do setor empobrece a apreensão da realidade".

Adyr RODRIGUES (1997:15).

Nos últimos anos, uma avalanche de novos referenciais teóricos tem surgido não só no seio das ditas ciências naturais e sociais, como também nos mais diferentes meios produtivos. Vê-se também um amplo movimento de redefinição de antigos conceitos, que aos poucos ganham novas significações. Isto tem ocorrido, entre outros motivos, pelo fato de o mundo estar passando por um período de grandes transformações nas mais variadas esferas da vida social, cujo pano de fundo é o processo de globalização.

No caso específico da Geografia, a redefinição de tais ideias tem sido acompanhada por uma outra mudança ainda muito mais complexa: a dos rumos teórico-metodológicos da disciplina, que também se complexificam na medida em que seu objeto maior de estudo - o espaço em suas múltiplas instâncias - se adensa com um volumoso conteúdo técnico até então jamais registrado em toda história da humanidade.

Destes termos, um dos que mais tem gerado inquietação entre os pesquisadores, é o tão discutido "desenvolvimento", que adquire dimensões teóricas cada dia mais complexas.

É evidente que esta temática não diz respeito somente aos interesses da Geografia. Outros segmentos do saber científico, como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Estatística, só para citar alguns, há muito tempo, também têm se debruçado sobre o estudo do desenvolvimento, num esforço contínuo para se compreender a amplitude teórica alcançada por esta temática no atual momento histórico, apesar dos seccionismos acadêmicos ainda existentes nos dias atuais. Acredita-se que esta reflexão global das ciências só vem enriquecer esta discussão, por possibilitar aos pesquisadores mais comprometidos com a transdisciplinarização do conhecimento, uma visão mais abrangente desta problemática.

Na concepção popular, o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação qualitativa dos recursos de produção, que na crítica de SOUZA (in A. B. RODRIGUES- org., 1997c:18):

(...) é basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente.

Esta concepção criticada pela sua superficialidade, é justamente a que se toma como referencial na maior parte dos escritos de grande circulação, como artigos de jornais e revistas, destinados à informação do grande público.

No entanto, para as novas aspirações das ciências da sociedade, a ideia de desenvolvimento assume um conteúdo muito mais complexo, revestindo-se, por vezes, de princípios ideológicos e de dimensões variadas, que muito dificultam a apreensão de sua abrangência e de suas limitações.

Muito se fala também no desenvolvimento como processo integrado, cuja ideia coloca-se acima das fragmentações a ela impostas, mas que na prática se perde quando delimitada no tempo, no espaço e nas práticas sociais que as engendram. Enfim, na direção orientada pelo seu planejador: desenvolvimento urbano, rural, turístico, industrial, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, a genérica expressão desenvolvimento sustentado, entre muitos outros; trata-se de um número incontável de fragmentos de um mesmo processo, que tem como principal objetivo a satisfação de planos, também parcelados, de intervenção nas muitas esferas da vida social.

SOUZA(1992:123), ao analisar a validade e as limitações do planejamento integrado do desenvolvimento socioespacial, advertiu sobre os riscos dos parcialismos analíticos que ainda hoje dominam a produção intelectual. Alertou ainda sobre a fragilidade com que as articulações intertemáticas e interescolares se apresentam, mostrando que os recortes temáticos, por ele criticados, empobrecem o entendimento global, constituindo um claro exemplo do caráter positivista do trabalho acadêmico, que tenta dividir a realidade social em esferas dotadas, cada uma, de "vida própria": econômica, política, cultural e outras.

Desta forma, seria um grande equívoco tentar definir rigidamente a ideia de desenvolvimento, pois originaria uma conceituação puramente instrumental, que pouco acrescentaria à estas discussões. Por outro lado, tornou-se imperioso apontar algumas argumentações que conduzissem este trabalho a um entendimento coerente desta problemática. Partiu-se então, para a análise de alguns estudos realizados por pesquisadores preocupados com a questão do “desenvolvimento” através do turismo,

que muito colaboraram para o amadurecimento teórico desta temática:

MAX-NEEF (1994:82), em sua obra “*Desarrollo a Escala Humana*”, discutiu inúmeros aspectos referentes ao “desenvolvimento” como sendo um processo capaz de, antes de mais nada, satisfazer às necessidades humanas, tidas por ele, não somente como metas a serem atingidas, mas sim como a razão de existência deste processo. Para ele:

El desarrollo a Escala Humana no excluye metas convencionales como crecimiento económico para que todas las personas pueden tener un acceso digno a bienes y servicios. Sin embargo, la diferencia respecto de los estilos dominantes radica en concentrar las metas del desarrollo en el proceso mismo del desarrollo. En otras palabras, que las necesidades humanas fundamentales pueden comenzar a realizarse desde el comienzo y durante todo el proceso de desarrollo; o sea, que la realización de las necesidades no sea la meta, sino el motor del desarrollo. Ello se logra en la medida en que la estrategia de desarrollo sea capaz de estimular permanentemente la generación de satisfactores sinérgicos.

Por sua vez, CAVACO (in A. B. RODRIGUES-org., 1996:94-121) empregou a expressão “*desenvolvimento local*” para expressar aquele processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção do bem estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma, dinamizem a economia em pequena escala, gerando o “desenvolvimento” do lugar através de estratégias de baixo impacto socioambiental. Esta autora tem pesquisado o turismo rural português, onde procura

divulgar a idéia da busca de um avanço socioeconômico democrático e fiel às coletividades receptoras.

Concepção semelhante foi proposta por A. B. RODRIGUES (1997c:10), que afirmou que o vocábulo “desenvolvimento” não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regular a distribuição da riqueza e lembra ainda que a “*economia não é tudo sem eficácia social*”, pois o crescimento do PIB não pode ser tomado como referencial único para definir o “desenvolvimento”. Esta autora tem trabalhado teoricamente a expressão “*desenvolvimento com base local*”, em que propõe, especificamente para o caso do turismo, um trabalho de planejamento e gestão do referido processo fundamentado nas características e anseios das localidades receptoras, como uma contraposição aos desmandos massacrantes do grande capital, que muitas das vezes se instalam em áreas ainda inexploradas para fins de recreação, tecnificam-na, criam uma estrutura receptiva totalmente desvinculada dos aspectos socioambientais locais, sem contudo melhorar as condições de vida da coletividade receptora, o que acaba gerando ou agravando a exclusão social.

Com o exposto, vê-se que as ideias apresentadas pelos autores citados são muito semelhantes, pois todos trabalham o planejamento e a gestão do “desenvolvimento” a partir dos lugares, preocupando-se claramente com o equilíbrio socioambiental das localidades receptoras.

Já BENEVIDES (in A. B. RODRIGUES-org., 1997c:23-41), colocou-se numa posição de desconfiança em relação às argumentações exaltadoras do desenvolvimento local/com base local. Este autor afirmou que de uma forma ou de outra, o processo do “desenvolvimento” se dá dentro de uma lógica que atende ao modelo dominante. Para este autor, perpassam

dois equívocos no discurso dos movimentos localistas de promoção do “desenvolvimento”:

Um refere-se à geografização da análise dos fenômenos políticos, ao associar a redução da escala, como possibilidade para ampliar os espaços de participação democrática. Em outras palavras, o conteúdo democrático do que seja democrático reporta-se fundamentalmente à dimensão do político e não da espacialidade, e deste modo desconsidera a significação dos micropoderes na constituição das relações sociais de dominação (Weber, 1964).

Dessa desconsideração resulta o outro equívoco, que leva ao elogio da identidade local, como foco de resistência aos projetos modernizadores da expansão capitalista em lugares onde persistem comunidades tradicionais. (BENEVIDES, in A. B. RODRIGUES-org., 1997c, 29).

A posição assumida pelo autor, contrapõe-se a todos os discursos anteriores. Embora possa parecer radicalista a uma primeira análise, tem o mérito de advertir os teóricos do “desenvolvimento” para alguns equívocos que podem ser cometidos ao se trilhar por caminhos ideologicamente carregados de paixões pessoais e teoricamente inconsistentes. No entanto, o presente trabalho parte do princípio da eficácia dos planos locais de promoção do “desenvolvimento”, motivo pelo qual não se assumiu as reflexões de BENEVIDES (in A. B. RODRIGUES-org., 1997c:23-41) como referencial, mesmo reconhecendo sua contribuição.

Assim, para efeito desta pesquisa, admitiu-se a ideia de "*Desenvolvimento Socioespacial*" proposta por Marcelo J. L. de Souza, cujas reflexões, além de serem compatíveis com os propósitos desta investigação, avançaram imensamente na discussão teórica do

“desenvolvimento”, representando uma das mais consistentes contribuições da Geografia brasileira à análise deste processo. Segundo SOUZA (1996a:05):

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação - e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social.

O autor lembrou ainda que a necessidade de se buscar o desenvolvimento, é uma característica das sociedades ocidentais e/ou ocidentalizadas, que têm na ideia de "modernidade" (em suas múltiplas nuances), a base cultural de sustentação deste processo.

Após levantar uma série de questionamentos sobre o contexto cultural em que se construiu (e ainda se constrói) a noção de desenvolvimento, salientou ainda, que qualquer tentativa de o apreender, avançará teoricamente quando se admitir uma ruptura consciente com o etnocentrismo e com a ideia heterônima de uma verdade absoluta. Também não se deve tentar defini-lo de uma vez por todas, sendo mais sensato buscar um princípio norteador de modo que a reflexão esteja sempre aberta a novas contribuições. Assim, o autor entende o desenvolvimento socioespacial como:

(...) um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a autonomia individual e coletiva (...). A autonomia é um princípio ético e político, o qual (...) não define

um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de cada cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias (SOUZA, 1996a:10).

Enquanto processo, o desenvolvimento socioespacial deve ser pensado em sua totalidade, tanto pela academia, que deve adotar uma postura transdisciplinar, quanto pelos seus gestores, que devem operacionalizá-lo a partir de um planejamento transetorial. Esta, na realidade, é a única forma de promovê-lo de forma realmente integrada.

Desta maneira, vislumbra-se uma noção deste processo, que muito se distancia das conceituações tradicionais, onde o aspecto econômico figura como esfera principal de todas as ações. Questiona-se, também, a simplificação da ideia de desenvolvimento, quando considerada como somente superação do subdesenvolvimento, caracterizado comumente como sinônimo de pobreza e/ou poucos recursos para ampliação dos mecanismos de produção, que têm nas nações centrais do mundo capitalista, os "modelos ideais" a serem copiados.

No entanto, quando se toma como base as considerações anteriores, vislumbra-se a possibilidade de se pensar o desenvolvimento como processo pertinente a cada grupo (de acordo com suas características particulares) na tentativa de superar os problemas que dificultam a conquista de melhores condições de vida. Cria-se ainda com a discussão da "autonomia" (SOUZA, 1996a:10), a possibilidade de se encarar o lugar como uma escala de planejamento compatível com os anseios

de cada grupo social, bem como no envolvimento amplo de seus membros na gestão participativa de seus processos individualizados.

Para Milton Santos (1996:122), a ideia de lugar está intimamente relacionada com o conceito de espaço, argumentando que, “*o espaço total e o espaço local são aspectos de uma mesma e única realidade*”. Em sua clássica obra “Espaço e Método” (1985:12), este autor afirmou que:

(...) cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica e uma estrutura de capital própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria, específica do trabalho.(...) Em cada lugar, as variáveis A, B, e C, ... não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isto resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas quantitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí a diferença entre eles.

Partindo destas considerações e absorvendo a interpretação de CARLOS (1996:20) sobre as ideias de Milton Santos, observa-se que a identidade do lugar pode ser definida a partir de seu conteúdo técnico (conjunto e natureza das técnicas presentes na configuração do território), da demanda informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), da densidade comunicacional (resultante da interação entre as pessoas) e pela densidade normativa (as normas como elementos definitórios de cada lugar). Ainda para CARLOS (1996:20), deve-se levar em consideração o papel do significado do tempo, chegando à conclusão de que é no

lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Afirmou também, que para Milton Santos existe uma dupla questão no debate do lugar: seu sentido visto “de fora”, resultante dos acontecimentos históricos mais amplos que de alguma forma se impõem e participam de sua configuração, e o lugar visto “de dentro”, que se refere ao arranjo das forças que se conjugam internamente, conferindo-lhe identidade própria.

E é justamente este caráter único dos lugares que requer a necessidade de serem pensados suas especificidades. Por outro lado, considerando-se a sua íntima vinculação às grandes estruturas de produção/regulação capitalista devem ser focalizados, também, dentro de uma perspectiva integrada, ou seja, sua articulação com o global.

Como se viu, o lugar, em suas muitas esferas, se mostra como a dimensão do espaço vivido, onde as pessoas se tornam importantes elementos na sua produção, em contrapartida aos mecanismos padronizadores do mundo globalizado. O lugar é, neste sentido, aquela instância ambígua, onde o global se materializa, mas ao mesmo tempo permite uma organização muito particular de sua energia, resultando na manifestação individual do mundo tecnificado. É, portanto, o espaço imediato dos acontecimentos mais simples e também mais complexo da vida cotidiana.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante- identidade- lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço

passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996:20).

Para efeito desta pesquisa, optou-se por acatar a sugestão de Adyr Rodrigues, que propôs a unidade municipal para ser pensada como lugar¹¹. Tal sugestão é absolutamente pertinente, considerando que o PNMT-Programa Nacional de Municipalização do Turismo, tem procurado fortalecer as ações das Prefeituras Municipais, tidas como instâncias mais adequadas para a gestão do turismo, cujo planejamento deve se fundamentar, segundo A. B. RODRIGUES, em quatro pontos fundamentais:

- a) Criação e fomento de um setor de turismo na administração municipal, com prerrogativas de gestão vertical (dentro do mesmo setor produtivo) e horizontal (com outros setores).
- b) formalização de um plano turístico flexível e pactuado com os agentes locais, que especifique o zoneamento das atividades, priorize a sustentabilidade e preveja os incentivos para os investimentos.
- c) Capacitação para os acordos com outros setores da administração local e com a iniciativa privada (empresários de todos os setores envolvidos).
- d) Configuração de mecanismos de gestão que exerçam vigilância constante dos projetos e orientação dos efeitos multiplicadores do turismo para benefício da comunidade local.

¹¹ Sugestão feita durante a conferência de abertura do I Seminário Nacional “Turismo e Cultura, A História e os Atrativos Regionais”, realizado pelo Centra de Cultura Missioneira da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Santo Ângelo (RS), 02 de abril de 1998.

Estes pressupostos atualmente estão sendo vistos como atribuições da coletividade receptora, representada pelos Conselhos Municipais de Turismo, criados a partir do PNMT, justamente para atender a tais necessidades. Apesar de uma série de equívocos cometidos na operacionalização do PNMT, não se pode negar que com ele se cria a possibilidade de o turismo ser pensado na instância do lugar e para atender sobretudo, ao interesse de seus moradores.

Para complementar estas discussões, vale resgatar uma afirmativa de CARA (in A. B. RODRIGUES- org., 1996:92), que ao analisar o turismo como um importante agente de transformação espacial, considerou:

(...) En una imagen o metáfora, el Municipio parece ser el único punto fijo sobre el cual se apoya todo este sistema y el único capaz de evaluar las consecuencias más inmediatas y cotidianas de los habitantes. Tanto en los planos objetivos como subjetivos.

Da ideologia do desenvolvimento local à efetivação do desenvolvimento socioespacial.

A discussão acadêmica do desenvolvimento socioespacial, embora de grande importância, ainda não alcançou sua merecida posição de destaque junto aos centros de pesquisa geográfica do Brasil. Por este motivo, pouco se tem escrito sobre este assunto, que só agora começou a despertar maior interesse pelo fato de os modelos tradicionais de desenvolvimento não estarem atendendo a contento aos anseios de seus gestores, que a cada dia sofrem novas pressões de uma boa parcela da população brasileira, insatisfeita com a sua baixa qualidade de vida, apesar dos alardes advindos do "sucesso" do Plano Real.

E é pelo fato de ainda não ser um termo familiar aos estudiosos e órgãos públicos, que se costuma confundir a dimensão territorial do planejamento voltado para o crescimento de um determinado setor produtivo em uma área específica, com o que neste trabalho considerou-se como desenvolvimento socioespacial, que é, na realidade, a busca da promoção do bem-estar e da justiça social. Partindo deste princípio, o *desenvolvimento local* seria uma expressão cabível à definição de uma dada porção do espaço onde o projeto seria implementado. Já a expressão "socioespacial", caberia a uma abrangência maior do processo do desenvolvimento, que deve se valer dos recursos (de toda ordem) disponíveis em cada coletividade, estando, desta forma, comprometido com a realidade, possibilidades e anseios de cada grupo, embora autores de grande respeitabilidade, como CAVACO (in A. B. RODRIGUES- org., 1996:94-121) utilizem a expressão "local" com a mesma conotação de socioespacial.

Considerou-se importante frisar bem esta diferença, pois no caso específico do turismo nacional, tornou-se muito comum entender o desenvolvimento local (geralmente planejado nas altas esferas da gestão pública) como o incentivo a grandes empreendimentos em inúmeras comunidades tradicionais, sobretudo de pescadores, que tiveram seus núcleos tropicais apropriados pelo modelo de turismo "sol e praia", fato que resultou na descaracterização de paisagens e de costumes locais, sem contudo, gerar o bem-estar para as mesmas, que além de não serem envolvidas no processo, eram inclusive, rejeitadas no novo mercado de trabalho, que exigia dos funcionários um certo grau de desenvoltura e sobretudo escolaridade, que em boa parte dos casos, nunca fora oferecida adequadamente aos residentes.

Segundo GANDIN (1993:13), no Brasil "*existe um relacionamento quase cômico entre a atividade de planejar e a de arquivar (...)*". Com esta simpática ironia, este autor advertiu os planejadores sobre uma realidade grave, que atinge perversamente os órgãos e instituições envolvidos com a gestão dos mais variados setores produtivos.

Tornou-se comum, durante vários anos, a elaboração de projetos mirabolantes, totalmente inoportunos e inoperantes, que trouxeram elevadíssimos gastos para os cofres públicos, entre outros prejuízos.

Trata-se da "cultura do gigantismo brasileiro", representada pelo macroplanejamento do desenvolvimento, fruto de longos períodos históricos de centralização do poder de decisão, quando os governantes se empenharam para concentrar na esfera Federal as estratégias de gestão do crescimento dos mais diversificados setores produtivos, esvaziando, desta forma, as oportunidades de participação popular, o que resultou no agravamento da despolitização dos cidadãos brasileiros.

Por este motivo, a população brasileira acostumou-se, forçosamente, a comportar-se passivamente diante de uma série de "pacotes de planejamentos", que se sucederam por longos anos de antidemocracia, culminando hoje com sua quase total desarticulação política. Como fruto deste processo, o povo se habituou a esperar do governo as resoluções mágicas para seus problemas banais do dia-a-dia, sentindo-se incapaz de se autogerir. Este processo de intervenção por parte das agências e empresas estatais foi analisado por BECKER (1995:11):

O Estado, neste contexto, viria a ser chamado a assumir tarefas variadas, com vistas à organização, desenvolvimento e expansão do

turismo no país. A intervenção estatal se fez sentir tanto na criação de órgãos e instituições normativas e executivas quanto na produção do espaço. Em 1958, foi criado pelo governo Juscelino Kubitschek a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) , subordinada à Presidência da República (Decreto nº 44.863, de 21/11/58). Em 1962 (Decreto nº 543 de 23/01/58), a COMBRATUR seria extinta, dando origem à Divisão de Turismo e Certames do Ministério da Indústria e Comércio. Marco na história da política do setor foi a criação da EMBRATUR em 1966- Empresa Brasileira de Turismo (Decreto nº 55 de 18/11/66) - bem ao estilo da atuação do governo militar, isto é, do planejamento estratégico por meio da multiplicação de empresas e agências, apesar de acelerar a modernização da sociedade e do território e de centralizar o poder do Estado em nível federal.

Mas com as incontáveis mudanças ocorridas na história político-econômica brasileira, tornou-se necessário redefinir, sobretudo a partir da década de 90, os rumos da gestão territorial, que vem sendo dificultada a cada dia pelo adensamento do conteúdo técnico da sociedade brasileira, bem como da complexificação de suas formas de produção.

Surgiu então, uma infinidade de novas estratégias gerenciais, que permitiu uma administração do espaço mais compatível com os interesses neoliberais emergentes, expressos hoje, entre outros exemplos, pela descentralização do poder decisório, que isenta a esfera do Governo Federal de uma série de responsabilidades, outrora abraçadas pelos governos ditatoriais.

O município, até então amparado paternalmente pelas instâncias Federal e Estadual, passa a figurar como

nova unidade de gestão do desenvolvimento, recebendo uma nova carga de poderes para direcionar seus processos particularizados, de acordo com suas prioridades, possibilidades e anseios.

Trata-se, portanto, de um novo momento político-administrativo na história nacional, em que os muitos programas de municipalização¹² ganham força (municipalização dos transportes, da saúde, da educação, da gestão ambiental, do turismo¹³, entre outros), fazendo surgir a oportunidade de emergência das forças locais, onde a população através da iniciativa de inúmeras instituições sociais: ONGs, igrejas, sindicatos, partidos políticos, e outros, já começa a mostrar grande força de vontade para adquirir capacidades de auto-gestão, onde o desenvolvimento socioespacial apresenta-se realmente como uma possibilidade viável.

No caso específico da área em estudo, pode-se afirmar que boa parte das iniciativas têm partido sobretudo dos proprietários rurais e de seus parceiros - SEBRAE, EMATER e Prefeituras - pois o Estado do Espírito Santo não conta com uma Secretaria Estadual de Turismo - nem mesmo Empresa. Oficialmente o setor

¹² A descentralização de inúmeros setores produtivos e da gestão do espaço só se concretizará se uma série de transformações estruturais vierem redefinir não só as instâncias que receberão novas atribuições (sobretudo as Prefeituras) como também os Ministérios, que assim experimentarão o recambiamento de suas funções. Espera-se que ocorra um amplo movimento de reorganização de organogramas, desde as Secretarias Municipais até a Presidência da República, como pressuposto para que tal processo seja coerente. Daí a dúvida de alguns pesquisadores sobre as reais intenções do governo Federal, bem como das possibilidades efetivas de sucesso destes programas.

¹³ Portaria nº 130, de 30/03/94, que com base na Lei nº 8.490, de 19/11/92, cria o comitê Executivo para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

está sendo gerenciado pela Coordenação de Turismo da ADERES- Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo S/A, criada pelo Decreto Lei Estadual nº 5.303 de 16/12/96, que infelizmente não tem conseguido atender a contento aos anseios do setor, motivo pelo qual o Governo Estadual vem sendo duramente criticado.

A municipalização do turismo pode até criar as condições para que este processo ocorra, mas não se pode esquecer que nem sempre as populações locais estão devidamente engajadas e organizadas de modo adequado para exigirem uma representatividade efetiva nos "*Conselhos de Municipalização*" (criados no município por força de Lei), que geralmente não têm em seu corpo, membros das instituições de defesa dos anseios da população local. Via de regra, são formados pelos hoteleiros, comerciantes, representantes dos Poderes: Legislativo e Executivo, proprietários de restaurantes e demais representantes do "trade" turístico. São raros os conselhos que admitem um equilíbrio entre o número de representantes do empresariado e o de sindicatos, movimentos comunitários, órgãos de defesa do consumidor, escolas e instituições de pesquisa, associações de trabalhadores do mercado informal, entre outros.

O quadro 01 mostra o perfil dos conselhos de municipalização dos quatro municípios do agroturismo que já encaminharam seus processos junto à EMBRATUR: Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Santa Tereza e Santa Maria de Jetibá.

Como se pode observar, excetuando-se o Conselho de Domingos Martins, que foi constituído de forma um pouco mais democrática, foram pouquíssimas as instituições de defesa dos interesses comunitários incluídas no rol de representantes da coletividade junto aos Conselhos de Municipalização.

Os outros sete municípios que integram o setor do agroturismo capixaba não implementaram seus programas de municipalização até o presente momento, motivo pelo qual não constituíram seus Conselhos Municipais de Descentralização. Vale, portanto, sugerir não só a criação dos mesmos, como sobretudo cuidar para que suas composições sejam mais coerentes no que se refere às discussões anteriores.

Quadro 1: Caracterização dos Conselhos de Municipalização dos municípios do agroturismo - 1998

MUNICÍPIO	DECRETO DE CRIAÇÃO	COMPOSIÇÃO *
Venda Nova do Imigrante	Nº 225/95 de 22/11/1995.	13 COMPONENTES: um representante do Poder Público Municipal, um do Legislativo, um dos hoteleiros, um dos agentes de viagens, um representante das Secretarias: de Obras, de Educação, Saúde e da Agência de Desenvolvimento Municipal, um representante das entidades governamentais vinculadas a agricultura, pecuária e meio ambiente, um representante da Associação Comercial e Industrial do município, apenas um do AGROTUR, uma das associações culturais do município e um do setor de imprensa.
Domingos	Nº 1.319/94 de	15 COMPONENTES: o Secretário Municipal de Turismo, que presidirá o Conselho, um representante do Poder Legislativo Municipal, um do setor hoteleiro, um dos agentes de viagens, um da Secretaria Municipal de: Interior e Transportes, um da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, um representante

Martins	15/03/94.	das entidades governamentais vinculadas à agricultura, pecuária e meio ambiente, um da associação comercial e industrial do Município, um do Conselho Municipal de Saúde, um do Conselho Municipal de Educação, um das associações Culturais , um do Clube de Serviços, um da associação de agricultores, um do setor de imprensa e um representante das entidades sindicais Sediadas no Município.
Santa Tereza	Nº 1.191 de 30/04/96.	14 COMPONENTES: dois representantes da rede hoteleira, um da rede gastronômica, um dos artesãos, um do Museu de Biologia Mello Leitão, um representante dos associados ao agroturismo, um da Loja Maçônica, um do Lions Club, um do Círculo Trentino, um do Clube de Lojista, um representante dos funcionários públicos municipais (trabalhadores que não lidam diretamente com o turista), um do Ministério Público, um dos taxistas e um da EMATER.
Santa Maria de Jetibá	Nº 348/97 de 03/12/97, que dá nova redação à Lei Nº 221/95.	7 COMPONENTES: o Secretário Municipal de Turismo (que vai sempre presidir o grupo), um representante da Secretaria Municipal de Obras, um da Agência de Desenvolvimento Municipal de Santa Maria de Jetibá, um do setor hoteleiro, um representante da Associação Cultural e Esportiva da juventude, um da Associação Comercial e Industrial do Município, um da área de Comunicação Social e o Prefeito Municipal, que é membro nato com direito a voz, mas sem direito a voto.

* Para cada componente, os Decretos preveem a existência de um suplente.

Mas apesar dos equívocos cometidos pelos gestores na constituição dos Conselhos Municipais, vale ressaltar uma das grandes vantagens do PNMT, que é justamente seu caráter mutável, pois o Programa tem procurado se adequar à realidade de cada localidade onde é implementado - embora venha recebendo inúmeras críticas, como já foi salientado, que teve o intuito de ressaltar alguns pontos falhos, que se julgou necessário destacar.

As bases da descentralização foram lançadas pela OMT- Organização Mundial de Turismo, que publicou em 1993 o documento "*Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais*", escrito por George McINTYRE, que inspirou o PNMT, cuja implementação ficou à cargo da EMBRATUR, atualmente vinculada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que tem procurado incentivar a descentralização administrativa do turismo num programa lançado em 1994 em Vitória, capital capixaba.

Tal fato despertou no Espírito Santo um forte interesse pela criação de Conselhos Municipais, de modo que das setenta e oito prefeituras do Estado, quatorze já encaminharam, ou estão encaminhando seus processos junto à EMBRATUR¹⁴, que mantém um grupo de técnicos para assessorar as prefeituras em suas empreitadas.

¹⁴ Os Municípios capixabas que já criaram seus Conselhos de Municipalização são: Vitória, Vila Velha, Guarapari, Serra, Anchieta, Iúna, Guaçui, Piúma, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Conceição da Barra, Aracruz, Santa Tereza e Santa Maria de Jetibá.

Numa primeira análise, feita para o momento atual, vê-se que o PNMT cria a possibilidade de emergência das forças comunitárias locais, o que não significa dizer, conforme anteriormente discutido, que tal perspectiva se concretizará de fato, pois com a descentralização da gestão do turismo outros segmentos sociais mais organizados lançam mão de todos os recursos possíveis para se apropriarem deste processo.

Como saída para superar tal situação, pode-se pensar na valorização da consciência de cidadania, através de campanhas, que trariam como resultado a organização e o fortalecimento das comunidades de base. Estas, na realidade, é que deveriam gerir o turismo como um dos vetores do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida local através dos Conselhos Municipais.

Desta forma, o PNMT e o Programa do Agroturismo não estão, pelo menos em uma primeira análise, trilhando caminhos destoantes, pois ao mesmo tempo em que o município recebe do Governo Federal uma maior carga de responsabilidade sobre os destinos do setor, o Governo Estadual apoia uma nova modalidade de turismo, que pode através da “autonomia” potencialmente proporcionada pela municipalização, trazer o bem-estar social para os grupos rurais envolvidos com o projeto, caso se façam ouvir nos já citados conselhos.



CRESCIMENTO ECONÔMICO OU DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL? REPENSANDO O PROGRAMA DO AGROTURISMO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Uma vez discutida a ideia de desenvolvimento socioespacial e focalizados os projetos do Plano de Proposições da Proposta Piloto do Programa do Agroturismo em fase de implantação no Estado do Espírito Santo, é chegada a hora de avaliar mais alguns dos seus resultados efetivos, especificamente no que se refere à promoção do “desenvolvimento”. Para tanto, partiu-se para uma investigação empírica, onde através de algumas viagens a campo pôde-se observar o atual estágio em que o referido processo se desenha.

Para que as atividades de campo fossem coerentes com as discussões teóricas, procurou-se analisar as estratégias do Programa do Agroturismo dentro da definição de “desenvolvimento socioespacial” já discutida, que consiste, em termos práticos, em basicamente três pontos: a autonomia dos grupos envolvidos, a promoção da felicidade coletiva através da melhoria da qualidade de vida local e, obviamente, a (re)produção da renda.

Quanto à questão da autonomia, esta já foi analisada anteriormente, quando se discutiu a Municipalização do Turismo e a constituição dos Conselhos Municipais de Descentralização. Naquela oportunidade, verificou-se que ainda é necessário repensar os modelos de composição dos quatro Conselhos existentes, para que estes sejam mais democráticos e mais comprometidos com os interesses da

coletividade que representam. Propôs-se também, com as devidas precauções, a criação dos Conselhos de descentralização para os sete municípios que até o momento não aderiram ao PNMT.

No entanto, faltou investigar se o agroturismo está atendendo aos outros dois aspectos fundamentais da discussão do “desenvolvimento” socioespacial. É válido esclarecer que a concentração em torno destes dois pontos foi feita de forma integrada, pelo fato de os dados terem sido levantados fundamentalmente através do mesmo instrumento de investigação: um roteiro de entrevistas (anexo) aplicado em vinte e duas propriedades envolvidas no Programa do Agroturismo.

Para levantar os dados necessários à discussão pretendida, optou-se por aplicar o referido instrumento em um grupo de proprietários, na intenção única de colher depoimentos que embasassem as reflexões sobre o agroturismo como um agente promotor do “desenvolvimento” socioespacial. Este instrumento foi elaborado com base nas discussões teóricas feitas nos capítulos anteriores, que deram os subsídios necessários à formulação do elenco de perguntas que visaram recolher dados sobre a arrecadação de impostos, aumento dos lucros das propriedades, geração de empregos e ocupação produtiva, melhoria das condições gerais do bem-viver, entre outros benefícios sociais advindos do incremento do setor turístico na Região Serrana Central do Espírito Santo. Portanto, todas as questões tiveram uma intenção implícita, que possibilitou uma análise mais precisa da problemática investigada, sem, contudo, direcionar as respostas dadas pelos entrevistados.

Antes de interpretar as informações colhidas em campo, cabe esclarecer mais alguns aspectos da metodologia utilizada para a aplicação do instrumento. Em primeiro lugar, é necessário deixar claro que não se

pretendeu realizar uma investigação quantitativa, mas sim, dialogar com os produtores rurais envolvidos no programa do Agroturismo. Os dados levantados foram analisados dentro de uma perspectiva qualitativa, que dispensa rigores numéricos exagerados, de forma que as respostas foram agrupadas e interpretadas por temas, possibilitando o aprofundamento teórico do assunto abordado por este trabalho.

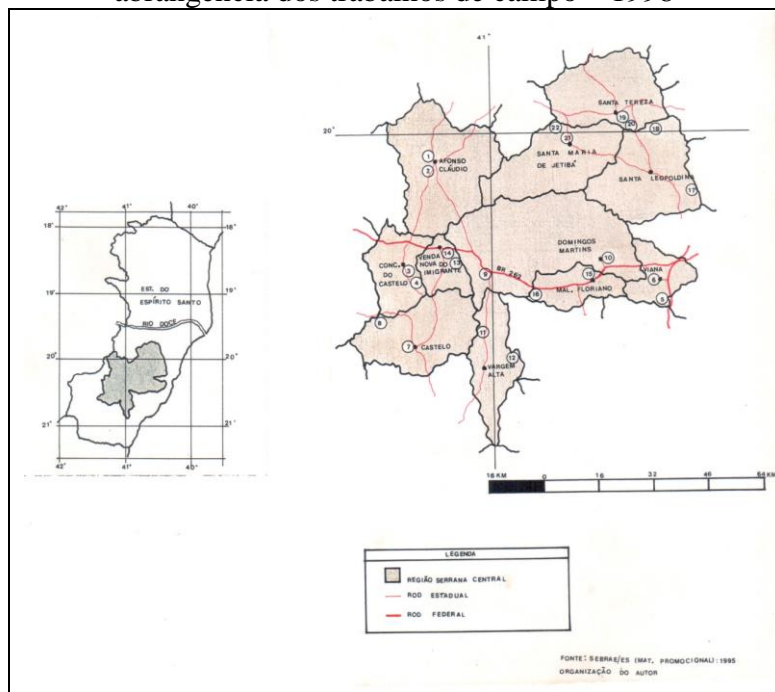
Ao todo, foram aplicados vinte e dois questionários em vinte e duas propriedades eleitas aleatoriamente (quadro 02), sendo duas em cada um dos onze municípios (figura 20). Entrevistou-se, desta forma, aproximadamente 10% do total de propriedades do Programa, considerando-se a estimativa do AGRATUR - 200 propriedades. É bem verdade que determinados municípios possuem mais propriedades que outros, o que significa dizer que percentualmente, duas propriedades assumem representatividades diferenciadas de município para município. Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins, por exemplo, concentram juntas, aproximadamente 50% do total de estabelecimentos receptores da região, conforme estimativas do AGROTUR.

Por fim, cabe esclarecer que as entrevistas foram feitas pessoalmente e exclusivamente pelo pesquisador - para que respostas tendenciosas fossem evitadas - em trabalhos de campo realizados entre os dias 31 de janeiro e 30 de junho de 1998. O roteiro de questões se compôs de vinte e três perguntas, todas abertas, para que as respostas pudessem ser dadas livremente, de modo a permitir a interpretação dos depoimentos prestados.

Quadro 02: Proprietários entrevistados

Município	Produtor	Produtor
Afonso Cláudio	1- Família Moraes (Fazenda Ecoestação)	2- Família Timóteo (Fazenda Acapulco)
Conceição do Castelo	3- Família Mareto (Fazenda Mareto)	4- Família Melo (Fazenda Fam. Melo)
Viana	5- Família Vieira (Sítio Fam. Vieira)	6- Família Conti (Sítio Nova Dimensão)
Castelo	7- Família Bonno (Sítio São Rafael)	8- Família Bonetti (Fazenda dos Pontões)
Domingos Martins	9- Família Girardi (Sítio Tre Fiori)	10- Família Tessarolo (Sítio Eldorado)
Vargem Alta	11- Família Grilo (Sítio Alto Ouro)	12- Família Caiado (Fazenda Cachoeira do Caiado)
Venda Nova do Imigrante	13- Família Caliman (Fazenda Saúde)	14- Família Carnielli (Fazenda Providência)
Marechal Floriano	15- Família do Sr. Moreira Filho (Fazenda Riacho da Floresta)	16- Amília Acoforado (Sítio Fam. Acoforado)
Santa Leopoldina	17- Família Possatti (Fazenda Possat)	18- Família Pitol (Sítio Cachoeira Vel de Noiva)
Santa Tereza	19- Família Rodrigues Miguel (Fazenda- Hotel Solar dos Colibrís)	20- Família Oliveira (Sítio Fam. Oliveira).
Santa Maria de Jetibá	21- Família Berger (Fazenda Berger)	22- Família Guns (Sítio e Pousada Paraíso)

Figura 20
Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo:
abrangência dos trabalhos de campo – 1998



A formação do produto - agroturismo e alterações paisagísticas

A Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo tem recebido crescentemente maiores atenções por parte dos órgãos oficiais de turismo, conforme foi exposto. Tal prestígio se deve ao reconhecimento de seu potencial, considerado grande e altamente atraentes pelos gestores do Programa do Agroturismo.

Embora existam alguns documentos oficiais da década de 80 que fazem referências ao potencial da antiga Região do “Triângulo das Montanhas”, o primeiro estudo mais aprofundado - em forma de inventário – sobre os atrativos deste setor do turismo capixaba foi feito no início da década de 90 para integrar a Proposta Piloto do Programa do Agroturismo (SEDES/SEAG, 1992). Este documento resgatou a história dos municípios da Região, bem como procurou valorizar os mais diversificados aspectos paisagísticos que, de alguma forma, pudessem ser utilizados como motivadores do fluxo.

Vale destacar que a metodologia utilizada naquela oportunidade lançou mão de um elenco de categorias para agrupar os elementos da oferta, que na realidade não colocavam as propriedades em evidência, pois procurou-se ressaltar os aspectos socioculturais e ambientais, independentemente de suas localizações e acessibilidade. Desta forma, uma cachoeira era analisada separadamente, sem contudo, valorizar a propriedade onde estava situada.

As categorias para classificação dos atrativos utilizadas pela SEDES/SEAG (1992) foram: “monumentos” (para remanescentes arquitetônicos, bustos e outros), “instalações culturais” (casas da cultura, centros regionais de valorização cultural, ...), “eventos”(festas e rodeios), “grutas”, “montanhas”, “quedas d’água”, “parques e reservas”, “fontes hidrominerais”, “centros científicos e técnicos” (instituições de pesquisa e museus ecológicos), “obras de arte e técnicas” (obras de reconhecido valor artístico e/ou construções dotadas de belezas arquitetônicas), “artesanato”, “flora”, “manifestações culturais”, “realizações técnicas e científicas” (usinas hidrelétricas e edificações de grande complexidade tecnológica), “atividades populares regionais” (corais, grupos de

dança, ...), “explorações agrícolas individuais” (a propriedade Fazenda e Haras Acapulco, da família do Sr. Timóteo) e “hidrografia” (para rios e lagos).

Como se viu, naquele período apenas uma propriedade foi considerada como um atrativo em sua integridade. Os demais elementos da oferta foram descritos separadamente, de modo que se incentivava a visitação aos atrativos e não exatamente às fazendas e sítios.

Metodologia semelhante foi utilizada em 1993, quando um extenso inventário foi feito também pela SEDES, incluindo-se, no caso deste documento, alguns municípios de outras regiões turísticas. Este levantamento integrou a documentação do convênio firmado entre os governos do Estado do Espírito Santo e o da Catalunha, para cooperação na área de planejamento integrado do turismo receptivo, conforme compromisso firmado em 1993 (FACHINI, 1993:12-13).

Foi somente com a consolidação de alguns programas do Plano de Proposições, que se passou a vender uma imagem do produto “agroturismo” não mais fundamentado somente nas atrações locais, mas sim, nas propriedades rurais, que inclusive investiram numa imagem mais integrada de suas paisagens com a produção agrícola de cada localidade. Um passo importante, neste sentido, foi a publicação em 1995 do “mapa do Agroturismo” – elaborado pelo SEBRAE - que elencou as principais propriedades, que naquela época já estavam recebendo visitantes, bem como alguns atrativos situados nas áreas urbanas e junto às principais vias de acesso. Alguns equipamentos da oferta, como pousadas, restaurantes, casas de chá, lojas de artesanato e outros, também foram citados neste material, que antes de mais nada, objetivou a veiculação de uma imagem atrativa dos municípios que formam o domínio do agroturismo.

O estudo das propriedades é de fundamental importância, pois é em seu interior que a visitação ocorre, registra seus benefícios e seus malefícios. Passa-se então, a tecer alguns comentários sobre as fazendas e sítios da Região, que na realidade são os verdadeiros espaços receptores.

Caracterização das Propriedades do Agroturismo

Os aspectos observados em campo no que se refere às propriedades, e que a partir deste momento se passa a discutir, dizem respeito basicamente à estrutura agrária, áreas dentro dos estabelecimentos destinadas à prática recreacional, tempo de adesão ao Programa do Agroturismo, caracterização da oferta intra-propriedade, linhas de financiamento, impactos paisagísticos, entre outros.

Muito se falou na Proposta Piloto em valorizar o trabalho e o ambiente do pequeno produtor. No entanto, verificou-se em campo que o tamanho das propriedades é muito variado, indo desde pequenas unidades, como o Sítio Nova Dimensão, da família Conti em Viana, com cinco hectares, até as maiores, como a Fazenda Providência, de propriedade da família Carnielli em Venda Nova do Imigrante, que possui aproximadamente duzentos e cinquenta hectares. Com isto vê-se que o Programa está contemplando propriedades de tamanhos diversificados, fato que não pode, em uma primeira análise, ser entendido como um problema. Pelo contrário, trata-se de um movimento de expansão do setor, que tem atendido a interesses tanto dos pequenos, quanto dos grandes proprietários, considerando-se a estrutura agrária do Espírito Santo.

Ainda em relação ao tamanho, vale ressaltar que algumas fazendas foram reunificadas por acordos de

herdeiros, constituindo uma grande propriedade formada por várias pequenas, como por exemplo, as fazendas Saúde e Providência, respectivamente das famílias Caliman e Carnielli, ambas em Venda Nova do Imigrante.

Nas propriedades maiores, os visitantes podem experimentar uma série de oportunidades de entretenimento, como passeios ecológicos, torneios em campos de futebol e/ou quadras poliesportivas, cavalgadas, visitas às plantações, entre muitas outras oportunidades, que nem sempre são oferecidas pelas unidades menores.

Nestas últimas, geralmente destinadas a pequenos plantios de café e/ou de hortaliças, ou até mesmo a produções de subsistência, os visitantes costumam ser integrados às atividades rotineiras da propriedade, como no Sítio Nova Dimensão, da Família Conti, em Viana, onde os visitantes, sobretudo as crianças, “descobrem” a origem do leite que bebem, das frutas que comem, além de muitas outras experiências atípicas à vida urbana.

Por outro lado, algumas destas pequenas propriedades acabam reduzindo a atividade agroturística a apenas venda de produtos, face a falta de uma estrutura que possibilite uma prática mais diversificada. Exemplo claro, é o Sítio Tre Fiori, da Família Girardi, em Domingos Martins (figura 21).

Figura 21- Sítio Tre Fiore, em Domingos Martins.



O Sítio Ter Fiore situa-se junto ao sopé do Pico da Pedra Azul (ao fundo da imagem, encoberto pela neblina). Possui aproximadamente oito hectares e especializou-se em servir chás, cafés e acompanhamentos, que juntamente com as belezas locais, constituem seus principais atrativos.

Quanto aos locais de visitação dentro das propriedades, de modo geral, estes se localizam junto à sede e seu entorno, de forma que os grupos não chegam a ter acesso livre a toda a propriedade - exceto nas menores - pois é junto às casas do proprietário que ficam equipamentos como: estacionamentos, sanitários, telefones, postos de vendas dos produtos, lagos para pesca recreativa, alojamentos, entre outros, ou seja, é junto às sedes que se procura estimular os gastos dos visitantes (figura 22). Com exceção, figuram as fazendas e sítios que aproveitam os atrativos naturais para captar visitasções, pois em alguns casos, os mirantes, as quedas

d'água, as trilhas e muitos outros atrativos se situam em pontos da propriedade mais distantes da sede.

Figura 22- Pátio de Secagem de Café na Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante.



O produtor Leandro Carnielli recebe pessoalmente os visitantes, que fazem um pequeno circuito pelas instalações da fazenda situadas junto à sede, onde também se localiza o posto de comercialização dos produtos locais.

Cada propriedade possui um elenco de produtos que são oferecidos aos visitantes a preços bem mais acessíveis do que os preços de mercado, pelo fato de estes serem adquiridos diretamente do produtor, que no caso deste tipo de comercialização, não tem gastos com transporte, estocagem e taxas de comercialização.

De modo geral, em todas as propriedades visitadas, os produtos oferecidos foram os mesmos: massas, biscoitos, doces, bebidas, queijos, defumados, embutidos,

frutas, leite, peixes e outros. Não se registrou nenhum tipo de mercadoria que fugisse ao elenco tradicional daquele ambiente, o que indica um benéfico cuidado com a oferta de mercadorias realmente típicas do meio rural.

Por outro lado, algumas propriedades estão comercializando não só aquilo que produzem, mas os produtos vindos também de fazendas próximas. Segundo o Sr. Moreira Filho, proprietário da Fazenda Riacho da Floresta, em Marechal Floriano, esta prática possibilita uma oferta mais variada de produtos para seus clientes, fazendo com que os mesmos não sintam a necessidade de ir buscá-los em seus vizinhos. Como resultado, os lucros são maiores para quem revende.

Desta forma, viu-se que não existe por parte dos produtores adeptos a esta prática, um interesse em construir uma identidade de suas propriedades, mas sim uma estrutura de negócios que os próprios turistas criticam, chamando-a de “*agrocomércio*”, como ato de subversão do agroturismo. Mesmo assim, ao que parece, as vendas de produtos regionais têm se mostrado promissoras, pois os proprietários não registraram queixas sobre o potencial de comercialização destes produtos.

Um dos resultados mais criticáveis desta tendência, é a conseqüente desvinculação dos produtores com o cultivo da terra, provocando a substituição das atividades agrárias pela comercial. O único proprietário que admitiu que este fato está ocorrendo em sua propriedade foi também o Sr. Moreira Filho, que substituiu a agricultura pelo agroturismo, o que indica um claro exemplo de refuncionalização, ao invés de multifuncionalização da propriedade. Tal fato, conforme prevê o Plano de Proposições, não deveria ocorrer, pois a atividade recreativa não poderia torna-se a única fonte de renda da propriedade.

É evidente que algumas alterações no dia-a-dia do campo são inevitáveis, pois a visitação inquestionavelmente provoca uma certa reestruturação na dinâmica funcional das fazendas, que a partir do momento em que começam a ser visitadas passam a contar com um importante agente alterador da rotina local: a clientela.

No mais, as outras alterações observadas no dia-a-dia das localidades investigadas foram exatamente as previstas pelos proprietários e pelos gestores do Programa, que desde a elaboração da Proposta Piloto, já imaginavam uma certa recondução de alguns hábitos para assegurar maior comodidade para os visitantes. Evidentemente as propriedades de maior fluxo foram as que apresentaram maiores alterações significativas: Sítio Cachoeira Véu de Noiva (3.000 visitantes/mês), Fazenda Providência (2.000 visitantes/mês), Sítio Tre Fiori (800 visitantes/mês), Fazenda Saúde (500 visitantes/mês), entre outras. Destas alterações, vale destacar a mudança de funções no cotidiano dos familiares dos produtores, que passaram a cuidar pessoalmente da atividade receptiva.

Houve também, alguns ajustes de horários para determinadas atividades da propriedade. Um bom exemplo, diz respeito à ordenha, que é claramente prejudicada pela movimentação dos turistas, pois os animais ficam apreensivos, o que resulta em uma menor produtividade. Desta forma, algumas vacas são ordenhadas durante os passeios para que os visitantes possam acompanhar o processo e a maior parte deste serviço é realizado em períodos específicos, quando o vai-vém das pessoas não chega a incomodar os animais. Durante as atividades de campo, verificou-se tal fato na Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante,

onde uma simples mudança de estábulos reduziu a produção leiteira consideravelmente (figura 23).

Figura 23- Visita à Cocheira da Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante.



Os visitantes acompanham o processo da ordenha mecânica, quando são instruídos sobre algumas técnicas referentes à pecuária intensiva. Neste exemplo, o passeio se torna uma oportunidade para o aprendizado.

No entanto, algumas alterações são muito prejudiciais, fruto em geral de alguns equívocos gerenciais, pois muitos produtores passaram a receber visitas sem antes se inteirar das reais intenções do Programa do Agroturismo, conforme as revelações de algumas entrevistas, em que determinados proprietários aproveitaram a nova “tendência do mercado” para agregar rendimentos às suas propriedades, sobretudo a partir dos últimos três anos, quando os primeiros benefícios financeiros do setor começaram a ser alardeados.

Muitos dos agricultores aderiram, na realidade, ao “modismo agroturístico”, e não ao Programa do Agroturismo, pois a atividade vem sendo praticada aleatoriamente por qualquer produtor interessado em aumentar seus lucros. Um bom exemplo deste fato, foi a declaração do Sr. Moraes, proprietário da fazenda Ecoestação, que se desiludiu ao tentar um financiamento para melhorar as instalações de sua propriedade, decidindo-se desde então, a “trabalhar sozinho”. Afirmou:

Já procurei uma funcionária da Prefeitura várias vezes e nunca fui atendido. Há um tempo atrás o pessoal do Agroturismo chegou a vir aqui, falou um monte de coisas, mas nunca mais voltou. As pessoas que vêm aqui são amigas, e tudo que tenho feito saiu do meu bolso.

O próprio AGROTUR se vê obrigado a admitir este fato ao afirmar que não sabe ao certo quantos associados possui. Torna-se necessário fazer um recadastramento urgente dos mesmos em toda a Região, para possibilitar um trabalho mais profundo por parte dos órgãos ligados ao governo, como por exemplo os responsáveis pela saúde pública, pois se desconhece a qualidade dos produtos comercializados. Os órgãos de arrecadação também ignoram o volume de impostos que estas vendas poderiam render para os cofres públicos. Um exemplo de ação positiva neste sentido, foi a assinatura do Decreto Municipal nº 412/94, de 08/09/94, que criou o *Selo de Inspeção Municipal* para os produtos comercializados no município de Venda Nova do Imigrante, de modo que os agricultores associados ao Programa do Agroturismo passaram a adequar suas atividades de produção às exigências da Secretaria Municipal de Saúde, encarregada de fiscalizá-los.

Quanto aos períodos de adesão ao agroturismo, estes variaram bastante. As propriedades que aderiram há mais tempo foram a da família Carnielli (Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante, considerada a pioneira, com doze anos de atividade) e a da família Bonetti (Fazenda dos Pontões, em Castelo, adepta a aproximadamente dez anos). As demais, passaram a receber visitantes, em sua maioria, em períodos inferiores a cinco anos, quando o AGROTUR foi criado, embora não atenda mais a toda Região Serrana Central.

A média (três anos) mostra o caráter ainda experimental do Programa do Agroturismo, que precisa passar por ajustes operacionais para se tornar mais produtivo. As evidências desta afirmativa podem ser verificadas nas discussões que seguem. No entanto, cabe ressaltar a grande aceitação do produto agroturístico por parte da demanda, que cresce rapidamente a cada dia.

A Estruturação da Oferta e as Alterações na Paisagem

Um outro aspecto que também se procurou investigar, diz respeito às interferências mais significativas já ocorridas e ainda pretendidas pelos proprietários rurais. Tais interferências, se por um lado embelezam a propriedade e otimizam as atividades, por outro podem resultar em graves alterações paisagísticas e funcionais, que, caso não sejam bem dimensionadas, descaracterizam o ambiente original, carregando-o com um forte conteúdo artificial, distanciado do "*habitat rural*" desejado pelos turistas.

Um bom exemplo deste risco, foi verificado no Sítio Cachoeira Véu de Noiva, pertencente à família Pitol e situado em Santa Leopoldina, que instalou um toboágua

- equipamento típico de parques temáticos aquáticos, por onde os banhistas escorregam do alto de uma grande plataforma para a piscina, experimentando sensações que lembram os passeios de “montanha russa”.

Inicialmente, é válido ressaltar que qualquer ambiente turístico realmente necessita de uma boa apresentação paisagística, além da fundamental estruturação física e operacional para que os visitantes tenham o mínimo de comodidade e segurança. No entanto, as oportunidades de recreação criadas pelas propriedades não deveriam fugir do objetivo principal do Programa, que é a valorização, via turismo, da vida e dos costumes rurais. As figuras 24 e 25 mostram muito bem este tipo de contraste, em que duas áreas destinadas ao passeio dos visitantes foram estruturadas de forma totalmente adversa.

Na primeira imagem, vê-se que na Fazenda Saúde, pertencente à família Caliman, em Venda Nova do Imigrante, procurou-se explorar a paisagem rural como área de descanso, enquanto na outra fotografia, da Pousada e Restaurante Vista¹⁵ Linda, em Domingos Martins, pertencente à família Assunção, verifica-se uma ornamentação mais intervencionista, criando-se recantos artificialmente embelezados.

¹⁵ A Pousada e Restaurante Vista Linda não foi sorteada para a aplicação do questionário (anexo), de modo que ficou de fora do conjunto das vinte e duas consultadas. No entanto, considerou-se relevante suas experiências, motivo pelo qual foi citada nas discussões deste capítulo, assim como a Fazenda Vale da Tranquilidade, em Marechal Floriano.

Figura 24 - Pátio de Passeio na Fazenda Saúde, em Venda Nova do Imigrante.



Figura 25- Pátio de Passeio na Pousada e Restaurante Vista Linda, em Domingos Martins.



Algumas propriedades estão passando por momentos de alterações visíveis, como por exemplo, a da

família Caiado (Sítio Cachoeira do Caiado, em Vargem Alta), que pretende em breve inaugurar cinco chalés, cozinha industrial, áreas para pesca recreativa e um campo de boche.

Já na Fazenda Saúde, da família Caliman, em Venda Nova do Imigrante, introduções importantes também estão sendo viabilizadas: ampliação do pátio de estacionamento e do restaurante rural, o aumento de alguns de seus lagos artificiais destinados à pesca recreativa e a construção de chalés para alojar os visitantes.

Por sua vez, o Sr. Moreira Filho, da propriedade Riacho da Floresta, em Marechal Floriano, procurou valorizar os aspectos do meio rural como principais atrativos turísticos para sua fazenda, mas por outro lado, conforme discutido anteriormente, substituiu as atividades tradicionais de horticultura, fruticultura e produção granjeira pelo turismo, que agora é a base econômica de sua propriedade. A este respeito, o ex-produtor afirmou:

Acredito mais no agroturismo do que na produção hortigranjeira, aí eu eliminei a horticultura para investir no turismo caipira. Eu quero investir no turista que gosta de se sentir à vontade, aquele que pesca no lago, vem mesmo sem camisa, faz seu prato no fogão à lenha e come sentado no tronco da árvore. Quero o turismo caipira e não esse cheio de trio-elétrico e coisas que não fazem parte da nossa terra.

Verificou-se então, que o proprietário, mesmo correto em valorizar os costumes locais, desconhece os reais objetivos do Programa do Agroturismo, pois este é categórico ao pregar o turismo em espaço rural como uma alternativa de geração de renda e nunca como uma

prática que resulte na eliminação das atividades agrícolas locais. Corre-se o risco de outros proprietários tomarem a mesma atitude, considerando a crescente massificação do agroturismo.

Uma outra preocupação válida do SEBRAE e de seus parceiros, que infelizmente não vem sendo respeitada pela maioria dos proprietários, é a valorização da arquitetura local, resultante da adaptação de colonos europeus - sobretudo italianos e pomeranos - às condições de cada localidade. A harmonia paisagística é, sem dúvida, um importante indicativo de qualidade ambiental - e por conseguinte da qualidade de vida - que precisa ser mantida, para que rupturas visuais bruscas não ocorram na paisagem rural, que certamente é, por si só, um dos grandes atrativos turísticos da Região Serrana.

Um exemplo positivo, neste sentido, é a restauração de uma antiga casa de colonos italianos em Venda Nova do Imigrante, onde a Prefeitura pretende instalar o Museu da Colonização Italiana no Espírito Santo. Tal iniciativa se inspirou, inclusive, no sucesso do Museu do Colono, em Santa Leopoldina, onde as características da arquitetura alemã e da decoração interna do casario foram conservadas, e é hoje um dos principais atrativos do município.

Ressalta-se ainda, a iniciativa da Família Possatti, proprietária do sítio de mesmo nome, também em Santa Leopoldina, que está viabilizando a reforma de um casarão antigo construído pelos colonizadores alemães, para servir de alojamento para sua clientela. Este tipo de iniciativa é plenamente apoiada pelos órgãos gestores do Programa do Agroturismo, sendo inclusive, um objetivo do Plano de Proposições, conforme discussões do capítulo 2 (SEDES/SEAG, 1992:94).

Por outro lado, é fato que esta arquitetura herdada não é nada funcional, tanto pela disposição dos cômodos,

quanto pelo material utilizado, motivo pelo qual muitos proprietários preferiram optar por edificações mais “modernas”. Assim, os chalés estão se tornando o padrão de construção preferido para as pousadas, pelo fato de estarem relativamente de acordo com as demais formas arquitetônicas locais, além de serem considerados de construção econômica devido à crescente oferta de pré-moldados na região.

Entretanto, a proposta inicial que era de se alojar poucos turistas, em no máximo dez unidades habitacionais (SEDES/SEAG,1992:94), já não atende mais aos interesses dos produtores, como a família Conti, que pretende edificar uma pousada para alojar cinquenta pessoas no Sítio Nova Dimensão, em Viana. Já a família Bonetti, proprietária da Fazenda dos Pontões, em Castelo, pretende construir uma pousada com trinta leitos. Tal fato se deve ao sucesso do setor, que tem empolgado os seus adeptos, que já estão pensando em formas de expandir as possibilidades de lucro face ao aumento crescente do fluxo, embora a Proposta Piloto tenha deixado claro:

Em pequenas explorações agrícolas e em pequenos grupos rurais não devem ser estimuladas ampliações e adaptações que descaracterizem o estilo original.

(...) O agroturismo não deve ser visto como um turismo de massa, devido ao interesse do turista que é a paz do campo e o contato com a natureza (SEDES/SEAG, 1992: 03).

Pelo exposto, não fazia parte dos planos da Proposta Piloto promover o agroturismo como uma atividade massificada. Torna-se necessário, portanto, redimensionar a Proposta para adequá-la aos rumos tomados pelo setor, pois a proliferação de chalés

certamente trará algum tipo de modificação nos aspectos visuais da paisagem, havendo a necessidade de um cuidado todo especial para que esta não se descaracterize.

Ainda em relação à paisagem, verifica-se um movimento notável de expansão quantitativa dos lagos artificiais destinados à piscicultura e à pesca recreativa - os *pesque-pagues* - que também têm se mostrado como ótimas oportunidades de agregação de renda para os produtores, que além de venderem o resultado das criações, disponibilizam iscas e varas para os visitantes, que as alugam e ainda pagam pelo resultado das pescarias.

Atualmente, seis das vinte e duas propriedades visitadas já abriram, ou pretendem inaugurar em tempo breve, seus lagos de piscicultura. Embora este número pareça pequeno, é expressivo o conjunto de piscicultores do Espírito Santo. São mais de 5.000 criadores, dos quais 95% são produtores rurais, conforme informou os técnicos da EMATER/ES – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Superintendência de Vitória – ES (em entrevista concedida no dia 23/04/ 98).

Até certo ponto, o crescimento desta atividade está ligado ao agroturismo. A ideia de passar uma tarde tranquila de pescaria, em um lugar paradisíaco e longe da turbulência urbana, tem atraído um número cada vez maior de turistas para as fazendas que oferecem este equipamento (inclusive para as situadas em municípios que não fazem parte do Programa em análise).

Algumas propriedades, como a Fazenda Saúde, da família Caliman, em Venda Nova do Imigrante, começaram a receber visitas a partir do sucesso de seus tanques de criação, de modo que a atividade de recreação, se alavancou na possibilidade de se passar algumas horas em uma divertida brincadeira à beira dos lagos (figura26). Acrescenta-se a tudo isso, o fato de a

pescaria com técnicas tradicionais ser vendida pelo marketing do agroturismo tanto como um esporte terapêutico, quanto como uma das atividades típicas do meio rural, sendo, portanto, um dos grandes atrativos da região.

Figura 26 - Lago Artificial na Fazenda Saúde, em Venda Nova do Imigrante.



A oportunidade de passar algumas horas às margens dos tanques de pesca recreativa tem atraído uma considerável clientela para a Região Serrana Central. Na foto, a beleza do pôr-do-sol num dos grandes lagos da Fazenda Saúde.

É bem verdade, que a maioria dos rios do Espírito Santo, já está muito alterada pelo assoreamento, pela poluição, pelos aterros, entre outros impactos graves, motivo pelo qual a quantidade e a variedade dos cardumes se encontram bastante reduzidas. Neste

sentido, os lagos de piscicultura são transformados pela mídia, em uma oportunidade de retorno a um ambiente rico em vida aquática já “perdida” nos cursos ditos naturais. Passa-se a ideia de que a natureza criada pela tecnologia, é mais atrativa que a original, pois como os lagos estão sempre saturados, a pescaria é farta, o que certamente não aconteceria com a mesma intensidade em qualquer um dos rios da Região.

Faltam estudos sérios sobre o impacto ambiental provocado pela construção destes lagos, no entanto, se pôde verificar algumas alterações importantes na paisagem serrana, das quais se destacam o desvio de cursos de rios, alterações na dinâmica de equilíbrio das encostas planejadas, introdução de espécies de outros ambientes, sem estudos prévios de adaptação¹⁶, entre outras.

Tais possibilidades de impactos já chegaram a provocar a interdição de propriedades, como a ocorrida em 1996 na propriedade Riacho da Floresta, do Sr. Moreira Filho e família, em Marechal Floriano, quando a SEAMA - Secretaria de Estado Para Assuntos de Meio

¹⁶ Destas, merece destaque a popular tilápia (*Tilápia redali*), trazida de diversas áreas do continente Africano e introduzida no Nordeste na década de 60 pelo DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para o combate biológico da esquistossomose. Como se trata de um peixe de fácil reprodução e considerado muito saboroso, a tilápia alavancou boa parte dos projetos de piscicultura no Brasil. Conforme dados fornecidos pelo citado técnico da EMATER, foi também com esta espécie que se iniciou a piscicultura no Espírito Santo, em meados da década de 70, quando outras espécies exóticas e nativas também passaram a ser criadas em tanques de engorda. Só para se ter uma ideia pontual da importância atual desta atividade, basta citar o fato de que no ano de 1997, a estação da EMATER situada em Cariacica, na Grande - Vitória, forneceu aproximadamente dois milhões de alevinos (peixes jovens), que resultou em uma produção estimada de 900 toneladas.

Ambiente - e o IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - embargaram as obras e atividades do pesque-pague, acusando os proprietários de estarem degradando o ambiente. Os mesmos recorreram à justiça, suspenderam a interdição e conseguiram dar prosseguimento às atividades pretendidas.

A figura 26 mostra a construção de um lago artificial no Sítio Eldorado, pertencente à família Tessarolo, em Domingos Martins.

Figura 27- Construção de um Lago Artificial no Sítio Eldorado, em Domingos Martins.



Obras de construção de um lago artificial, onde se pode verificar a dimensão das interferências sofridas pela paisagem, com clara alteração do perfil da encosta ainda recoberta por um bosque remanescente da Mata Atlântica.

Apoio Financeiro Para Melhorias na Oferta

Uma das maiores inquietações do proprietariado da Região, diz respeito às dificuldades de financiamento de seus empreendimentos. Inquestionavelmente, esta foi a questão que gerou mais polêmica, pois as expressões de revolta mostraram o repúdio dos agricultores em relação às agências de fomento e apoio logístico, das quais se deve destacar o BANDES - Banco do Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo S/A.

O BANDES foi criado em 1969, durante o governo do Dr. Cristiano Dias Lopes Filho, para atender aos interesses de desenvolvimento do Estado, pois naquele período o Espírito Santo passava por um grave período de crise econômica, A desvalorização da cultura cafeeira havia deixado a economia capixaba profundamente abalada, por ser esta a base fundamental das exportações estaduais naquele período.

Foi com a ampliação das atividades do BANDES para além das questões da cafeicultura, que uma série de novos setores produtivos passaram a ser operados, entre os quais merecem destaque: a expansão industrial e, conseqüentemente portuária, a diversificação agrícola do Estado, e, entre muitas outras, o turismo. Este Banco também participou de programas de desenvolvimento da Região em estudo, atuando como importante agência de financiamento para projetos de estruturação urbana, rodoviária, de controle ambiental, só para citar alguns exemplos.

Em relação ao agroturismo, a atuação do BANDES ampliou-se a partir da virada de 1992, quando passou a integrar o elenco de instituições que passariam a dar apoio aos pequenos produtores da Região Serrana Central. No entanto, o proprietariado não se mostrou

satisfeito com a atuação deste Banco, pois as queixas com a burocracia foram unânimes e não hesitaram em reclamar das taxas de juros e condições de pagamento, que julgaram inadequadas e incompatíveis com a realidade do campo espírito-santense.

Mas para analisar tal situação, não poder-se-ia ouvir somente a opinião dos agricultores, de modo que a Gerência de Atendimento do Banco foi procurada para uma entrevista no dia 24 de junho de 1998. O autor desta pesquisa foi atendido pelo atendente Sr. A. L. Gomes Neto, designado para prestar os esclarecimentos solicitados. O confronto das queixas com a defesa apresentada pelo BANDES resultou em interessantes embates, que se passa a analisar:

Com relação aos financiamentos dos projetos, o atendente afirmou que existia uma linha de fomento a empreendimentos na área de “turismo rural”, que por falta de demanda foi desativado em maio de 1998, de modo que os recursos destinados pelo Grupo Executivo de Reestruturação Econômica do Espírito Santo- GERES, através do FUNRES- Fundo de Reestruturação Econômica do Espírito Santo¹⁷, foram remanejados e incorporados por outros setores produtivos mais prioritários.

Verificou-se aí, uma grande contradição entre as afirmações da representação do Banco e os discursos de alguns proprietários, que garantiram ter procurado aquela instituição, mas que desistiram do pedido de financiamento após conhecer as exigências para a concessão do apoio solicitado.

¹⁷ O GERES é o órgão executivo que gerencia os recursos do FUNRES. Tais recursos provêm da destinação feita pelo setor empresarial de até 33% do IR- Imposto de Renda e/ou 5% do ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Ao ser informado desta queixa, a gerência do Banco reconheceu que realmente foi procurada por alguns proprietários, mas que a imensa maioria destes não se enquadrava nas exigências da instituição, que fundamentalmente foram as seguintes:

a) As linhas de financiamento só eram concedidas a pessoas físicas e jurídicas que desejassem implementar melhorias Infraestruturais em suas propriedades, desde que esta fosse produtiva, com atividades típicas do meio agrário, e com rendimentos brutos anuais igual ou inferior a R\$50.000,00. Os empréstimos só poderiam ser utilizados para a melhoria de algumas instalações, bem como pequenas construções que atendessem aos interesses de recreação dos visitantes.

Não se admitia a artificialização do ambiente, como por exemplo, a construção de pousadas, hotéis, tanques de pesca recreativa, ou qualquer edificação que descaracterizasse as atividades tradicionais do dia-a-dia no campo. Era possível adquirir financiamentos também para estas atividades, porém em outras linhas de apoio do BANDES, voltadas mais especificamente para as chamadas “atividades empresariais”, cujos critérios eram mais exigentes.

Para que o pedido fosse aprovado, a propriedade deveria comprovar seu potencial turístico, entendido como a capacidade de absorver os visitantes nos afazeres tradicionais da produção rural, pois a “atratividade”, para o BANDES, residia na produtividade da terra, onde a vida urbana se desfaria em favor de momentos de lazer vinculados sobretudo à agricultura, à pecuária, bem como outras criações (abelhas, aves, coelhos, escargôs e outros). Uma vez feito o pedido, o proprietário era visitado pelos técnicos da agência financiadora, que levava a julgamento as impressões dos consultores sobre a viabilidade do projeto.

b) O proprietário poderia solicitar um financiamento de no máximo R\$25.000,00, sendo que o Banco custeava 85% do valor, enquanto o proprietário entrava com uma contrapartida de 15%. Os juros cobrados sobre este valor eram de 04% ao ano, acrescido de TJLP- Taxas de Juros de Longo Prazo, estimada atualmente em aproximadamente 10,63% ao ano.

Segundo o Sr. Gomes Neto, os altos juros cobrados se devem ao atual momento de instabilidade nas economias internacionais, sobretudo nos bancos orientais nos últimos meses, além do alto risco nas operações financeiras dos bancos de porte menor.

c) Os proprietários deveriam, ao fazer os pedidos, dar garantias reais de no mínimo uma vez e meia o valor solicitado, que poderia ser a propriedade, desde que esta estivesse devidamente registrada em nome do solicitante. Deveria ainda apresentar garantias pessoais, ou seja, dois avalistas com renda igual ou superior a uma vez e meia o valor das prestações. Dos avalistas, exigia-se a comprovação de posse (imóveis com escritura), que não fosse as residências dos mesmos e deveriam ser de valor igual ou superior a uma vez e meia o valor do financiamento total.

Tais exigências deixaram os proprietários desiludidos, e muitos sequer se interessaram em dar continuidade aos seus processos, face os riscos e as dificuldades impostas por estas operações. Alguns depoimentos foram muito interessantes:

É tudo muito difícil. Estou desanimado, mas se surgir alguma oportunidade, eu pretendo abraçar. Fui ao BANDES e pedi R\$50.000,00, mas eles disseram que eu tinha que pegar muito mais, perto de R\$500.000,00. Deram até o nome de consultores e procuradores para fazer a coisa toda para mim. É tudo uma máfia só” (denunciou o Sr.

Moreira Filho, Fazenda Riacho da Floresta, em Marechal Floriano).¹⁸

Não peguei financiamento nenhum. É muita burocracia. Não acho que vale a pena (Sr. Girardi, Sítio Tre Fiore, em Domingos Martins).

Não fizemos nenhum financiamento, nós corremos longe disso. É muito inviável e não indicamos a ninguém (Sr. Carnielli, da Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante).

As reclamações também se devem ao fato de os proprietários não terem muitas opções de agências e bancos financiadores. Entretanto, sem dúvida, a burocracia foi o ponto mais criticado, pois constitui-se não só em um entrave inicial, mas também em um processo demorado a ponto de desatualizar os custos previstos pelos proprietários. A este respeito, a Sr^a. Guns, da família proprietária do Sítio e Pousada Paraíso, em Santa Maria de Jetibá, afirmou:

Peguei um financiamento com o BANDES. Foi muito difícil por causa da burocracia. O nosso processo demorou a ponto de refazer o projeto. Certamente a gente não faria outro.

Apesar das queixas, algumas famílias proprietárias, como a Caliman (Fazenda Saúde, em Venda Nova do Imigrante), Bonetti (Fazenda dos Pontões, em Castelo) e Conti (Sítio Nova Dimensão, em Viana), afirmaram estar estudando a possibilidade de entrarem com pedidos de financiamento para prosseguirem com as obras de estruturação de suas propriedades. No entanto, o Sr. Gomes Neto, atendente do BANDES, informou ainda que não se fala mais em reabrir linhas de financiamento

¹⁸ Este pedido de empréstimo foi entendido pelo BANDES como pertencente a categoria de “atividades empresariais”, motivo pelo qual não recebeu as atenções da linha de fomento ao “turismo rural”.

para o turismo rural no Estado, o que certamente dificultará ainda mais a conclusão de alguns empreendimentos.

De qualquer forma, apenas dois no universo de vinte e dois proprietários entrevistados declararam já ter recorrido a algum financiamento (quatro não responderam a esta questão), o que indica um sério entrave operacional, já que o BANDES foi incluído no Plano de Proposições da Proposta Piloto como um dos órgãos de apoio do Programa do Agroturismo.

Auscultando a Satisfação dos Proprietários

Dando continuidade aos estudos das relações oferta X demanda, que corresponde à grande energia motorizadora dos processos de produção/consumo dos lugares turísticos, passa-se agora a discutir mais um ponto fundamental desta temática, que diz respeito à satisfação do proprietariado. Tal discussão é de fundamental importância para a reprodução do agroturismo enquanto atividade produtiva, motivo pelo qual se questionou este assunto junto aos receptores.

O primeiro ponto abordado se refere ao motivo da introdução da prática agroturística em suas propriedades. Dos vinte e dois produtores entrevistados, quatorze afirmaram que aderiram ao Programa, por acreditarem que o agroturismo poderia trazer alguns benefícios para as propriedades, através de novas possibilidades de geração de renda, em uma estrutura produtiva considerada economicamente mais estável que a agricultura. Estes proprietários apostaram no sucesso do empreendimento, tomando como referência o exemplo de algumas propriedades pioneiras. Acreditam eles, que o agroturismo seja “*a nova tendência do mercado local*”,

como argumentou o Sr. Caiado, do Sítio Cachoeira do Caiado, em Vargem Alta.

A expansão do setor está se dando também, pelo próprio interesse da clientela, o que significa dizer que o agroturismo já atingiu o estágio da auto reprodução, característica típica das modalidades globalizadas de turismo. Cada um dos seis proprietários que deram esta resposta, identificaram um ou mais motivos para que a demanda surgisse para sua fazenda antes de se pensar em uma estruturação adequada da oferta. Alguns depoimentos foram bastante interessantes:

Foi por acaso, as pessoas começaram a procurar a gente, e então nós resolvemos começar este trabalho. O interesse partiu do próprio turista (Sr^a. Guns, Sítio e Pousada Paraíso, em Santa Maria de Jetibá).

Temos muitos amigos que gostam de vir passar os fins de semana aqui com a gente. O Sr. sabe como é, um fala para o outro e logo eles mesmos arrumaram uma boa clientela para a gente (Sr Moraes, Fazenda Ecoestação, em Afonso Cláudio).

É evidente que o interesse por continuar a receber visitas se deve ao fato de se ter observado o potencial de agregação de renda apresentado pelo agroturismo, mesmo que a origem desta atividade em algumas propriedades, não tenha se vinculado obrigatoriamente a esta possibilidade.

Dois respostas merecem ser tratadas separadamente. São depoimentos de proprietários que se mostraram desinteressados pelo programa, embora continuem recebendo visitantes:

Segundo o Sr. Rodrigues Miguel, a opção pelo turismo em espaço rural se deve a uma tentativa de desempenhar uma atividade que lhe rendesse lucros e ao

mesmo tempo lhe possibilitasse o descanso. E é exatamente a tensão gerada pelos problemas do dia-a-dia de um gerente de fazenda-hotel, que o está levando a se desfazer da propriedade Hotel e Fazenda Solar dos Colibris, em Santa Tereza.

Por sua vez, o Sr. Berger, do sítio de mesmo nome, em Santa Maria de Jetibá, afirmou categoricamente:

Alguns turistas vêm aqui na nossa propriedade, mas não é a nossa intenção investir em nada disso. É porque a propriedade tem outras prioridades. Mas quando vem alguém aqui a gente recebe bem, ninguém aqui tem nada contra e às vezes nem cobramos nada. Eles levam alguns produtos do nosso laticínio de graça.

Como foi visto, de modo geral, as famílias proprietárias resolveram aderir ao programa acreditando em seu potencial de expansão. De modo geral, os entrevistados se mostraram bastante satisfeitos com os resultados iniciais da prática turística em suas propriedades, mesmo nas sete que apresentaram queixas em relação ao comportamento dos turistas. Ficou clara a satisfação dos proprietários, que não titubearam em exaltar as vantagens do Programa. Todas as falas foram favoráveis à sua manutenção, o que significa dizer, que passados mais de dez anos, o Programa só tende a crescer, pois está agradando tanto aos visitantes (considerando-se o aumento da demanda), quanto aos seus receptores.

As principais queixas se referiram à destinação do lixo, ao furto de plantas, algazarras e ao descuido com o patrimônio das propriedades - algumas perderam peças centenárias de decoração, trazidas pelos colonos europeus. O Sr Bonetti, proprietário da Fazenda dos

Pontões, em Castelo, foi autor de uma das crítica mais duras:

O turista é muito mal educado, joga lixo em qualquer lugar, mexe nas plantas e não está nem aí. Eles são muito rebeldes.

Já a Sr.^a. Caliman, membro da família proprietária da Fazenda Saúde, em Venda Nova do Imigrante, reclamou a perda de objetos quebrados por turistas desastrados, da destinação inadequada do lixo e da depredação dos jardins. Por sua vez, o Sr. Rodrigues Miguel, do Hotel e Fazenda Solar dos Colibrís, em Santa Tereza, afirmou:

Tenho muitas queixas ... Nossa Senhora!
Quando eles chegam a gente combina tudo e eles dizem que a gente não combinou. O turista paulista é o mais sério, mas o capixaba ... Eles precisam de mais polimento.

Cabe aqui, propor um programa de conscientização dos turistas, para que estes não transformem seus momentos de lazer em transtornos para o ambiente receptor, pois durante a permanência dos mesmos nas propriedades, como em qualquer outro lugar turístico, estes são tão responsáveis pela conservação do equilíbrio socioambiental quanto os residentes.

Este trabalho educativo pode ser feito através de exposições orais feitas pelos guias de turismo, por material impresso em forma de folhetos e ainda por pequenas mensagens projetadas através de recursos audiovisuais na chegada às propriedades. Também é interessante instalar lixeiras e placas educativas em pontos estratégicos para facilitar o trabalho de orientação turístico-ambiental (figura 28). Um exemplo de mal comportamento dos visitantes pode ser visto nas paredes

de um dos alojamentos da fazenda Vale da Tranquilidade, da família Nunes, em Marechal Floriano. São pichações diversas que revoltaram o proprietário.

Ainda auscultando a satisfação dos proprietários, deu-se a oportunidade de estes darem opiniões e sugestões para a melhoria do desempenho do Programa do Agroturismo. Na realidade, os depoimentos colhidos vieram em forma de lamento, pois muitos produtores, apesar dos progressos alcançados pelo Programa do Agroturismo, ainda se sentem desamparados pelos órgãos do governo, que segundo eles têm o papel de manter algumas possibilidades de suporte, sobretudo financeiro, para que as atividades emergentes possam ser operacionalizadas.

A análise do discurso do proprietariado mostra o quanto a população receptora ainda espera do Estado o socorro para as atividades mais simples, sentindo-se incapaz de promovê-las de forma competente, valendo-se dos recursos e possibilidades de cada coletividade. Os depoimentos foram muito interessantes, conforme se vê nos exemplos que seguem:

Não tenho nenhuma sugestão para dar. Não adianta nada. Tudo que a gente fala pro governo entra por um ouvido e sai pelo outro (Sr. Bono, do Sítio São Rafael, em Castelo).

Sugestões? Deixa eu ver... Tenho mil e uma, mas acho que para começar o governo deveria dar mais apoio, e o financiamento tinha que se mais facilitado, com menos burocracia (Sr. Moreira Filho, Fazenda Riacho da Floresta, em Marechal Floriano).

Figura. 28 - Pichação em um dos Alojamentos da Fazenda Vale da Tranquilidade, em Marechal Floriano.

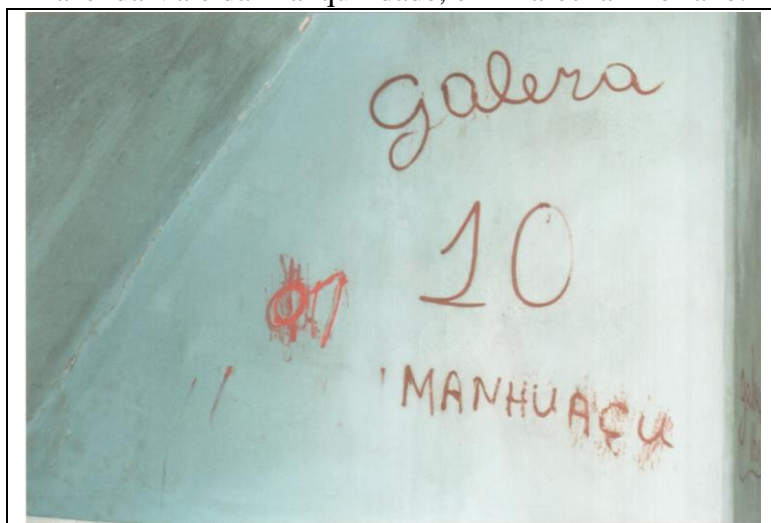


Figura 29 Placa de Conscientização na Pousada e Restaurante Vista Linda, em Domingos Martins.



Outras sugestões foram dadas por outros proprietários que passam, em seus municípios, por problemas localizados, como o Sr. Bonetti, da Fazenda dos Pontões em Castelo e o Sr. Moraes da Fazenda Ecoestação, em Afonso Cláudio, que reclamaram da falta de zelo com os acessos, atribuindo esta responsabilidade às Prefeituras.

As queixas em relação à insuficiência das campanhas de marketing partiram inclusive dos proprietários que recebem elevada clientela, indicando um desejo coletivo consciente de massificação desta atividade, fato que certamente a conduzirá, em tempo próximo, à perda de sua identidade de “turismo alternativo”. Cabe, portanto, muita prudência para que o aumento do fluxo, via incentivos promocionais, não resulte na degradação socioambiental, considerando que

o crescimento quantitativo do fluxo, desacompanhado de uma séria estruturação socioespacial resulta, obviamente, na deterioração do ambiente receptor.

Ao governo - e seus parceiros, como o SEBRAE-ES e o BANDES - cabe, portanto, repensar as atuais formas de gerenciamento do setor agroturístico, levando em consideração as reivindicações das localidades receptoras no que se refere às dificuldades burocráticas de financiamento, sem contudo se deixar levar por desejos de lucros exacerbados, pois como será visto posteriormente, o agroturismo tem proporcionado elevadas somas extras para alguns proprietários, sem contudo, resultar em arrecadação, ou seja, a massificação do setor pode não só provocar a perda qualitativa e também quantitativa dos recursos de atração - pelo excesso de uso - como agravar a sonegação.

A este respeito, BENEVIDES (in A. B. RODRIGUES-org., 1997:24) lembrou que:

O turismo, principalmente o de massa, tende a ser um “devorador de paisagens”, degradador do meio ambiente e descaracterizador de culturas tradicionais.

Para se evitar estes e muitos outros problemas, torna-se cada vez mais necessário elaborar estudos voltados para a análise profunda e crítica deste fenômeno chamado “*agroturismo*”, em todos os seus aspectos, para que os gestores do setor criem a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento socioespacial, pois como será visto nos itens que seguem, o que está ocorrendo até o presente momento, é nada mais que o crescimento do turismo enquanto atividade econômica.

Uma breve caracterização da demanda

Procurando desvendar mais alguns aspectos da dinâmica de evolução da área em estudo, passa-se neste momento a caracterizar alguns dos aspectos mais relevantes do perfil da demanda agroturística. Como é de conhecimento geral, a análise das principais características da clientela é de fundamental importância para os planejadores do turismo, que a partir destes estudos, elaboram planos específicos para atender aos anseios dos visitantes, logicamente dentro das condições disponíveis nas localidades receptoras.

Trata-se de uma caracterização simplificada, pois o intuito deste item é apenas fornecer mais alguns subsídios para discutir o *desenvolvimento socioespacial* via agroturismo, de modo que os dados ora apresentados foram apenas os que interessavam aos propósitos da presente investigação.

Para tanto, optou-se por acatar os dados levantados em julho de 1997 pelo SEBRAE-ES, além de aproveitar alguns depoimentos dos proprietários colhidos durante as atividades de campo. Cabe esclarecer que a pesquisa feita pelo SEBRAE, objetivou auxiliar o planejamento turístico dos municípios serranos, sobretudo Venda Nova do Imigrante, onde se pôde verificar os maiores avanços do Programa do Agroturismo. Ao todo, foram entrevistados 342 viajantes (2.894 indivíduos considerando os acompanhantes), durante um período entendido como de média estação, por se tratar de um mês de férias escolares e de temperaturas mais baixas, quando a Região é relativamente bem procurada. Passa-se então, a tecer alguns comentários acerca das implicações mais relevantes dos dados apresentados pelo referido estudo.

A maior parte dos visitantes saiu da Região Metropolitana da Grande Vitória e de outros setores do Estado (67,3%), o que caracteriza este fluxo como eminentemente urbano e intra-estadual, embora outras Unidades Federativas também tenham aparecido na pesquisa: Minas Gerais (18,7%), Rio de Janeiro (6,4%), São Paulo (3,8%), Distrito Federal e Paraná (ambos com 1,2%).

Estes dados mostram que o agroturismo tem se tornado uma opção de entretenimento desejada pelos cidadãos capixabas, que aos poucos vão adquirindo o hábito de frequentar as áreas turísticas do próprio Estado.

Durante as idas a campo, colheu-se uma informação interessante junto aos proprietários: cerca de 85% dos visitantes são capixabas da Grande Vitória, o que de certa forma destoa das informações fornecidas pelo SEBRAE, pois o questionário desta dissertação foi aplicado nas propriedades, enquanto as pesquisas de fluxo são comumente realizadas junto às rodovias, por onde passam os viajantes vindos de outros Estados, nem sempre para conhecer exclusivamente o agroturismo.

O fluxo estudado pelo SEBRAE mostrou que o lazer foi o principal motivo das viagens, constituindo 57,6% das respostas dadas. 19,88% viajam por motivo de negócios, enquanto 10,26% declararam estar fazendo visitas a parentes e amigos. Por sua vez, os eventos foram responsáveis pelo deslocamento de 6,73% e as questões relativas à saúde motivaram 1,17% dos viajantes. É evidente que os que não declararam estar viajando a passeio acabam, de alguma forma, aproveitando alguns equipamentos da oferta, o que aumenta muito a demanda potencial do agroturismo.

Quanto à permanência, 55,85% dos entrevistados pelo SEBRAE declararam que ficam um dia na Região, o que, conforme discutido anteriormente, caracteriza um

fluxo excursionista. Porém, na média, estes visitantes permanecem cerca de 2,58 dias, período que deverá sofrer um importante aumento, considerando a proliferação das pousadas naquele setor do espaço capixaba.

Nos trabalhos de campo, pode-se verificar que dos vinte e dois proprietários entrevistados, doze declararam que seus visitantes passam apenas o dia, retornando ao entardecer, ou seja, não pernoitam nas fazendas. Quatro declararam que hospedam visitantes durante finais de semana e feriados e apenas um, o Sr Rodrigues Miguel, da propriedade Solar dos Colibris, em Santa Tereza, afirmou que a média das estadas gira em torno de uma semana. Quatro desejaram não responder a esta questão.

Os visitantes entrevistados pelo SEBRAE são predominantemente do sexo masculino, que correspondeu a 71,05% do fluxo, enquanto 28,95% são do sexo feminino. São adultos, com idades que variam de 26 a 50 anos (77,78% da totalidade dos inqueridos) e viajaram por conta própria – 98,83% - pois as agências de turismo não costumam realizar excursões para a Região do agroturismo por dois motivos básicos: acessibilidade e custos operacionais.

Em entrevista concedida no dia 05 de julho de 1998, o diretor de operações da *Intercontinental Viagens e Turismo Ltda.*, considerada a maior operadora do Espírito Santo, afirmou que a taxa de descontos dadas pela rede hoteleira da Região Serrana Central gira em torno de 10%, o que inviabiliza qualquer possibilidade de programação para aquele setor do espaço capixaba, pois de modo geral, os hotéis de outras regiões costumam fechar acordos dando descontos de até 60% no valor das diárias. A isto, associa-se o alto custo operacional das viagens, pois as estradas ainda não foram pavimentadas, o que pode provocar a perda dos equipamentos de

refrigeração dos ônibus, conforme discutido anteriormente.

Para resolver tal problema, já se tentou utilizar veículos menores com capacidade para quinze passageiros, fato que não deu o retorno financeiro desejado. Como resposta, as agências se retiraram do mercado, pois nesta mesma pesquisa, o SEBRAE descobriu que apenas 1,17% dos visitantes se deslocam através de passeios programados por elas.

Complementando estes dados, vale mencionar o fato de 47,95% dos entrevistados terem declarado que suas viagens foram induzidas por informações de parentes (57,6%) e amigos (38,31%). Nesta mesma pesquisa, o automóvel representou o meio de locomoção de 84,21% do público abordado, contra 15,5% que optaram pelos ônibus. Em campo, estes dados foram confirmados pelos proprietários inquiridos.

Quanto à ocupação, verificou-se que 37,7% são profissionais “de áreas científicas” e 20,8% são do setor comercial. Trata-se portanto, de um fluxo considerado instruído em sua maioria, com elevado poder aquisitivo, pois 74,27% dos inqueridos possuem renda mensal igual ou superior a R\$1.815,00 (mais de quinze salários mínimos).

E é justamente pelo fato de se tratar de uma clientela dotada de boas condições financeiras, que muitos proprietários têm procurado estimular os gastos dos mesmos através de uma oferta cada dia mais diversificada, que de certa forma acaba colaborando para aumentar ainda mais as disparidades existentes entre a proposta inicial do agroturismo, com as práticas hoje existentes naquela Região. Desvincula-se cada vez mais o residente de seu lugar, para atender aos apelos da reprodução do capital num movimento que atordoia os críticos do agroturismo, no sentido de estes não

conseguirem mais diferenciar o que realmente pode ser considerado típico e atípico ao meio agrário.

Por fim, resta mencionar os dados referentes aos aspectos que mais agradaram e os que menos agradaram aos visitantes.

O clima genericamente chamado de “*Tropical de Altitudes*” foi apontado por 43,75% dos entrevistados como o aspecto que mais atraiu. Tal fato pode, pelo menos em parte, ser explicado pelo fato de boa parte do fluxo residir na faixa litorânea do Estado, onde as temperaturas são elevadas o ano todo, contrastando com a Região Serrana Central, que segundo MORAES (1974:67-68), partindo da classificação de Köppen, apresenta quatro conformações climáticas de temperaturas mais amenas:

De forma simplificada os climas do Espírito Santo podem ser definidos em função das altitudes (...). A partir da cota 300, a encosta leste do maciço central até a cota 400, pode ser classificada como Am, com índices crescentes de pluviosidade anual que tem o seu máximo no município de Domingos Martins, com 2.173mm. No restante da faixa entre 300 e 500m de altitude predomina o tipo de clima Cwa, com verões quentes e estação chuvosa no verão. Na faixa de 500 a 1000m de altitude predomina o clima Cfa, clima mesotérmico, com verões quentes, sem estação seca. Finalmente, entre as cotas 1000 e 1500m predomina o clima mesotérmico Cfb, de verões brandos e sem estação seca.

E foi exatamente esta variação nas condições climáticas que tanto agradaram aos visitantes, motivo pelo qual o clima ainda é amplamente utilizado pela mídia para induzir viagens para o setor serrano.

A hospitalidade das coletividades receptoras foi apontada por 22,43% dos entrevistados, enquanto as belezas naturais representaram a preferência de 18,75% do fluxo. O agroturismo propriamente dito, foi declarado por 2,94%, fato que mostra uma certa confusão na interpretação da demanda, que acredita ter visitado a região Serrana, sem, contudo, ter praticado aquela modalidade de turismo em espaço rural.

Quanto aos aspectos que menos agradaram, 23,85% sentiram falta das opções de vida noturna, característica dos meios urbanos, 22,39% se queixaram das placas de sinalização e 13,43% reclamaram da ineficiência da telefonia celular. Interessante ressaltar que 4,48% observaram e reprovaram o desmatamento das encostas e 4,48% sentiram falta de guias de turismo para acompanhá-los em roteiros locais.

Vê-se que mesmo valorizando o clima, as paisagens, a vegetação, entre outros atributos naturais, os visitantes não abrem mão dos confortos da vida urbana, conforme discussões dos capítulos anteriores. Como resposta a estes desejos, alguns proprietários têm procurado implementar algumas oportunidades de recreação típicas das cidades, como por exemplo, quadras poliesportivas, campos de futebol, piscinas, salões de jogos, entre muitos outros atrativos. A oferta destes equipamentos objetiva a captação dos gastos dos viajantes nas propriedades, de modo que estes não sintam necessidade de se deslocar até as sedes municipais para buscar opções de entretenimento fora das fazendas e sítios. A figura 30 mostra claramente esta tendência:

Figura 30- Equipamentos de lazer do Sítio Eldorado, em Domingos Martins.



No Sítio Eldorado a família proprietária disponibiliza uma série de equipamentos atípicos à vida rural para o lazer de seus clientes. Na foto, vê-se alguns deles: a piscina, o campo de futebol e bem ao fundo, as obras de construção do terceiro lago artificial da propriedade.

Uma sugestão que se pode dar para amenizar as queixas acerca do lazer noturno, é a valorização das tradições deixadas pelos imigrantes, com visitas aos centros de cultura, onde os grupos de dança e corais costumam se apresentar. Desta forma, ao mesmo tempo em que se estaria criando uma nova oportunidade de entretenimento, estaria, também, valorizando os costumes locais.

Como já se discutiu, pensar em desenvolvimento obriga qualquer planejador a pensar também na

satisfação dos atores envolvidos, em nome da felicidade coletiva. No entanto, não se pode esquecer que as pesquisas de perfil de fluxo se prestam à elaboração de uma oferta compatível com o bem-estar de todos, sobretudo dos receptores, pois os visitantes passam algumas horas, ou até mesmo alguns dias junto aos mesmos e em seguida, retornam para seus lugares de origem, de modo que qualquer interferência negativa, feita para agradar o viajante, repercutirá na vida rotineira do morador. Com isto, deve-se valorizar a opinião da demanda, estruturando a oferta de acordo, tanto com seus desejos, quanto com os anseios das localidades que os recebem.

AGROTURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL: A QUESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA E DE ESTADA.

Redução do Êxodo Rural

Neste setor da chamada Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo, é muito comum o proprietário manter algumas famílias de trabalhadores nas dependências da propriedade. O número de famílias foi questionado, para se saber se o agroturismo tem conseguido evitar o êxodo rural, que foi apontado pela Proposta Piloto como um problema social a ser amenizado pelo Programa do Agroturismo, constituindo-se inclusive, em um de seus principais objetivos (SEDES/SEAG, 1992: 02).

São raras as pesquisas voltadas para a compreensão do êxodo rural no Estado. Um dos principais estudos sobre este assunto, foi o relatório “Migrações Internas no Espírito Santo”, realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento no ano de 1979, onde se apresentou um extenso balanço deste fenômeno ao longo da história estadual.

Mais recentemente, SIQUEIRA (1991), procurou resgatar historicamente o processo de urbanização do Estado, mostrando novos detalhes deste movimento migratório, bem como de suas consequências sobretudo para a Grande Vitória, que segundo suas conclusões, foi o principal ambiente de destino da população rural, que após a implosão da economia cafeeira a partir da década de 60, vislumbrou nos avanços do setor industrial da capital e arredores, novas oportunidades de bem-estar, que já não eram mais encontradas no campo decadente.

Figura 31: Evolução da população rural e urbana do Estado do Espírito Santo – 1940-1991

Ano	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1940	790.149	158.025	20,0	632.124	80,0
1950	957.238	199.186	20,8	758.052	79,2
1960	1.418.384	403.461	28,4	1.014.923	71,6
1970	1.599.333	721.916	45,1	877.419	54,9
1980	2.033.340	1.324.701	65,4	738.978	36,5
1991	2.598.505	1.922.828	73,9	675.677	26,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico do Espírito Santo – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Segundo SAMPAIO (1997:15), a população espírito-santense em 1996 era estimada em 2.802.707, sendo que a cerca de 1.120808 (39,9%), acha-se fixada na Grande Vitória. Vê-se então, que houve um considerável avanço na população urbana capixaba, enquanto o campo sofreu um forte esvaziamento. Conforme mencionado anteriormente, tal movimento populacional, que inquestionavelmente trouxe uma série de problemas infra- estruturais para os centros urbanos do Espírito Santo, foi um dos motivadores do Programa do Agroturismo, a partir do qual se pretende, entre outros objetivos, fixar os produtores, seus familiares e seus empregados na zona rural, evitando assim, novas agonias sociais tanto para as cidades, quanto para as áreas agrícolas.

Em campo, pôde-se observar que a maior parte das propriedades possui até três famílias: a do proprietário e de seus filhos. As fazendas que apresentaram o maior

número de colonos foram: a do Sr. Berger, em Santa Maria de Jetibá, com trinta famílias (setenta indivíduos) e as propriedades Calimã e Carnielli, ambas em Venda Nova do Imigrante e com vinte famílias (aproximadamente cem indivíduos em cada uma). Nenhum dos vinte e dois proprietários entrevistados declaram redução do número de trabalhadores residentes entre os períodos que antecederam e que sucederam à adesão ao Programa do Agroturismo.

Estes depoimentos conduziram à conclusão de que o fenômeno do êxodo rural, tido como um grave problema social, não vem ocorrendo com a intensidade de tempos passados. Um dos motivos, que aqui é citado apenas como um exemplo, foi a substituição parcial da cafeicultura por produções mais estáveis a partir do crescimento urbano da Região Metropolitana de Vitória - década de 60 – configurou-se o chamado “cinturão verde”, responsável pela produção hortigranjeira do Estado, que abastece o mercado estadual, bem como possibilita algumas exportações para outras Unidades da Federação. Desta forma, novas oportunidades mais rentáveis surgiram e possibilitaram novas esperanças para a população rural local.

Desta forma, não se pode atribuir ao agroturismo o mérito pela redução do êxodo rural, pois os agricultores entrevistados desconheciam tal migração entre as famílias que vivem em suas propriedades. No entanto, não se pode negar que com o crescimento desta modalidade de turismo em espaço rural, novas oportunidades de ocupação poderão ser oferecidas, de modo a reforçar o interesse em permanecer nas zonas rurais.

O Agroturismo - Geração de Emprego e Ocupação no Campo

As análises sobre o emprego turístico não podem chegar a uma conclusão mais unívoca: dependendo, de um lado, da criação abundante de empregos, notadamente indiretos (artesanato, comércios, construção, diversos serviços, alimentação etc.), elas sublinham, por outro lado, a precariedade destes trabalhos (sazonalidade, absenteísmo, subqualificação, excesso de jovens e mulheres) e sua ligação frequente com o setor informal. Eles constituem, todavia, uma válvula de segurança, que os governos não negligenciam, da mesma forma que os benefícios de múltiplas taxas turísticas, muito úteis às magras receitas públicas, penalizadas pelas elevadas cargas de implantação de infraestruturas necessárias(...)
George CAZES (in A. B. RODRIGUES- org., 1996:80).

A possibilidade de gerar empregos sempre foi um elemento motivador dos programas de fomento à atividade turística em todo o mundo. Trata-se de um ponto fundamental para o incremento dos discursos do empresariado do setor, bem como dos órgãos da administração pública, que se valem de cifras, muitas delas produzidas, para impressionar o grande público, justificando assim boa parte dos gastos com o setor, bem como para “desculpar” os abusos cometidos por alguns empresários, que em nome deste “benefício social”, provocam graves impactos ambientais, como custo a ser pago pelas maravilhosas promessas de ocupação produtiva para as coletividades envolvidas.

Conforme asseguraram os produtores entrevistados, as propriedades não perderam trabalhadores no período de adesão ao Programa. Por outro lado, não se pode afirmar que tenha ocorrido uma considerável geração de empregos, pois apenas cinco dos vinte e dois proprietários declararam ter contratado trabalhadores após a adesão.

Com exceção da fazenda da família Carnielli, em Venda Nova do Imigrante, que contratou cinquenta trabalhadores para atuarem no cultivo da terra, mantendo uma relação indireta com o agroturismo, as outras quatro, contrataram poucos trabalhadores (de um a cinco) para desempenharem funções diversas, direta e indiretamente relacionadas com este setor. A justificativa para a baixa contratação se deve, em boa parte, à recepção personalizada, onde a família proprietária recebe e atende pessoalmente a clientela.

Tal fato conduz à conclusão de que a geração de empregos foi realmente comprometida pelo caráter familiar que a atividade tem assumido. Evidentemente o próprio Plano Piloto previa a agregação de renda para os proprietários, mas o que se verifica, no entanto, é uma certa dificuldade momentânea de o Programa do Agroturismo gerar postos de trabalho para terceiros, que também faz parte de suas intenções.

No entanto, vale considerar o crescimento vertiginoso do setor, que mais cedo ou mais tarde vai acabar forçando novas contratações, pois esta modalidade turística - que se iniciou como um modelo de turismo alternativo - tem se configurado, cada dia mais como uma atividade em vias de massificação, pois o fluxo, segundo os proprietários entrevistados, cresce diariamente, mesmo nas propriedades que não investem maciçamente em marketing.

Quanto às remunerações e a possíveis aumentos salariais - cabe reforçar as considerações sobre o trabalho familiar, ou seja, a remuneração dos empregados não chegou a sofrer grandes alterações pelo fato de os turistas lidarem exclusivamente com o proprietário e seus familiares, de modo que os demais trabalhadores foram ocupados em postos diferentes dentro da propriedade, como na lavoura, na limpeza e conservação, nos currais e, em alguns poucos casos, na fabricação de produtos caseiros.

As exceções ficaram por conta de cinco propriedades: as das famílias Tessarolo (em Domingos Martins), Caiado (em Vargem Alta), Timóteo (em Afonso Cláudio), Carnielle (em Venda Nova do Imigrante) e Pitol (em Santa Leopoldina), que na média, aumentaram os rendimentos de seus funcionários em 35%.

Embora notáveis, o aumento declarado pelos produtores, para seus empregados, não pode ser considerado regra, pois os demais dezessete proprietários ainda não possibilitaram tal benefício aos seus trabalhadores.

Ainda se deve levar em consideração um fato importante: neste setor do espaço capixaba, ainda hoje é muito comum o “contrato de parceria”, também chamado de “trabalho meeiro”, onde o dono da terra cede uma parcela da fazenda para os colonos cultivarem produtos diversificados. O resultado da produção é dividido, sem, no entanto, haver qualquer vínculo empregatício, motivo pelo qual os colonos não recebem salários. Por outro lado, existe a possibilidade potencial de as esposas e filhos dos colonos virem a ser contratados, mesmo que temporariamente, para auxiliar os produtores, em caso de aumento considerável da demanda.

A geração de renda e de impostos

Visto pelo lado dos países em desenvolvimento, a oportunidade turística é menos frequentemente ocultada nas estratégias de desenvolvimento, sobretudo porque ela representa, geralmente, uma alternativa decisiva, um último recurso ante as desilusões encontradas pelos outros setores econômicos. George CAZES (in A. B. RODRIGUES- org., 1996:80).

Conforme argumentado anteriormente, o processo do desenvolvimento pressupõe, entre outros fatores, a (re)produção, como um de seus pilares mais importantes. Com as atividades de campo, procurou-se saber também se o agroturismo, no momento atual, já está conseguindo atingir este objetivo.

A análise dos depoimentos dados pelos proprietários possibilitou verificar que, embora ainda em fase de implantação, o agroturismo tem se mostrado como uma das atividades de maior potencial de geração de renda para aquela região, com uma média de crescimento da renda em torno de 30%. Destas propriedades, uma merece destaque: o Sítio e Pousada Paraíso, em Santa Maria de Jetibá, de propriedade da família Guns, que apresentou um aumento em torno de 50% em relação ao período que antecedeu a adesão.

Um outro exemplo importante (embora não tenha revelado valores detalhados), foi o do Sítio *Tre Fiori*, que computou um considerável aumento no movimento dos últimos dois anos. Segundo o Sr. Girardi - proprietário - houve um forte incremento no fluxo, fato que repercutiu nos lucros da propriedade. Ao comparar o volume de

pedidos de “*café da manhã completo*” em seu *Café Colonial* situado dentro da propriedade, o produtor, entusiasmado, afirmou:

No ano passado, servi 3.625 cafés completos, que custam R\$7,00. Tenho tudo anotado no meu livro de registro. A gente registra tudo. Comparando janeiro e fevereiro deste ano com o mesmo período do ano passado, o número de pessoas já aumentou em 93%.

Como se vê, o agroturismo está se mostrando como uma atividade, que em pouco tempo conseguiu aumentar consideravelmente os rendimentos das propriedades onde é praticado, além de se manter com um forte potencial de expansão. E é justamente esta possibilidade de crescimento, que tem incentivado os proprietários a prosseguirem com suas empreitadas, além de estimular a adesão de novos produtores.

Como cada fazenda, cada pousada rural, cada sítio, enfim, apresenta características próprias, a tendência deve ser a de se oferecer um produto agroturístico bastante diversificado, o que por um lado, pode representar a descaracterização da oferta inicialmente planejada, mas que por outro, pode possibilitar uma viagem rica em experiências variadas. Talvez, despertando o interesse das operadoras, que sempre preferem elaborar roteiros onde o diferente, o exótico, o incomum, constituam o principal argumento de negociação dos pacotes.

Em sua imensa maioria, os produtores declararam que não passaram por nenhum treinamento em recepção turística. No entanto, o SEBRAE e a EMATER oferecem regularmente alguns cursos para capacitar os proprietários na fabricação de produtos caseiros como compotas, doces, biscoitos massas, licores, vinhos,

queijos, embutidos, artesanato, geleias e outros. Do corpo de vinte e duas famílias entrevistadas, cinco tiveram pelo menos um representante qualificado nestes treinamentos.

Quanto à capacitação para condução de grupos, o Sr. Carnielli, da Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante, foi o único que participou de um minicurso de “guia local” (40 horas) oferecido pela Prefeitura do Município e está fazendo um segundo, agora com uma carga horária considerável (400 horas), intitulado “*Agroturismo e Meio Ambiente*”, ministrado pelo convênio SEBRAE/EMATER.

Torna-se necessário que os proprietários se interessem mais em participar - ou enviar pessoas para participar - de treinamentos destinados à qualificação turística¹⁹, para que a qualidade dos serviços seja mais elaborada, no sentido de possibilitar uma experiência o mais produtiva, segura e agradável possível, para seus clientes.

Resgatando discussões feitas anteriormente, para avaliar um outro aspecto relevante acerca da promoção do desenvolvimento através do turismo, vale lembrar que este processo só ocorre quando, paralelo ao crescimento econômico, dá-se também a melhoria da qualidade de vida das populações receptoras. Mas toda melhoria social demanda algum investimento - quer nas instâncias federal, estadual ou municipal - que depende sobretudo dos impostos recolhidos. Assim procurou-se saber se com o advento do agroturismo ocorreu algum aumento

¹⁹ No segundo semestre de 1997 e no primeiro de 1998, o SENAC-Vitória - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - ofereceu o curso “*Agroturismo. e Desenvolvimento Local no Espírito Santo*” por três vezes. Nenhuma ds turmas foram abertas por falta de interessados, mesmo com uma ampla divulgação pela mídia e inclusive através das Secretarias Municipais de Turismo.

no montante de impostos pagos pelo proprietariado rural aos governos locais.

Apenas quatro das vinte e duas propriedades visitadas recolhem o ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Segundo um dos produtores da Fazenda Providência, em Venda Nova do Imigrante, o pagamento de ICMS (17% do valor de todas as vendas) só ocorre quando a propriedade comercializou com outras empresas, recolhendo aproximadamente R\$100,00 por mês. Entretanto, a maior parte dos produtos são vendidos diretamente para os visitantes, não sofrendo nenhum tipo de tributação. Se a fazenda pagasse os impostos referentes aos gastos da clientela, o volume recolhido mensalmente sofreria um acréscimo considerável, passando a somar mais R\$5.950,00, pois a alíquota citada incidiria também sobre os resultados da comercialização de produtos vendidos diretamente ao consumidor, que no caso desta propriedade, conforme relatos do informante, gira em torno de R\$35.000,00 por mês.

Todas as outras unidades inquiridas não aumentaram em absolutamente nada seus gastos com impostos, fato que leva a concluir que os investimentos municipais e estaduais em saúde pública, saneamento, educação, transporte, e outros fatores importantes que interferem na qualidade de vida local, provavelmente não sofreram melhorias significativas com o Programa do Agroturismo. Desta forma, as receitas governamentais tiveram outras fontes, pois o agroturismo, pelo menos até o presente momento, não tem contribuído - em termos de impostos recolhidos - em praticamente nada para o desenvolvimento socioespacial daquela Região.

Considerando-se apenas as dez propriedades que declararam seus fluxos mensais e os gastos individuais dos visitantes, verificou-se que a arrecadação deveria ser

de aproximadamente R\$18.910,00/mês²⁰, quando menos de R\$500,00 são recolhidos.

Torna-se urgente a necessidade de criação de uma legislação tributária específica para este setor, para que a multifuncionalização das propriedades rurais resultem também em benefícios para as populações dos onze municípios envolvidos e também de todo o Estado. É evidente que se está propondo uma tributação justa, baseada nos rendimentos aumentados em cada propriedade, de modo que as que ganhem mais, paguem mais. O volume do fluxo e os gastos dos visitantes, neste caso, são importantes variáveis que precisam ser consideradas na elaboração da fórmula de cálculo do tributo, para que injustiças não sejam cometidas.

Enquanto algumas propriedades apresentaram um fluxo ainda embrionário, como a Fazenda Ecoestação, que recebe mensalmente cerca de quinze turistas, outras sofrem com a saturação, como o Sítio Véu de Noiva, que recebe três mil visitantes por mês.

O fluxo turístico é bastante expressivo, chegando a movimentar elevadas quantias financeiras, que, conforme já foi dito anteriormente, não resultam em impostos e em renda para maioria dos empregados e colonos, pois a atividade é gerenciada unicamente pela família dos proprietários.

Neste sentido, o Programa do Agroturismo tem conseguido atingir um de seus principais objetivos: a agregação de renda para os produtores rurais, o que não significa dizer que está ocorrendo o desenvolvimento, pois o crescimento das reservas financeiras reflete-se na

²⁰ Para se chegar a este cálculo, deve-se somar os gastos de todos os visitantes em todas as propriedades e, em cima deste valor, incidir a alíquota de 17% do ICMS, cujo resultado deveria ser recolhido aos cofres públicos.

elevação da renda per capita, que em si, não indica melhorias importantes nas condições gerais do bem-viver.

Neste caso, o que se verificou foi uma concentração excludente da riqueza, onde apenas uma pequena parcela da população tem acesso aos benefícios do crescimento do setor turístico local.

Tal reflexão conduz à seguinte questão: se todas as propriedades adeptas ao Programa do Agroturismo fossem recenseadas e pagassem adequadamente os seus impostos, qual seria o montante recolhido pelos municípios envolvidos no Programa? Quantas escolas, hospitais, creches e outros equipamentos de uso social poderiam ser construídos, ampliados ou reformados?

São apenas algumas interrogações que indicam o quanto ainda precisa ser feito para que o agroturismo realmente promova o tão desejado desenvolvimento socioespacial.

PARA CONCLUIR

Conforme exposto na introdução deste trabalho, o objetivo fundamental desta pesquisa foi discutir o agroturismo como uma possibilidade de promoção do “desenvolvimento”, considerando seu papel na produção e no consumo do espaço na Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo, composta pelos municípios de Viana, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Marechal Floriano, Castelo, Conceição do Castelo, Vargem Alta, Santa Tereza, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Afonso Cláudio.

Para se atingir este objetivo, admitiu-se como referência conceitual, a ideia de “*desenvolvimento socioespacial*”, a partir da qual se pôde investigar os aspectos básicos do tema proposto. As considerações feitas possibilitaram uma investigação crítica desta modalidade de turismo em espaço rural, além de fornecer os subsídios necessários à elaboração de um conjunto de sugestões, que se acredita poder otimizar o desempenho do setor. Para tanto, esta investigação foi organizada em quatro capítulos, cujas principais discussões e conclusões foram as seguintes:

No primeiro capítulo discutiu-se o papel do turismo nas políticas públicas de promoção do “desenvolvimento”, quando se deu um enfoque mais detalhado às ações do Governo capixaba ao longo das décadas de 1960-1990. Verificou-se que durante todo este período, os gestores públicos procuraram atribuir ao turismo, a responsabilidade de dinamizar as localidades economicamente deprimidas.

Assim, alguns relatos contidos nos documentos e obras pesquisadas, deram os subsídios necessários às discussões referentes à compartimentação regional

atualmente utilizada pelos gestores do turismo estadual, onde pôde-se observar uma série de inconveniências metodológicos, uma vez que se trata de unidades regionais definidas a partir de características e intenções comprometidas puramente com o planejamento intervencionista do Estado, bem como de seus parceiros e da iniciativa privada. São elas: Litoral Sul, Litoral Central, Litoral Norte (nestas três primeiras, pratica-se sobretudo o chamado “turismo sol e praia”), Região do Entorno do Parque Nacional do Caparaó (onde o “ecoturismo” constitui a principal prática) e, por fim, a Região Serrana Central (onde se pratica o agroturismo), que constituiu a área de estudos desta investigação.

O modelo de regionalização adotado pelo Estado através da ADERES- Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo S/A e do SEBRAE- Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa foi elaborado a partir de critérios muito insuficientes (basicamente a modalidade de turismo praticada em cada município), fato que provocou a inclusão de algumas unidades municipais em regiões turísticas, cujas características e dinâmicas não se assemelha com as mesmas. Citou-se, neste caso, o município da Serra, considerado impropriamente incluído no Litoral Central.

Caracterizou-se ainda o processo de formação das quatro primeiras regiões, ficando o segundo capítulo para caracterizar especificamente a do agroturismo. Em seguida, discutiu-se a grande impropriedade vocabular existente tanto nos documentos produzidos pelo meio acadêmico, quanto pelos órgãos públicos responsáveis por inúmeros setores produtivos, fato que dificultou o entendimento de determinados aspectos do fenômeno turístico estudado. Viu-se que o agroturismo pode assumir inúmeras feições, tendo sido definido, para efeitos desta pesquisa, como sendo *um conjunto de*

modalidades que atraem uma demanda eminentemente interna e citadina para os ambientes rurais, onde os turistas podem experimentar um maior contato com a natureza, bem como com os costumes locais e com o dia-a-dia da vida no campo.

Esta modalidade de turismo em espaço rural nasceu na Itália, em meados da década de 60, espalhou-se não só pela Europa, mas também por muitos países do mundo, chegando ao Brasil em 1984 (Lajes- SC) e ao Estado do Espírito Santo em fins da década de 80, quando alguns produtores descendentes de imigrantes italianos implementaram as primeiras experiências bem-sucedidas no município de Venda Nova do Imigrante, de onde se espalhou para os municípios vizinhos.

Conforme o material consultado, os principais objetivos do agroturismo enquanto atividade social são: oportunizar a oferta de novas modalidades de práticas recreativas; promover a melhoria da qualidade de vida da população rural; reduzir os efeitos e o volume do êxodo rural; valorizar o potencial agrícola e turístico do campo, reforçar a filosofia ambientalista, entre outros. Tais objetivos foram considerados pela SEDES- ex-Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico e pela SEAG-Secretaria de Estado da Agricultura durante a elaboração da *Proposta Piloto do “Programa do Agroturismo”*, documento que lançou em 1992, como bases para o apoio do Estado aos produtores interessados em disponibilizar suas propriedades para a prática recreativa através do turismo em espaço rural.

Faz parte deste documento, um capítulo intitulado *“Plano de Proposições”*, que detalha os principais pontos a serem trabalhados pelo Governo Estadual e seus parceiros em favor do agroturismo, definindo inclusive os municípios a serem atendidos pelo mesmo. São, ao todo, cinco eixos de programas que compõem o Plano de

Proposições: Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Turística; Programa de Promoção do Agroturismo; Programa de Implantação da Proposta Piloto e o Programa de Estruturação Básica dos Acessos.

Para que tais propósitos fossem alcançados, ficou acordado que se criaria um órgão gestor do Programa do Agroturismo, na forma de uma associação sem fins lucrativos, que reunisse os produtores que aderissem à esta prática. Assim, em 1993 criou-se o AGROTUR-Centro Regional de Desenvolvimento do Agroturismo, que em um primeiro momento congregou os adeptos e seus parceiros (SEDES, SEAG, SEBRAE e outros), mas após o terceiro ano, restringiu sua atuação apenas ao município de Venda Nova do Imigrante, onde ainda se acha situado.

Tal fato resultou em graves distorções nas práticas agroturísticas, pois sem um órgão maior de referência, os produtores, sobretudo dos demais municípios, passaram a realizar obras diversas e oportunizar uma infinidade de experiências para seus clientes, dando ao agroturismo capixaba, uma feição de total desordem. Cada proprietário, neste sentido tem ofertado aos visitantes o produto formatado que quer e como pode oferecer, sem se apoiar em uma linha de ações norteadora que normatize a oferta.

Uma das consequências mais inconvenientes deste fato é o crescente aporte técnico verificado nas propriedades, já que seus proprietários desconhecem as reais intenções da Proposta Piloto, que antes de mais nada procurou valorizar os aspectos do meio rural, que pelo contrário, vem passando por uma crescente artificialização manifestada na construção de piscinas, campos de futebol, salões de jogos e de festas, pousadas

para grande quantidade de leitões, lagos artificiais de piscicultura, entre outros exemplos.

Com isto, o meio rural tem se descaracterizado, e os viajantes que procuram o campo para desfrutarem de momentos inusitados em um típico espaço não citadino, encontram os mesmos equipamentos de lazer disponíveis nos clubes de recreação das cidades.

Quanto aos demais propósitos da Proposta Piloto, se encontram em fase de implementação, alguns em estágio bem avançado, como o caso do Programa de Promoção do Agroturismo.

Analisou-se com grande cuidado a ideia de “*desenvolvimento socioespacial*”, que rompe com as visões tradicionais do “desenvolvimento” como um processo puramente econômico, fundamentando-se basicamente em três princípios: a conquista da felicidade individual e coletiva através da melhoria das condições gerais do bem-viver; a (re)produção da renda e, por fim, o respeito do direito social de “autonomia” de gestão política.

A discussão da autonomia, posta como um dos pilares fundamentais da ideia de “desenvolvimento socioespacial”, partiu de um breve histórico do planejamento governamental do “desenvolvimento” no Brasil, quando o macroplanejamento foi identificado como modelo tradicional e ainda muito utilizado pelas altas esferas da gestão territorial. Tal prática incentivou, e ainda tem incentivado, a despolitização da população, que se habitou a esperar do Governo as soluções mais elementares para os problemas do dia-a-dia, sentindo-se incapazes de organizar e implantar programas de “desenvolvimento” realmente adequados às características de cada coletividade.

Viu-se também, que atualmente uma forte tendência de descentralização administrativa está se

consolidando no Brasil, de modo que inúmeros setores produtivos estão tendo sua esfera de gestão transferida - mesmo que em parte - para o município, momento em que ressurgem a possibilidade de emergência das forças locais, como oportunidade de se estruturar a autonomia local, desde que os Conselhos Municipais - de turismo, de educação, de transportes e outros - sejam compostos por representantes comprometidos realmente com os interesses e anseios da coletividade.

Assim, o PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo, figura como uma valiosa oportunidade a partir da qual pode-se pensar em uma participação mais efetiva do proprietariado na operacionalização do crescimento do setor turístico, de modo a atender aos interesses da população receptora, sem contudo, se aproveitar do seu poder de representatividade para defender interesses pessoais em detrimento dos sociais. Para evitar este tipo de problema, sugeriu-se também a participação de sindicatos, PROCONs, ONGs, entre outros exemplos de instituições ligadas aos interesses comunitários mais amplos. Cabe ainda mencionar a necessidade de criação dos Conselhos de Municipalização das sete Prefeituras que ainda não aderiram ao PNMT.

Com base nestas discussões, para a análise dos resultados efetivos do Programa do Agroturismo, foi verificado em campo as consequências da implementação dos equipamentos de estruturação da oferta e seu uso por parte da demanda. Analisou-se também se esta modalidade de turismo em espaço rural está realmente atingindo os dois outros aspectos do “desenvolvimento socioespacial”: a promoção da qualidade de vida e a (re)produção da renda.

Realizou-se, para tanto, uma análise atenciosa dos depoimentos dados pelos produtores envolvidos com o

agroturismo através de vinte e dois questionários e, com base nos resultados e nas considerações teórico-metodológicas, chegou-se a algumas conclusões que se passa a mencionar:

Em primeiro lugar, vale lembrar que como se trata de um programa apoiado pelos órgãos governamentais, este ganha um grande respaldo junto ao público consumidor, sendo, no entanto, praticado no interior de propriedades privadas, ou seja, o Governo Estadual incentiva, inclusive com recursos públicos, uma modalidade de turismo em áreas de particulares, fato que restringe os benefícios sociais advindos do setor. Propõe-se que os gastos com publicidade sejam feitos fundamentalmente pelos proprietários, de modo que as Prefeituras e o Estado atuem apenas com o suporte logístico e com linhas de financiamento para propostas realmente adequadas aos interesses coletivos.

Tais considerações se contrapõem aos desejos do “trade turístico”, que sempre se queixou do desinteresse do Estado pela divulgação do agroturismo em outras unidades Federativas. No entanto, propõe-se que o Estado invista apenas na imagem geral do Espírito Santo, deixando a maior parte do marketing realmente por conta dos proprietários, que são na verdade, quem ganha com o Programa do Agroturismo. É preciso esclarecer que o Governo não pode mais assumir aquela postura paternalista que o empresariado do turismo sempre desejou, pois os custos sociais são muito elevados e os benefícios coletivos são muito tímidos, quando comparados com o individuais.

Viu-se também, que o Programa está contemplando propriedades de tamanhos diversificados, de produções variadas e de tradições culturais (áreas de imigração) muito diferentes entre si. As dimensões variaram desde pequenos sítios com cinco hectares até fazendas com

duzentos e cinquenta hectares. Dentro das propriedades, as áreas destinadas à visitação são exatamente as mais próximas à sede, onde se procura estimular os gastos dos visitantes, de modo que os lucros se concentrem nas mãos da família proprietária.

As visitas não chegaram a provocar alterações graves na rotina das unidades visitadas, com exceção de uma propriedade onde a agricultura foi totalmente substituída pelo agroturismo, subvertendo as intenções da Proposta Piloto. De modo geral, as que ocorreram foram apenas para organizar e adaptar a produção diária aos interesses dos clientes que chegam às propriedades.

Em relação às alterações na paisagem (também consideradas na discussão da qualidade de vida), verificou-se que a edificação de chalés é um dos grandes objetivos dos proprietários, que certamente alojarão um número de turistas bem superior ao previsto no Plano de Proposições, fato que pode vir a suprimir a produção agrária em nome dos lucros advindos do agroturismo. Propôs-se o redimensionamento da proposta piloto, para que a programação inicial se adeque às novas características que o setor está assumindo e para que sua gestão dê resultados mais competentes.

Além das pousadas, os lagos artificiais de pesca recreativa e piscicultura se proliferaram na região, de modo que alguns impactos ambientais já podem ser verificados e para os quais, se propôs um estudo mais minucioso, afim de dimensionar a gravidade dos mesmos.

Outras propostas que foram feitas para manter a harmonia da paisagem, merecem ser reforçadas: a normatização das placas de promoção turística, a conservação das características socioambientais locais, a preservação e restauração da arquitetura introduzida pelos imigrantes, entre outras.

Quanto à linha de financiamento, verificou-se uma grande insatisfação dos proprietários em relação ao BANDES- Banco do Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo, considerado muito exigente no que se refere à burocracia, além de operar com taxas de juros muito altas (na voz da maioria dos proprietários entrevistados). Mesmo reconhecendo as queixas dos produtores, o que se verificou é um certo desconhecimento por parte dos mesmos em relação às linhas de fomento ao “turismo rural”, pois boa parte dos pedidos não se enquadravam nos parâmetros do BANDES para a concessão dos créditos.

Muitos empreendimentos eram, na realidade, “empresariais” e acabariam resultando na descaracterização das fazendas e sítios, motivo pelo qual eram negados, pois para serem enquadrados na categoria “turismo rural” realmente era preciso elaborar uma proposta coerente com o Plano de Proposições da Proposta Piloto.

Ainda auscultando a satisfação do proprietariado, estes declararam uma grande satisfação com a prática turística em seus sítios e fazendas, embora alguns entrevistados tenham apresentado sérias críticas ao comportamento dos visitantes, considerados por eles, de “pouco polimento”. As queixas maiores se referiram à destinação do lixo, comportamento depredador, acordos de preços descumpridos, entre outros.

Propôs-se um programa de “educação turística” para o visitante, com o intuito de conscientizá-lo de que seus momentos de recreação não podem resultar em impactos socioambientais, que de alguma forma alterem as características dos ambientes receptivos. Sugeriu-se a instalação de placas de orientação e de lixeiras, bem como a produção de material audiovisual para facilitar a

ação dos guias de turismo e receptores locais, que lidam diretamente com os visitantes.

Conforme a Pesquisa de Fluxo resgatada e utilizada como referência, a maior parte do fluxo é formada pelos ditos “excursionistas” (55,85%), que passam até um dia nas áreas visitadas. Entretanto, uma grande quantidade de pousadas encontram-se em construção na Região Serrana Central, fato que aumentará em breve o período de permanência naquele setor turístico capixaba. Para a OMT- Organização Mundial de Turismo, somente os deslocamentos que implicam em permanência superior a 24 horas são considerados “turísticos”.

São predominantemente capixabas (67,3%), da Grande Vitória e de outros setores do Estado, ou seja, trata-se de um fluxo eminentemente intra-estadual, recebendo ainda uma importante contribuição dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, do Distrito Federal e Paraná (juntos totalizam 30,1% do fluxo). Estes viajam em sua maioria para recrear (57,6%).

Em sua quase totalidade pertencem a do sexo masculino (71,05%), de 26 a 50 anos (77,78%) e viajam por conta própria (98,83%). São de bom nível de instrução, com salários médios superiores a quinze salários mínimos (74,27%).

Com referência à redução do êxodo rural, um dos pontos apontados como prioridade de intervenção do Programa do Agroturismo, pôde-se verificar em campo que não tem ocorrido uma interferência direta deste Programa sobre este fenômeno, pelo fato de ser um movimento já enfraquecido pelo alto grau de urbanização das cidades de maior porte no Espírito Santo. Nas propriedades visitadas não se registrou nenhuma queixa em relação a redução de população.

Mesmo assim, o êxodo rural tem sido usado como instrumento indicador de graves problemas no campo,

que tente “vender” a imagem do agroturismo como a atividade que vai “salvar a lavoura”, ou seja, vai reduzir o efeito de inúmeros problemas sociais, sobretudo o da ocupação e geração de empregos.

Analisando a abertura de mercado de trabalho - empregos, um outro ponto tido como prioritário, verificou-se que no momento atual não foram geradas a oportunidade de empregos tão desejadas pelas coletividades que acreditaram, e ainda acreditam, no sucesso do agroturismo. Foram pouquíssimos os postos ocupados, considerando-se o impacto já provocado, bem como os investimentos já feitos. Por outro lado, deve-se considerar a crescente massificação do setor, que certamente forçará os proprietários a contratarem mão-de-obra em tempo breve.

Por fim, resta discutir os aspectos referentes à geração de renda. Pelos dados levantados em campo, os lucros se concentram exclusivamente nas mãos dos proprietários, o que indica uma elevação excludente da renda, pois a maior parte da população rural não se beneficia dos rendimentos gerados pelo setor. Isto ocorre, tanto pelo fato de o agroturismo não estar aumentando à contento, o volume de trabalhadores ocupados no campo, como também por não elevar adequadamente a arrecadação de impostos, pois a comercialização de produtos diretamente ao consumidor tem favorecido a sonegação do ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Fundamentando-se nos gastos médios dos visitantes, pôde-se observar que se apenas dez das mais de duzentas propriedades envolvidas com o agroturismo (estimativa) recolhessem o ICMS, a arrecadação do Estado somente em cima das vendas do setor sofreria um acréscimo na ordem de R\$226.924,50, o que possibilitaria a construção de uma série de benfeitorias

públicas, como: hospitais, creches, casas populares, escolas, pavimentação de ruas, e outras.

Sugeriu-se um trabalho mais efetivo do Estado e das Prefeituras Municipais no sentido de elaborar um mecanismo legal de tributação das vendas naquela região, pois a circulação de produtos locais tem possibilitado grandes lucros, cujo volume total, ainda é desconhecido, pelo fato de não se saber ao certo quantos produtores estão recebendo turistas em suas propriedades.

Com o exposto, pode-se concluir que o Programa do Agroturismo ainda precisa de alguns ajustes operacionais, para que possa dar os resultados realmente desejados por toda a coletividade da Região Serrana Central do Espírito Santo. Até o momento, tem se configurado como um emaranhado de práticas aleatoriamente associadas, com um equipamento destoante do ambiente rural pregado pela proposta piloto e desejado pela demanda. Isso tem gerado a crescente tecnificação do meio rural, subvertendo por completo a intenção maior de qualquer iniciativa voltada para o turismo em espaço rural, que é a valorização da vida no campo. Pelo contrário, tem transformado as propriedades em verdadeiros clubes de recreação, idênticos aos encontrados nas cidades, ambiente de vida da demanda. Desta forma, não tem resguardado a cultura local, a paisagem serrana, nem tampouco tem dado oportunidade de trabalho nas áreas receptoras.

Com estas argumentações, parte-se para uma questão final e derradeira: O agroturismo está realmente trazendo o “desenvolvimento socioespacial” para o Estado do Espírito Santo?

As análises feitas permitem afirmar que somente em certos aspectos, este objetivo foi atingido. No entanto, acredita-se que as propostas feitas ao longo deste

trabalho, bem como as críticas contidas nesta conclusão, possam colaborar para o amadurecimento do agroturismo, fazendo com que este realmente oportunize o tão desejado “desenvolvimento”, pois até o momento, o que se tem visto, é apenas o crescimento econômico nos modelos mais tradicionais e perversos de reprodução do capital, sem as devidas preocupações com o bem estar das coletividades receptoras.

REFERÊNCIAS

AGROTUR- CENTRO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO AGROTURISMO. *Estatuto do AGROTUR*. Venda Nova do Imigrante, AGROTUR, sd.

ALMEIDA, Joaquim A., FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário. *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria, UFSM, 1998.

ANDRADE, José V. de. *Turismo. Fundamentos e Dimensões*. São Paulo, Ática, 1992.

ARAÚJO FILHO, Arnaldo S. de; et al. *Estudo da Demanda Turística Internacional*. Brasília, EMBRATUR, 1995.

BACAL, Sarah e MIRANDA, Sonia Marli de A. *Impactos do Turismo nos Núcleos Receptores. Necessidade de Normatização*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 67-78, 1997.

BARRETTO, Margarita. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas, Papirus, 1995 (col. Turismo).

BECKER, Bertha K. *Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e Seu Impacto na Região Costeira*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1994.

BENEVIDES, Ireleno P. *Desequilíbrios Regionais. Análise, Visão Prospectiva e Sugestões Para Minimizar as Disparidades*. Fortaleza, IPLANCE, 1994.

_____, *Para uma Agenda de Discussão do Turismo como Fator do Desenvolvimento Local*. in RODRIGUES,

Adyr A B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 23-41, 1997.

BENI, Mário C. *Sistema de Turismo - SISTUR. Estudo do Turismo Face à Moderna Teoria de Sistemas*. Turismo em Análise, Revista 01, Vol. 01, p15-34, Maio/1990.

_____, *Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional. Planejamento Integrado do Turismo*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 79-86, 1997.

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BOADA, Luis. *O Espaço Recriado*. São Paulo, Nobel, 1991.

BRASIL, SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 1988.

CALS, Joan; CAPELLÀ, Josep; EMPAR, Vaqué. *El Turismo en el Desarrollo Rural de España*. Madrid, Edita, 1994.

CARA, Roberto B. *El Turismo y los Procesos de Transformación Territorial*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Geografia e Turismo. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo, HUCITEC, 86-93, 1996.

CARVALHOSA, Sérgio H. L. *Análise da Oferta e Demanda Turística no Espírito Santo e Implicações na Geração de Renda e Emprego*. Vitória, Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo - CCJE/UFES, 1989.

CASOL, Francesco. *Manuale Agriturístico Per Operatori ed Utenti*. Belluno, Conegliano, sd.

CAVACO, Carminda. *Turismo Rural e Desenvolvimento Local*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Geografia e Turismo. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo, HUCITEC, 94-121, 1996.

CAZES, George. *Turismo e Subdesenvolvimento. Tendências Recentes*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Geografia e Turismo. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo, HUCITEC, 77-85, 1996.

COELHO, Márcio F. *Turismo e Renda na Economia Brasileira*. São Paulo, Revista Turismo em Análise, ECA-USP, v. 2, nº 1, 7-13, 1991.

COMITÉ ECONÓMICO y SOCIAL de las COMUNIDADES EUROPEAS. *Dictames Sobre "El Desarrollo Local e la Política Regional Comunitária"*. Bruchelas, Comité Económico y social de las Comunidades Europeas, 1995.

CORRÊA, Roberto L. *Região e Organização Espacial*. São Paulo, Ática, 1987 (Col. Princípios).

DESPLANQUES, Henri. *Une Nouvelle Utilisation de L'Espace Rural en Italia: L'Agritourisme*. Mars-Avril, Annales de Geographie, ano 82, n.º 450, 151-164, 1973.

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. *Município e Potencial Turístico. Orientação às Prefeituras Municipais*. Brasília, EMBRATUR, 1992.

_____, *Manual Operacional do Turismo Rural*. Brasília, EMBRATUR, 1994.

_____, *Guia para Treinamento dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e Monitores Municipais*. Brasília, EMBRATUR, 1994.

_____, *Anuário Estatístico 1994-1995*. Brasília, EMBRATUR, 1996 (v. 22).

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – BANDES- BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A. *Aspectos Fundamentais da Política Econômica do Espírito Santo*. Vitória, BANDES, 1971.

_____, SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. *Migrações Internas no Espírito Santo*. Vitória, Secretaria de Estado do Planejamento, 1979.

_____, SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, *Informações Infra-Estruturais do Espírito Santo*. Vitória, DIO, versão 1985 e versão 1988.

_____, COMISSÃO COORDENADORA DO RELATÓRIO ESTADUAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Espírito Santo*. Vitória, Copisol, 1991.

_____, SEDES-SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Agroturismo - Região Serrana Central do Estado do Espírito Santo: Perfil de Proposições*. Vitória, SEDES/SEAG, 1992.

_____, SEDES/IJSN/INATUR. *Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado do Espírito Santo e Catalunya. Consorci de Promoción Turística*. Vitória, SEDES/IJSN/INATUR, 1993.

_____, *Pesquisa de Turismo Receptivo. Espírito Santo - 1994*. Vitória, SEDES, 1994.

_____, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Decreto Lei nº 5.303 de 16 de*

Dezembro de 1996. Dispõe sobre a criação da ADERES- Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo S/A. Vitória, DIO, 1996.

_____, SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS. *Programa Rodoviário do Estado do Espírito Santo. Vitória, Secretaria de Estado dos Transportes e Obras públicas, 1996.*

_____, ADERES- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EM REDE DO ESPÍRITO SANTO S/A. *Turismo do Espírito Santo. Diretrizes e Ações 97-98. Vitória, ADERES, 1997.*

FACHINI, Aurea E. C. *O Turismo na Economia Capixaba. Análise da Situação Atual e Perspectivas. Vitória, Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. CCJE/UFES, 1993.*

FERNANDES, Dirley e SOUZA, Sérgio de. *Nos Passos de Anchieta. Trajeto Percorrido Pelo Beato no Espírito Santo se Transforma na Versão Brasileira do Caminho de Santiago. Rio de Janeiro, Bloch, Revista Manchete, nº 2.410, 43-49, 30/Maio/1998.*

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996 (col Cultura).*

GALLERO, Álvaro L. *El Impacto de la Globalización sobre el Turismo*, in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Geografia e Turismo. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo, HUCITEC, 33-38, 1996.*

GANDIN, Danilo. *Planejamento Como Prática Pedagógica. São Paulo, Loyola, 1993.*

- GEIGER, Pedro G. *Turismo e Espacialidade*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Geografia e Turismo. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo, HUCITEC, 55-61, 1996.
- GOMES, Paulo Cesar da C. *O Conceito de Região e Sua Discussão*. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C da C. ; CORRÊA, R. L.(orgs.) *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- GÓMEZ, Venancio B. *Turismo en Espacio Rural. Rehabilitación del Patrimonio Sociocultural y de la Economía Local*. Madrid, Popular, 1988.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário Geológico e Geomorfológico*. Rio de Janeiro, IBGE- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1989.
- HJALAGER, Anne-Meet. *Agricultural Diversification Into Tourism. Evidence of a European Community Development Programme*. Great Britain, Tourism Management, vol. 17, nº 2, 103-111, 1996.
- IBGE- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.
- IJSN- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Projeto Macrozoneamento costeiro do Espírito Santo. Plano de Desenvolvimento Turístico do Espírito Santo - Litoral Sul*. Vitória, IJSN, 1993.
- KNAFOU, Remy. *Turismo e Território, Para um Enfoque Científico do Turismo*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Geografia e Turismo. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo, HUCITEC, 62-74, 1996.

- LELOUP, Yves. *Le Tourisme au Bresil*. Bordeaux, Revue de Geographie n° 164-41, 331-356, Octobre/Decembre, 1988.
- LEMOS, Amália I. G. de (org). *Turismo e Impactos Socioambientais*. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- LIMA, Luiz C. *O Planejamento Regional Ajuda o Turismo?* In YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana, F. A.; CRUZ, Rita de C. A. da (orgs). *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo, HUCITEC, 193-200, 1996.
- LOPES FILHO, Cristiano Dias. *Desafio e Propostas. Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – 1967/1971*. Vitória, Arte Nova, 1971.
- LYRA FILHO, Galdino F. *O Potencial Inexplorado de Turismo no Litoral Sul do Espírito Santo*. Vitória, Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. CCJE/UFES, 1992.
- MAX-NEEF, Manfred A. *Desarrollo a Escala Humana. Conceptos, Aplicaciones y Algunas Reflexiones*. Montevideo, Noraan Comunidad/ICARIA, 1993.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer. Uma Introdução*. Campinas, Autores Associados, 1996.
- _____, (Org.) *Políticas Públicas Setoriais de Lazer. O Papel das Prefeituras*. Campinas, Autores Associados, 1996.
- McINTYRE, George. *Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Manual para Organizadores Locais*. Brasília, EMBRATUR, 1993.
- MÉSZÁROS, István. *A Necessidade do Controle Social*. São Paulo, Ensaio, 1987.

- MONTENEGRO, Ana Maria. *Pour une Aproxime do Turismo Interieure Bresilien*. Marrakech, Université Caid Ayyad, Revue de la faculte des Lettres et des Sciences Humaines, nº 10, 219-236, 1944.
- MORAES, Cícero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.
- NICOLÁS, Daniel H. *Elementos Para Un Análisis Sociogeográfica del Turismo*; in RODRIGUES, Adyr A. B. (org). *Geografia e Turismo. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo, HUCITEC, 39-54, 1996.
- NORONHA, Daisy P. et al. *Referências Bibliográficas: Exemplos*. São Paulo, USP, 1990.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória, Fundação Educacional do Espírito Santo, 1969.
- PELEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, Cultura e Turismo*. Campinas, Papirus, 1993 (col. Turismo).
- PENHA, Alexandro dos Anjos da, e OLIVEIRA, Adilson P. de. *Eucalipto, Antes de Tudo, Uma Questão Social. O Caso de Conceição da Barra – ES*. Aracaju, Anais do I Encontro Nacional Território Brasileiro e Globalização. ANPEGE/UFSE, 89-90, 1995.
- PORTUGUEZ, Anderson P. *Geografia Aplicada ao Turismo*. Vitória, SENAC, 1996 (didático)
- _____, *Geografia do Estado do Espírito Santo Aplicada ao Turismo*. Vitória, SENAC, 1997 (didático).
- _____, *Elementos para Uma Abordagem Crítica do Turismo no Ensino de 1º e 2º Graus*, in RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 179-189, 1997.

_____, *Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Vitória, Jornal A Gazeta, 1º Caderno, Coluna Opinião - p.05, 22/12/1997.

REJOWSKI, Miriam. *Turismo Sob a Ótica dos Monitores Municipais*. Brasília, EMBRATUR, 1996.

ROCHA, Haroldo C. e MORANDI, Ângela Maria. *Cafecultura e Grande Indústria: A Transição no Espírito Santo – 1965/1985*. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, Adyr A. B. *Urbanization et Tourisme de Proximité. L'Exemple de L'Agglomération de São Paulo*. Bordeaux, Revue de Géographie, nº 164-41, 409-414, Octobre/Decembre, 1988.

_____, *Le Tourisme et les Problèmes de Protection de L'Environnement Sur le Litoral de L'Estat de São Paulo*. Bordeaux, Revue de Géographie, nº 164-41, 415-424, Octobre/Decembre, 1988.

_____, *L'Impact Socio-Culturel du Tourisme dans une Station Thermale au Bresil*. Klagenfurt, Austrian Meeting of the IGU- Comission of Geography of Tourism and Leisure. 166-170, 1989.

_____, *Une Station Balnéaire de Luxe en voie de saturation: Guarujá (Bresil)*. Majorque, Revue Geographique des Pays Mediterranéens, tome 84-3, 45-45, 1996.

_____, (org.), *Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

_____, *Turismo e Espaço. Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar*. HUCITEC, 1997a.

_____, (org.) *Turismo e Ambiente. Reflexões e Propostas*. São Paulo, HUCITEC, 1997b.

_____, (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 1997c.

_____, (org.) *Turismo, Modernidade e Globalização*. São Paulo, HUCITEC, 1997d.

_____, *Turismo Eco-Rural. Interfaces entre o Ecoturismo e o Turismo Rural*. in ALMEIDA, Joaquim A., FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário. *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria, UFSM, 1998.

RODRIGUES, Antonio Celso Dias. *Projeto de Mobilização da Sociedade Para a Construção de Seu Próprio Futuro - Espírito Santo Século XXI – Versão MRH 207 e Versão MRH 210*. Vitória, Copisol, 1989 (dois volumes).

_____, *Projeto de Mobilização da Sociedade Para a Construção de Seu Próprio Futuro - Espírito Santo Século XXI. Documento Final*. Vitória, Copisol, 1991.

RODRIGUES, Arlete M. *A Produção e o Consumo do Espaço Para o Turismo e a Problemática Ambiental*; in YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A; CRUZ, Rita de C. A. da (orgs) *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. HUCITEC, São Paulo, 55-62, 1996.

_____, *Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística*. in RODRIGUES, Adyr A B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 42-54, 1997.

RUSCHMANN, Doris. V. d. *O Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. in ALMEIDA, Joaquim A., FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário (orgs).

Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria, UFSM, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo, EDUSP, 1974.

SAMPAIO, Francisco Coelho. *Geografia do Brasil. Uma Visão Crítica do Espaço e do Homem*. Fortaleza, Lowes, 1997.

SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SANTOS, Milton, *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

_____, *Por Uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica*. São Paulo, HUCITEC, 1986.

_____, *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo, HUCITEC, 1994.

_____, *Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo, HUCITEC, 4ª ed. 1996.

_____, *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

_____, *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Nobel, 3ª ed., 1996.

SEBRAE/ES- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA. *Mapa do Agroturismo*. Vitória, Urbana, sd (material de divulgação).

SETÚBAL, Ana C. B. de; et al. *Espírito Santo, Mais Bonito do Que Você Imagina - Informações Turísticas*. Vitória, BANDES, 1993 (Inventário).

_____, *Agroturismo: Uma forma de Turismo Rural*. São Paulo, Anais do 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local, DG-FFLCH/USP, 166-168, 1º - 3 de Maio, 1997.

SILVA, José G. da, VILARINHO, Carlyle e DALE, Paul J. *Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil*. In ALMEIDA, Joaquim A., FROEHLINCH, José M. e RIEDL, Mário. *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria, UFSM, 1998.

SILVEIRA, Marco Aurélio T. *Planejamento Territorial e Dinâmica Local. Bases para o Turismo Sustentável*. in RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 87-98, 1997.

SILVEIRA, Maria Célia Barros da. *Um Estudo de Regionalização Agrária do Estado do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, UFPE, 1988.

SILVEIRA, Maria Laura. *Da Feitichização dos Lugares à Produção Local do Turismo*. in RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo, Modernidade e Globalização*. São Paulo, HUCITEC, 36-45, 1997.

SOUZA, Marcelo J. L. de. *O Que Pode o Ativismo de Bairro?* Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do

Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências - UFRJ, 1988.

_____, *Planejamento Integrado de Desenvolvimento. Natureza, Validade e Limites*. São Paulo, Terra Livre nº 10, 123-139, AGB-SP, 1992.

_____, *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. in CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C da C. ; CORRÊA, R. L. (orgs.) *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

_____, *A Teorização Sobre o Desenvolvimento em Uma Época de Fadiga Teórica, ou Sobre a Necessidade de Uma "Teoria Aberta" do Desenvolvimento Sócio-Espacial*. Rio de Janeiro, Revista Território, vol. 1, nº 1, Delume Dumará, 1996(a).

_____, *Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual*. São Paulo, Ática, 1996(b), (col. Princípios).

_____, *Como Pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local?* in RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 17-22, 1997.

TESSARI, Roberto. *O Que É Agroturismo?* Venda Nova do Imigrante, AGROTUR, 1994 (mimeo).

TRIGO, Luiz G. G. *Turismo e Qualidade, Tendências Contemporâneas*. Campinas, Papyrus, 1993 (col Turismo).

_____, *O Turismo no Espaço Globalizado*. in RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo, Modernidade e Globalização*. São Paulo, HUCITEC, 19-35, 1997.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar. A Perspectiva da Experiência*. São Paulo, Difel, 1983.

TULIK, Olga. *Do Conceito às Estratégias para o Desenvolvimento do Turismo Rural*. in RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo, HUCITEC, 136-143, 1997.

CCJE/UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, *Proposta de Estratégias de Interiorização do Desenvolvimento e Descentralização de Investimentos no Espírito Santo*. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1993.

VALCÁRCEL-RESALT, Germán; VINUESA, Miguel Angel T.; CAVA, Luis E. *Desarrollo Local, Turismo y Medio Ambiente*. Madrid, EXCMA, 1993.

VARGAS, Neide César. *Políticas de Desenvolvimento Regional e o Papel do Sistema GERES/BANDES - O Caso do Espírito Santo*. Niterói, Dissertação de Mestrado Apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. UFF, 1994.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A; CRUZ, Rita de C. A. . da (orgs). *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

ZIMMERMANN, Adonis e CASTRO, Isis Câmara de. *Turismo Rural. Um Modelo Brasileiro*. Florianópolis, Editora do Autor, 1996.

SOBRE O AUTOR



Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

O autor é geógrafo licenciado pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Doutor em Geografia Humana pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha).

Trabalha com pesquisas em Geografia Cultural e Geografia do Turismo.

Em 1999 publicou a primeira edição da obra “Agroturismo e desenvolvimento regional”. Em seguida, em 2001, publicou sua segunda edição. Ao todo, são mais de 50 publicações, incluindo além das obras citadas, artigos de jornais, artigos em revistas de circulação de massa, capítulos de livros e artigos em revistas científicas.

Atualmente é professor do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP - Universidade Federal de Uberlândia – UFU, onde lidera o GEPTEDL - Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local. É também professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal

Contactos:

Portuguez.andersonpereira@gmail.com

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS - USP**



**Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana
do Departamento de Geografia – FFLCH/USP**



REALIZAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO



**E-BOOKS BARLAVENTO
55.34-32689168**